



COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JULIANA ROMÃO CORRÊA

PRODUÇÃO TEXTUAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT):
ESTABELECENDO UMA RELAÇÃO ENTRE O ENSINO DE
REDAÇÃO OFICIAL E A DIMENSÃO DIALÓGICA DA
LINGUAGEM

Rio de Janeiro
2025

JULIANA ROMÃO CORRÊA

**PRODUÇÃO TEXTUAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (EPT): ESTABELECENDO UMA RELAÇÃO ENTRE O ENSINO
DE REDAÇÃO OFICIAL E A DIMENSÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo.

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C824 Corrêa, Juliana Romão

Produção textual no âmbito da educação profissional e tecnológica (EPT): estabelecendo uma relação entre o ensino de redação oficial e a dimensão dialógica da linguagem / Juliana Romão Corrêa. – Rio de Janeiro, 2025.

161 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Língua portuguesa (Ensino médio) - Estudo e ensino. 4. Produção textual. 5. Dialogismo (Análise literária). 6. Redação oficial. 7. Colégio Pedro II. I. Rêgo, Carlos Eduardo Oliva de Carvalho. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 372.623

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



JULIANA ROMÃO CORRÊA

PRODUÇÃO TEXTUAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (EPT): ESTABELECENDO UMA RELAÇÃO ENTRE O ENSINO
DE REDAÇÃO OFICIAL E A DIMENSÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 15 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo
ProfEPT/Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
ProfEPT/Colégio Pedro II

Prof. Dr. Tiago Cavalcante da Silva
UFRJ

Rio de Janeiro
2025



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



JULIANA ROMÃO CORRÊA

REDAÇÃO OFICIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
APOSTILA PARA ESTUDO COMPLEMENTAR

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 15 de setembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo
ProfEPT/Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
ProfEPT/Colégio Pedro II

Prof. Dr. Tiago Cavalcante da Silva
UFRJ

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram com a minha jornada no ProfEPT/CPII.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Maria e Dagoberto, e à minha irmã Ceres Regina, por todo o apoio na vida, e por compreenderem a minha ausência nesse período de descoberta de mim, desde que decidi sair de Curitiba e vir morar na cidade do Rio de Janeiro.

Agradeço também à minha companheira Juliana Monteiro, por seu amor e por sua inesgotável paciência comigo. Ela esteve ao meu lado durante a realização deste trabalho, segurando minhas mãos, me incentivando e me ajudando no meu percurso, por vezes agitado.

Agradeço às minhas queridas colegas de trabalho e amigas, Lehy Baik, Jackeline Koppe Eiriz Marvila e Michele Iris dos Santos, pelo incentivo para que eu participasse do exame de admissão do mestrado, e também pelas palavras sempre encorajadoras nos momentos em que eu, em nossas conversas, mencionava as dificuldades advindas da pesquisa.

Agradeço aos amigos do Rio de Janeiro. Em especial, agradeço a Maria José Fortunato, a dona Zezé, amiga que me recebeu em sua casa em 2019, na ocasião da minha redistribuição do IFPR para o Colégio Pedro II.

Agradeço aos professores do ProfEPT do Colégio Pedro II, especialmente ao meu orientador, professor Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo, pela preciosa parceria e por sua contundente e assertiva orientação, e aos professores Rogério Cunha de Castro e Tiago Cavalcante da Silva, que estiveram no momento da minha qualificação, me ajudando com suas valiosas contribuições.

Agradeço a quem lê este modesto trabalho. Ele é fruto de dedicação e persistência, qualidades importantes para quem busca ser pesquisador nesta terra.

A todos vocês, muito obrigada!

A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com o olho certo e a mão firme.

(Antonio Gramsci, 1916)

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.

(Graciliano Ramos, 1948)

RESUMO

CORRÊA, Juliana Romão. **Produção textual no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**: estabelecendo uma relação entre o ensino de redação oficial e a dimensão dialógica da linguagem. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

Característica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o ensino busca integrar a formação básica à formação profissional do estudante, fazendo com que o aluno, no decorrer de seu percurso formativo, adquira conhecimentos e desenvolva habilidades que irá pôr em prática no exercício de uma profissão. No entanto, para além da aquisição de saberes práticos, e valendo-se dos conceitos fundamentais da EPT, o ensino busca também formar indivíduos que assumam-se autônomos intelectual e politicamente. Assim, a presente pesquisa aborda sobre a EPT e suas bases conceituais. Além disso, o trabalho apresenta a proposta de um produto educacional (PE) - uma apostila - que poderá ser utilizado nas aulas de Redação Oficial (disciplina ministrada em cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios), e que tem como objetivo promover o ensino baseado em uma abordagem dialógica da linguagem. Recorreu-se, para a escrita da dissertação e para a elaboração do PE, principalmente, aos pressupostos teóricos de Bakhtin. A fundamentação teórica deu-se por meio de revisão bibliográfica. E, para além do estudo da literatura, o trabalho utilizou técnicas da pesquisa-ação, uma vez que supõe a utilização de um recurso para um resultado prático. Quanto à aplicação do PE, este passou pela apreciação de professores de Português do Colégio Pedro II, que o analisaram por meio de uma ficha de avaliação. Como resultado, espera-se que o recurso didático desenvolvido aqui desperte no aluno a compreensão da escrita como prática social, fazendo-o assumir uma postura dialógica em suas produções.

Palavras-chave: Educação profissional; Dialogismo; Produção textual; Colégio Pedro II.

ABSTRACT

CORRÊA, Juliana Romão. **Produção textual no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT):** estabelecendo uma relação entre o ensino de redação oficial e a dimensão dialógica da linguagem. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

Characteristic of Professional and Technological Education (EPT), teaching seeks to integrate basic training with the student's professional training, ensuring that student, during the training journey, acquires knowledge and develops skills that will put into practice in the exercise of a profession. However, in addition to acquiring practical knowledge, and using the fundamental concepts of EPT, teaching also seeks to form individuals who assume intellectual and political autonomy. Therefore, this research discusses EPT and its conceptual bases. Furthermore, the paper presents the proposal of an educational product (PE) - a study booklet - that can be used in the classes of Redação Oficial (subject taught in technical courses in the Management and Business area), and that aims to promote teaching based on a dialogic approach to language. For writing the dissertation and preparing the PE, it was used, mainly, to Bakhtin's theoretical assumptions. The theoretical basis was provided through a bibliographic review. And, in addition to the study of literature, this paper used action research techniques, as it involves the use of a resource for a practical result. Regarding the application of the PE, it was assessed by Portuguese teachers at Colégio Pedro II, who analyzed it using an evaluation form. As a result, it is expected that the teaching resource developed here awakens in the student the understanding of writing as a social practice, making them assume a dialogical stance in the productions.

Keywords: Professional education; Dialogism; Textual production; Colégio Pedro II.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de ofício de PE	37
Figura 2 – Modelo de ofício da apostila (Colégio Pedro II).....	43
Figura 3 – Continuação do modelo de ofício (Colégio Pedro II).....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conteúdos das disciplinas de língua da EPT.....	33
Quadro 2 – Emprego dos pronomes de tratamento.....	41
Quadro 3 – Unidades do PE.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica

CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IF Goiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

MRPR – Manual de Redação da Presidência da República

PE – Produto Educacional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE A EPT E A REDAÇÃO OFICIAL: UM BREVE OLHAR	19
2.1	O ensino de Redação Oficial na EPT.....	26
3	ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS MANUAIS DE REDAÇÃO OFICIAL.....	32
3.1	Produto educacional do ProfEPT, de autoria de Luciana Calisario da Silva Podolak.....	35
3.2	Apostila de Redação Oficial (Colégio Pedro II)	39
3.3	Percepção após análise dos manuais	45
4	O ENSINO DE REDAÇÃO OFICIAL BASEADO NA DIMENSÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM: UMA POSSIBILIDADE.....	46
4.1	Contribuições do pensamento bakhtiniano para a EPT.....	46
4.2	O trabalho e as interações verbais.....	51
4.3	Os gêneros textuais no ensino de língua na EPT.....	54
4.4	O papel do professor de língua na EPT.....	56
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	60
5.1	Uma proposta de produto educacional para o ensino de redação oficial.....	61
6	METODOLOGIA.....	70
6.1	Resultados e discussões.....	72
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..	84
	APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL	86
	APÊNDICE C - FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL...	160

1 INTRODUÇÃO

Disciplina específica prevista em cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios, um dos 13 eixos estabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), a Redação Oficial apresenta em seu conteúdo programático, dentre outros tópicos, a produção de textos de gêneros textuais relacionados à área administrativa.

Assume-se aqui, portanto, que o texto é a ferramenta de trabalho de quem exerce sua profissão dentro da esfera administrativa. Nela, alguém essencialmente sempre está comunicando algo a outro alguém, por meio de textos. Tamanha é a importância do artefato 'texto' nessa área.

De modo específico, sobre o texto, Marcuschi (2008, p. 154) afirma que

é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. Em outros termos, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Daí a centralidade da noção de gênero textual no trato sociointerativo da produção linguística.

Conforme Pastré, Mayen e Vergnaud (2019), a linguagem é onipresente no trabalho e grande parte das atividades de trabalho são realizadas em e por interações verbais. Não é, portanto, possível dar conta das modalidades de organização da atividade sem tratar a linguagem como um elemento determinante do trabalho.

Nessa linha, percebe-se que “a linguagem permitiu ao homem a troca de ideias e a organização do trabalho coletivo e de sua vida social” (Duarte Neto, 2021, p. 52).

Indo além, se a linguagem permitiu se organizar na sociedade, essa é uma dimensão fundamental da interação homem-natureza. Por meio dessa dimensão, que Nosella (2007, p. 148) chama de comunicação/expressão, entende-se que

quando o ser humano interage, física e espiritualmente, com o mundo e com os outros homens, primeiramente se expressa, se comunica, admira, contempla, entende e explica. Dessa forma cumpre, mesmo que parcialmente, com a primeira dimensão do trabalho. Por isso, ensinar a comunicar-se é ensinar a trabalhar, mesmo porque não se pode produzir sem antes entender o mundo e se comunicar com os homens.

A linguagem desempenha um importante papel na organização da vida. Essa linguagem, que possibilitou que as pessoas compreendessem umas às outras, e que contribuiu para a organização do trabalho, também possibilitou a organização do pensamento social, da consciência social (Volóchinov, 2019).

No momento da criação de textos, tal qual qualquer artefato, ocorre o que pode ser notado nas palavras de Duarte Neto (2021, p. 51):

Observamos que no processo de criação dos artefatos, os homens, ao fim e ao cabo, não criam apenas o produto em si, aquele que se apresenta para nós como prontos e acabados. Nesse produto, além da utilidade inerente à sua existência, está contida também uma maneira pela qual ele foi criado, em que se exige, por parte do criador, um saber que orientou a sua feitura.

A questão que se coloca na presente pesquisa é a de que os conteúdos trabalhados na disciplina, ora chamada de Redação Oficial, ora chamada de Redação Empresarial, quando não outras terminologias¹, ministrada na variedade de instituições que a ofertam para a EPT, são, muitas vezes, de pouco uso dentro das práticas efetivas do mundo do trabalho. Há certa predileção no que diz respeito à escolha dos gêneros textuais a serem ensinados, conforme será abordado no capítulo 3. Esses conteúdos, sozinhos, não promovem o que de fato se almeja quando se pensa em formação omnilateral do sujeito aluno (conceito tão caro para a EPT e que será fundamentado no decorrer deste trabalho), pois não ampliam a capacidade de fazer com que o “aluno aprenda a transitar com segurança nos diversos campos de atividade humana atuando ativamente nas práticas sociais” (Ortega; Silva Filho, 2021, p. 49).

Uma observação feita em manuais de redação oficial mostra que há uma limitada lista de gêneros textuais a serem trabalhados. E essa lista de gêneros muitas vezes não corresponde à realidade que o aprendiz enfrentará no exercício de uma profissão. O que se constata é que existem alguns modelos de gêneros textuais que figuram nas páginas desses manuais apenas por serem modelos consagrados quando o assunto é redação oficial, enquanto existe a possibilidade de um ensino que privilegie práticas sociais efetivas, com gêneros que de fato circulam fora da escola, nas situações concretas do uso da língua.

Torna-se relevante favorecer o desenvolvimento de práticas pedagógicas cujo fim levará o aluno a adquirir conhecimentos sobre aquilo que ele necessita saber para produzir e receber textos em situações sociais reais; para que o aluno atenda a demandas específicas do mundo do trabalho, mas também perceba que produzir textos não é uma atividade meramente instrumental.

¹ Não cabe nesta dissertação discorrer a respeito das terminologias dadas à disciplina. Porém, o termo ‘redação oficial’ será melhor explicado no capítulo 3 deste trabalho.

Segundo Pastré, Mayen e Vergnaud (2019, p. 59),

um técnico de serviço domina uma área de tecnicidade construída e validada num sistema de ensino técnico e profissional. É, na maioria das vezes, por esta qualificação que ele é contratado. Por outro lado, ele desenvolveu desde a infância um repertório de competências conversacionais adquiridas fora de qualquer aprendizagem organizada: as leis sobre os usos da língua nas interações sociais e profissionais finalizadas ficam mais ou menos ausentes do ensino.

Diante disso, entende-se que é importante trabalhar com uma proposta de ensino que relacione os saberes técnicos da disciplina à dimensão dialógica da linguagem, tornando assim esses saberes vinculados ao conjunto de saberes sociais.

Peça indispensável no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o produto educacional (PE) desenvolvido nesta pesquisa, uma apostila para o ensino de redação oficial na EPT, propõe atividades que tem por fim “ampliar a capacidade discursiva dos alunos, oportunizando condições para que possam questionar as verdades inabaláveis, os ditos e não ditos, e, assim, quem sabe, libertar-se da alienação e do assujeitamento frente ao fatos sócio-históricos” (Machado e Freitas, 2013, p. 61).

Esse recurso didático poderá trazer benefícios aos estudantes, uma vez que ele irá propor exercícios que estimulam as práticas de texto com base em algumas condições de produção.

Geraldi, referência no ensino de língua portuguesa, a partir de 1980, defende o fato de se criar as condições de produção de textos, isto é, é preciso que: a) se tenha o que dizer; b) se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer; c) se tenha para quem dizer o que se tem a dizer; d) o locutor se constitua como tal, enquanto sujeito que diz [...]; e) se escolham as estratégias para realizar (a), (b), (c) e (d) (Geraldi *apud* Bilhar de Souza; Costa-Hübes, 2024). Nesta perspectiva, “o texto é uma atividade discursiva na qual alguém diz algo a alguém, com alguma finalidade, em dado contexto e seleciona as estratégias para fazê-lo” (Bilhar de Souza; Costa-Hübes, 2024, p. 140).

Entende-se que se faz necessário esse movimento de passar a trabalhar com gêneros que levem o aluno a analisar o contexto de produção, a situação social em que cada gênero se manifesta (e são muitas) e a considerar as condições de produção de cada texto, em vez de apenas trabalhar com gêneros que são pouco ou não são usados dentro das práticas sociais efetivas.

Aspecto importante também, e que demonstra a relevância de se trabalhar com novos gêneros e novas propostas de atividades, é o fato de que o mundo está em constante transformação. O mundo do trabalho não escapa dessa realidade, conforme bem observam Gomes e de Carvalho (2015, p. 71) quando citam que

[...] o mundo do trabalho é constantemente afetado por novas demandas e transformações sociais que propõem novos arranjos e reorganizações no universo profissional, de modo que o técnico deva apresentar um perfil de qualificação cada vez mais voltado à criticidade, à autonomia intelectual, à capacidade de transpor desafios e propor caminhos alternativos e criativos condizentes com a superação de paradigmas limitadores da formação humana integral.

Portanto, essa proposta de recurso educacional também traz consigo o objetivo de traçar novas estratégias educativas, de inovar os conteúdos e a organização de estudo na disciplina de Redação Oficial, para que o aprendiz aprimore seu repertório discursivo e de informação daquilo que acontece ao seu redor, seja no âmbito do trabalho, seja para além do aspecto profissional.

Esta pesquisa tem como objetivo geral promover, nas aulas da disciplina de Redação Oficial, prevista na grade curricular de alguns cursos do eixo de Gestão e Negócios, espaço para a compreensão e prática de textos do mundo do trabalho, tendo como objetivo não somente explorar os aspectos linguísticos dos conteúdos desse componente curricular, mas também considerar a abordagem interacional no estudo.

O propósito é levar o produtor do texto a compreender a escrita como ato social, fazendo-o assumir uma postura que considere a dimensão dialógica em suas produções, tanto dos gêneros textuais comumente trabalhados na disciplina como de outros gêneros, concretos, presentes na prática profissional de técnicos administrativos.

Como objetivos específicos tem-se: (1) apontar como os estudos da linguagem se interseccionam com o campo da EPT; (2) analisar ementas da disciplina e manuais de redação oficial a fim de verificar qual o conteúdo proposto, e como ele é trabalho; (3) descrever a análise feita aos manuais e correlacionar com o produto educacional aqui elaborado; e (4) elaborar um produto educacional com a proposta de atividades que tem por fim ampliar a capacidade discursiva dos alunos, dentro da disciplina de Redação Oficial, trabalhando com os aspectos linguísticos e extralinguísticos da língua.

A seguir, são abordados, no capítulo 2, referenciais teóricos sobre a EPT e o ensino de redação oficial. No capítulo 3 são descritos dois materiais do contexto da redação oficial. Esses materiais são analisados do ponto de vista do seu conteúdo. No capítulo 4 são trazidas contribuições do pensamento bakhtiniano, que podem ser consideradas na EPT, para que se possa pensar em alternativas para o ensino da disciplina tratada.

No capítulo seguinte, é descrito e comentado o PE elaborado nesta pesquisa, uma apostila para o ensino de redação oficial na EPT, intitulada *Redação Oficial da Educação Profissional e Tecnológica: apostila para estudo complementar*. O capítulo 6 traz a metodologia utilizada na pesquisa e na aplicação do PE, juntamente com a apresentação dos resultados da aplicação do produto, promovendo algumas discussões.

E, por fim, as considerações finais reafirmam que as aulas de Redação Oficial são lugar para que o aluno compreenda a dimensão social de suas produções, podendo ir além do ensino estritamente relativo à aplicação de regras e apreensão de modelos de alguns poucos gêneros textuais.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE A EPT E A REDAÇÃO OFICIAL: UM BREVE OLHAR

Nos estudos inerentes ao campo da EPT, que efetivamente se preocupa com os ideais de formação humana integral, alguns conceitos de substancial importância aparecem com certa recorrência, todos intimamente ligados à relação entre trabalho e educação. Dentre esses conceitos, o trabalho aqui desenvolvido buscou destacar os de omnilateralidade, trabalho como princípio educativo e formação integrada, que serão citados no decorrer da dissertação.

Conforme Saviani (2007, p. 152) “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa”. Sendo estas atividades atribuídas não a qualquer animal, mas ao animal homem², faz-se conveniente definir o que é o homem (sem esquecer de destacar que são muitas as definições que podem surgir), e que uma das mais populares é a de que homem é um animal racional, e seria a sua racionalidade que o distinguiria dos demais animais. Contudo, essa noção sozinha não dá conta de defini-lo, conforme aponta Saviani (2007, p. 154):

diferentemente dessa maneira de entender o homem, cumpre partir das condições efetivas, reais. Voltando-nos para o processo de surgimento do homem vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si.

Sendo assim, se o homem, para garantir sua existência, necessita ‘fazer’ sobre a natureza, esse ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do ser humano é o trabalho (Saviani, 2007). Complementando essas palavras, Borges (2017, p. 102) cita que,

assim como todos os seres vivos, em particular os animais, interagem com a natureza para garantir sua sobrevivência, o homem, como um desses, passa a construir formas dessa interação que permitem transformações cruciais a ponto de alcançar a consciência. Com base na ação consciente, é possível compreender de que forma tal ação, antes natural, torna-se ação social, o trabalho.

² O termo ‘homem’, aqui empregado, não é utilizado com o intuito de reforçar o caráter de um gênero dominante. Entende-se que é preferível utilizar termos neutros, porém optou-se por manter o vocábulo ‘homem’ em razão de os autores citados aqui utilizarem-no.

Portanto, “aquilo que define o homem como ser, para além do mundo natural, é o trabalho” (Borges, 2017, p. 103). Indo além, o que coloca o trabalho como sendo algo humano é a consciência da ação. Assim, revela-se a

[...] a constituição de um novo ser que projeta em pensamento o que deverá realizar na intervenção no mundo real e cria inúmeras mediações para tal realização no mesmo movimento em que o mesmo cria variadas condições dessa realização, a fim de produzir a tal cadeia de mediações (Borges, 2017, p. 104).

Com base no exposto, pode-se concluir que o ser humano se faz humano. E isso se dá pela passagem do estado de natureza para a condição de ser social. É quando o animal homem, por meio da interação com seus semelhantes e com a natureza, inclusive para sua sobrevivência, vai se constituindo como ser social, e se afastando da sua condição animal. E o trabalho, que é aquilo que humaniza o ser humano, também é transmitido nas relações sociais. Nisso, constitui-se o mundo e a sociedade; com base nessas relações sociais, num acordo entre semelhantes.

Sobre a origem da linguagem, e de como ela está estreitamente ligada ao desenvolvimento do trabalho, Engels (1876 *apud* Volóchinov, 2019, p. 240) deu uma direção na busca de compreendê-la:

o domínio sobre a natureza, que começou junto com o desenvolvimento das mãos e do trabalho, ampliava a cada novo passo o horizonte do homem. Nos objetos da natureza, o homem constantemente descobria propriedades novas, até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho necessariamente contribuía para uma união mais estreita entre os membros da sociedade, uma vez que graças a ela tornaram-se mais frequentes os casos de apoio mútuo, de atividade conjunta, e passou a ser mais clara a utilidade dessa atividade conjunta para cada membro individual. Em suma, as pessoas em formação chegaram à necessidade de falar algo uns para os outros.

Ocorre que, para Marx (*apud* Sousa, 2014), no sistema capitalista, com a divisão do trabalho, da relação entre propriedade privada e do trabalhador através do valor de troca, ocorre [também] o processo de desumanização, porque a forma capitalista da indústria moderna reproduz a divisão de trabalho, transformando o trabalhador no acessório consciente de uma máquina parcial. Assim, o trabalho,

manifestação humana, atividade vital e indispensável, representa toda a degradação e expropriação da vida pela dilaceração social, rebaixamento dos sentidos humanos e do conhecimento, provocado pela divisão do trabalho e pela propriedade privada, transformando o trabalho em processo de estranhamento do trabalhador (Sousa, 2014, p.128).

Com todo esse processo de humanização (e de degradação do homem), o trabalho desenvolveu-se tanto que representa a mola das sociedades modernas e, para isso, precisou organizar-se em um processo educativo. Citando Borges (2017, p. 111), é importante esclarecer que,

não cabe, aqui, recuperar a história da instituição escolar, tampouco identificar as distintas formas de organização da escola em diferentes tempos e espaços, apenas a compreensão de que, dado determinado desenvolvimento humano, tornou-se necessário sistematizar o conhecimento científico, artístico, filosófico, político e pensar nas formas de transmissão desses saberes para as novas gerações.

O que vale a pena mencionar é que essa sistematização e transmissão de saberes é algo que na história não aconteceu de maneira equânime. O desenvolvimento da produção ocasionou a divisão dos sujeitos em grupos, o que se pode verificar nos escritos de Saviani (2007, p. 155) quando este acrescenta que “a apropriação privada da terra, então o principal meio de produção, gerou a divisão dos homens em classes. Configuram-se, em consequência, duas classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários e a dos não-proprietários”. E, como efeito,

[...] essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho” (Saviani, 2007, p. 155).

Na sociedade capitalista – que irrompeu para superar o sistema feudal, e que trouxe consigo a substituição da manu pela maquinofatura, impulsionando o processo de industrialização, que extinguiu o elemento ‘animalidade’ do indivíduo para dar lugar a formas mais complexas de vida coletiva – essa divisão na educação se estende, com a dualidade de escolas para os trabalhadores e de escolas para aqueles que seriam os futuros dirigentes.

Diante dessa contextualização da relação trabalho-educação ao longo da história, convém expor a realidade do Brasil, que tem seu sistema educacional pautado por ideais capitalistas. A educação brasileira é dominada pelo capital, e reproduz a dualidade exposta acima, portanto, pensar numa educação que rompa

com a divisão ‘escola para a classe trabalhadora / escola para a classe dominante’ é um movimento complexo e desafiador. Conforme Ciavatta (2014, p. 197) “as condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população”; e reivindicar por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos é tarefa que exige mobilização, algo nem sempre simples de se alcançar.

No que cabe à educação profissional e tecnológica no Brasil o desafio pode ser percebido na seguinte pergunta:

Como consolidar uma educação unitária em meio a um sistema segregador e excludente, que seja capaz de unir a formação científico-tecnológica à compreensão histórico social, consentindo às classes trabalhadoras o conhecimento dos embasamentos sociais, políticos, técnicos e culturais do atual sistema produtivo e, dessa maneira, arquitetar o trabalho como divisão central do processo educativo? (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012 *apud* Ribeiro, 2022, p. 03).

Pois bem, para um problema, uma possibilidade. A fim de superar essa realidade, autores que tratam da EPT defendem a bandeira da formação integrada, ideia cuja “origem remota está na educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (Ciavatta, 2014, p. 190). Com o objetivo de se compreender o que significa a formação integrada, Ciavatta (2014, p. 198) afirma que

o termo integrado remete-se, por um lado, à forma de oferta do ensino médio articulado com a educação profissional; mas, por outro, também a um tipo de formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos.

Quanto a isso, em concordância com a autora, para Araújo e Frigotto (2015, p. 62),

não apenas uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais.

Portanto, trata-se de uma forma de oferta prevista na legislação de educação

do país – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas não se esgota em sua estruturação, pois para os autores do campo da EPT é também uma possibilidade de formação capaz de promover a constituição do ser em sua omnilateralidade.

Em uma relação com o conceito de formação omnilateral, para Ramos (2014, p. 84), essa forma integrada “expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos”.

Prosseguindo com a ideia de educação omnilateral, nas palavras de Nosella (2007, p. 148), “a fórmula marxiana de formação onilateral ou de escola unitária, para todos, é antes de tudo a superação da dicotomia entre o trabalho produtor de mercadorias e o trabalho intelectual”.

Nesse sentido, “a crítica à distinção tradicional entre o ‘trabalho manual’ e o ‘trabalho intelectual’ é um dos elementos mais importantes para a elaboração de uma nova teoria da educação” (Monasta, 2010, p. 21). E, se a formação omnilateral traz consigo a superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, ela faz-se muito necessária na proposição de uma nova possibilidade de educação: a formação integrada, que busca justamente superar essa distinção, e cujo propósito também pode ser observado quando se tem o trabalho como princípio educativo.

No caso da formação integrada, a educação geral se torna parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Gramsci, 1981, p.144 *apud* Ciavatta, 2014, p. 198).

Essa é a possibilidade defendida por tantos autores que se debruçam nos estudos de EPT e que entendem que a educação profissional não é apenas preparar para o mercado de trabalho, “mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (Ramos, 2014, p. 85).

É também a alternativa que não concebe o trabalho pelo viés do modo de produção capitalista, e sim dentro do que o legitima como princípio educativo, conforme explicam Silva e Rosa (2021, p. 8):

sob o ponto de vista da sociedade capitalista, o trabalho é compreendido na perspectiva do emprego ou do trabalho assalariado, reduzindo, com isso, o trabalhador a uma relação de exploração. Nessa perspectiva, a educação tem o papel de formar mão de obra especializada, adestrada às demandas do processo produtivo, capaz de desempenhar tarefas previamente definidas, baseadas no desenvolvimento de competências e habilidades. Quando se pensa no trabalho como princípio educativo, por outro lado, tem-se um outro ideal de formação para o trabalhador. Uma formação que permita, além do desenvolvimento pleno de suas capacidades, também a possibilidade de compreender a realidade em sua totalidade.

Ou seja, uma formação em que o espaço educacional tem a função de formar e contribuir para o desenvolvimento das pessoas, para que elas produzam a sua existência mediante a apropriação dos conhecimentos produzidos sócio-historicamente, tendo o uso e a transformação desses conhecimentos como potencialidades de práxis efetivas de produção (Ramos, 2021).

No que tange à organização curricular, num projeto de educação em que o trabalho se configura como princípio educativo, o objetivo da formação é “integrar em um mesmo currículo a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas; a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento” (Ramos, 2014, p. 92).

Quando se defende uma formação humana integral, ainda seguindo a direção e as referências de estudiosos que se preocupam com a EPT, um importante nome que surge é o do pensador político Antonio Gramsci, figura italiana marcante na Europa, na primeira metade do século XX.

Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, livro escrito nos seus anos de preso político do regime fascista italiano, defendia a ideia de uma educação única para todos “e um vínculo estreito entre a escola e o trabalho, assim como entre a educação técnica e a educação humanista” (Monasta, 2010, p. 22). Para ele, uma solução seria uma “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (Gramsci, 2004, p.33). A escola unitária de Gramsci “deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (Gramsci, 2004, p. 36).

Indo além, ainda na visão do pensador italiano, a escola profissional não deveria

se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas só com o olho certo e a mão firme. Mesmo através da cultura profissional é possível fazer que surja da criança o homem, contanto que se trate de cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual (Gramsci, 2010, p. 67).

Diante de todo esse panorama, busca-se, com base nos conceitos que fundamentam a EPT, superar essa dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, e construir caminhos que alicercessem o ideal de educação para a emancipação – que pelos ideais gramscianos, nas palavras de Monasta (2010, p. 49),

não visa formar nem eruditos que amontoam em suas cabeças e em suas falas dados desconexos e ao acaso, nem meros operadores técnicos úteis para as necessidades imediatas do mercado, mas homens cultos, historicamente determinados, que compreendem o mundo do trabalho e seus processos produtivos.

Para que esse objetivo seja alcançado, o trabalho aqui desenvolvido tem como fim a adoção de práticas pedagógicas integradoras. Conforme recomendam Araújo e Frigotto (2015, p. 63),

ao tratarmos de práticas pedagógicas orientadas pela ideia de integridade da formação humana, sistematizamos algumas indicações teóricas e práticas com o propósito de favorecer aos educadores de ensino médio e técnico, em particular, subsídios que permitam a construção de arranjos pedagógicos promotores da compreensão da dialeticidade entre as especificidades dos diferentes fenômenos físicos e sociais tratados em sala de aula com a totalidade natural e social.

A presente pesquisa traz, portanto, uma proposta de produto educacional para as aulas de Redação Oficial (disciplina ministrada nos variados cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios, ofertados em diversas instituições de ensino), que servirá de alternativa ao ensino desse componente por entender que ele pode ser, para além daquele que enfatiza um manual para a produção de diferentes gêneros textuais, uma possibilidade que supere o caráter instrucional da disciplina e que, junto ao ensino da forma e estrutura dos textos oficiais, possa levar o aluno a atender a dimensão dialógica de suas produções textuais. Para a elaboração deste trabalho e do recurso didático, recorreu-se aos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin, filósofo russo do século XX, e de Valentin Volóchinov, também intelectual russo e que realizou estudos com Bakhtin. Compõem também a bibliografia da pesquisa, autores como os

professores Carlos Alberto Faraco, Luiz Antônio Marcuschi, João Wanderley Geraldi, Roxane Rojo, Marcos Bagno e Beth Brait, entre outros importantes nomes para os estudos da linguagem.

Em síntese, o que se pretende aqui é abordar sobre a EPT e suas bases conceituais, que preveem a formação geral articulada à formação específica com o uso de práticas integradoras que visam ao alcance da formação omnilateral. Para isso, traz-se a proposta de um produto educacional - uma apostila - alinhado aos ideais das práticas realmente integradoras, para trabalhar com os conteúdos da disciplina de Redação Oficial, por meio de uma abordagem dialógica da linguagem. Isso, para que o aluno entenda a escrita como prática social.

2.1 O ensino de Redação Oficial na EPT

A educação profissional busca integrar a formação básica à formação profissional do estudante, fazendo com que ele, no decorrer de seu percurso formativo, adquira conhecimentos e desenvolva habilidades que irá pôr em prática no exercício de uma profissão. Essas habilidades, inerentes ao mundo do trabalho, serão adquiridas na parte que contempla a formação específica do aluno, formação que no ensino médio pode se articular a sua formação geral.

A tarefa de preparar o estudante para que seja capaz de realizar determinadas produções textuais de maneira satisfatória é comumente atribuída à área do ensino da língua, realizada na disciplina de Língua Portuguesa. Nos cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios, o aluno tem na grade curricular a disciplina de Redação Oficial. Partindo do pressuposto de que o conteúdo da disciplina tem o objetivo de levar o estudante a ter um bom desempenho na escrita de comunicações oficiais, o estudo realizado aqui almeja promover atividades que abranjam não somente os aspectos linguísticos nas produções, mas também considerem os elementos extralinguísticos, a fim de tornar o aluno apto a desenvolver textos em que os aspectos formal e comunicativo estejam bem alinhados.

Ao seguir preceitos de diversos livros e manuais de redação, dentre eles o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), que estabelece práticas que têm como premissas “rever, atualizar uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais” (Brasil, 2018, p. 12), o que se pretende é

utilizar ferramentas que permitirão maior clareza e padronização na produção dos atos de comunicação oficial. Certamente, é importante que o aluno compreenda que “Redação oficial é a maneira pela qual a entidade jurídica (Órgão, Instituição, Organização) redige comunicações oficiais e atos normativos” (Brasil, 2018 p. 16). Mas trabalhar com forma e estrutura dos textos, deixando de abordar a esfera do discurso, é relegar o ponto de vista sociointeracionista nas produções textuais. Adotar uma visão interacionista no ensino da escrita é tão importante quanto trabalhar com seus aspectos formais.

Antunes (2003, p. 45) aponta que “uma visão interacionista da escrita supõe, desse modo, encontro, parceria, envolvimento entre sujeitos, para que aconteça a comunhão das ideias, das informações e das intenções pretendidas”.

Indo além, o estudo de textos sob essa perspectiva é aquele em que “todo uso autêntico da língua é feito em textos produzidos por sujeitos históricos e sociais de carne e osso, que mantêm algum tipo de relação entre si e visam a algum objetivo comum” (Marcuschi, 2008, p. 23).

Faz-se necessário destacar aqui, dentro da abordagem sociointeracionista, que o estudo dos gêneros textuais torna-se imprescindível para o ensino das práticas de redação, pois “todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade” (Marcuschi, 2008, p. 22). Como afirma Bronckart (*apud* Marcuschi, 2008, p. 154) “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”, o que permite dizer, segundo Marcuschi (2008, p. 154), “que os gêneros textuais operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação além da justificativa individual”.

Ao se abordar sobre discurso e gêneros discursivos, faz-se fundamental recorrer aos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin, filósofo russo que desenvolveu estudos sobre a linguagem, com destaque para o conceito de gêneros do discurso.

A respeito do filósofo, para Machado e Freitas (2013, p. 51),

dentre os que se posicionaram contrariamente com relação a ter somente a língua como objeto dos estudos linguísticos e, ainda, opondo-se à visão de Saussure, em que a língua é abstrata e ideal, um sistema sincrônico e homogêneo, podemos citar Bakhtin, que com seus estudos antecipou muito

as tendências da linguística moderna, partindo do princípio de que a língua é um fato social, cuja existência funda-se na necessidade de comunicação.

Segundo Bakhtin (2011, p. 261), “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana”. Ocorre que, “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2011, p. 262).

Convém também mencionar a definição de gêneros textuais de Marcuschi (2008, p. 155), para quem, eles

são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, carta, bilhete, notícia, receita culinária, bula de remédio, lista de compras e assim por diante.

Conforme Costa (2009, p. 18-19), com relação aos estudos bakhtinianos da linguagem,

na produção de um gênero vai haver sempre uma interação determinada, regulada pela organização enunciativa da situação de produção, que é definida por alguns parâmetros sociais: (i) *o lugar social da interação* (sociedade, instituição, esfera cultural, tempo histórico); (ii) *os lugares sociais dos interlocutores ou enunciadore*s (relações hierárquicas, relações interpessoais, relações de poder e dominação, etc.) e (iii) *finalidades da interação* (intenção comunicativa do enunciador). Além disso, a forma composicional e as marcas linguísticas (gramática) dependem do gênero a que pertence o texto e esse gênero operante dependerá da situação da enunciação em curso na operação.

Um entendimento fundamental aqui é “a compreensão das práticas de oralidade, escrita e leitura, como atividades enunciativo-discursivas presentes em várias instituições e em várias esferas sociais, isto é, em vários domínios discursivos, mediadas por enunciados - gêneros discursivos e textuais - orais e escritos” (Costa, 2009, p. 15).

Indo além nos estudos dos gêneros, e após buscar defini-los, pode-se trazer ao debate o conceito de domínio discursivo, que “constitui muito mais uma ‘esfera da atividade humana’ no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica instâncias discursivas (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.)” (Marcuschi, 2008, p. 155).

Conforme já apontado, Bakhtin, ao longo de seus trabalhos, afirma que o uso da língua se dá por meio de enunciados. E destaca que esses enunciados consideram alguns elementos, a saber: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional.

Ao tratar da questão do estilo, por exemplo, o filósofo cita que em alguns gêneros as marcas individuais são mais evidentes, principalmente nos gêneros literários. E continua, dizendo que “as condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naqueles gêneros do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais [...]” (Bakhtin, 2016, p. 17).

Pois bem, nota-se que os documentos oficiais são objeto da disciplina de Redação Oficial, e que dificilmente há espaço para marcas individuais nos gêneros que ali figuram. Aqui, faz-se o seguinte questionamento: por que não trabalhar também com textos que favoreçam a questão do estilo nas aulas de redação oficial? Trabalhar com gêneros que fogem do habitual, mas que também podem ser muito importantes para a área administrativa, é uma possibilidade para se trabalhar com esse elemento. Ademais, propostas com diferentes tipos de texto contribuirão, conseqüentemente, para a ampliação do repertório de gêneros por parte do aluno.

Embora a pesquisa aqui não tenha o objetivo de utilizar um método de estudo com base nesses elementos, faz-se importante considerá-los em alguns momentos no estudo dos gêneros, incluindo aqui os do âmbito da redação oficial.

Outro conceito que merece relevo é o do dialogismo. Dentre as definições que a palavra ‘diálogo’ pode carregar está a de que trata-se de interação verbal entre sujeitos. Porém, “o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo” (Volóchinov, 2021, p. 219).

Conforme Fiorin (2006, *apud* Gomes; de Carvalho, 2015, p. 69),

[...] o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação, uma vez que a consciência constrói-se na comunicação social, ou seja, na sociedade, na História. Desse modo, [...] o sujeito vai construindo-se discursivamente, aprendendo as vozes sociais que constituem a realidade em que está imerso. Nessa aprendizagem, o sujeito torna-se constitutivamente dialógico por não absorver apenas uma voz social, mas várias que estão em relações diversas entre si, em relações de concordância ou discordância. O encontro dessas vozes com o contexto em que estão inseridas caracteriza, pois, o dialogismo como o fenômeno que ocorre em todo e qualquer discurso, que por sua vez é uma resposta a outro discurso,

portanto um entrecruzamento de pensamentos.

Para explicar o conceito acima, pode-se pensar num sujeito A, que, ao longo da vida, vai estabelecendo relações com outros textos, vai se deparando com textos e vai se constituindo discursivamente. Nessa relação dialógica, o sujeito já não é mais A, senão outro. Quando ele assume-se como produtor de textos, seus textos sofrerão influência de outros discursos, essas vozes que o constituem discursivamente.

Os estudantes dos cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios têm, como ferramenta de trabalho, o texto. Ou seja, a ferramenta de trabalho de quem desenvolve atividades administrativas são os textos. Portanto, no seu percurso formativo, esses estudantes devem produzir textos.

A hipótese aqui levantada é a de que além de trabalhar com os gêneros previstos na disciplina, como: atas, ofícios, memorandos, certidões, declarações; ou abordar assuntos como as 'formas de tratamento' ou os 'vícios de linguagem', a opção de trabalhar com textos de outros gêneros textuais, ou com temáticas como a multimodalidade e a acessibilidade textual, pode ser possibilidade para que o estudante amplie e desenvolva seu repertório discursivo.

Oferecer ao estudante um recurso educacional com propostas de práticas pedagógicas em que ele irá aprender - além dos assuntos comumente abordados nesse componente curricular, como os modelos de gêneros textuais de sempre e algumas regras do bom uso da língua para evitar erros - conteúdos novos, com base em atividades pedagógicas que o aproximem das situações concretas de uso da língua, leva-o a "explorar o conhecimento de outras áreas, de outros domínios e assumir a certeza de que, ao lado do conhecimento da gramática, outros são necessários, imprescindíveis e pertinentes" (Antunes, 2007, p. 65).

É essencial fazer com que haja uma aproximação entre as atividades que o aluno desenvolverá em sala e o uso da língua com base nas interações sociais, esse uso manifestado em gêneros, de preferência os que se aproximam do fazer profissional do aluno, fazendo assim com que o ensino de redação oficial no contexto da EPT esteja alinhado a práticas formativas integradoras, e não fragmentadoras.

Diante do exposto, entende-se que estudo dos gêneros textuais torna-se imprescindível para o ensino das práticas de redação, incluindo as práticas nas aulas de Redação Oficial, já que a reflexão acerca dos gêneros textuais contribui para que o aluno compreenda que "cada gênero textual tem um propósito bastante claro que o

determina e lhe dá uma esfera de circulação” (Marcuschi, 2008, p. 150). Em outras palavras, é possível perceber o que Koch (2008, p. 106) defende quando menciona que “gêneros textuais são constituídos de um determinado modo, com uma certa função, em dadas esferas de atuação humana”. O estudo dos gêneros contribui para a compreensão de que o texto, numa visão dialógica, em que os sujeitos são agentes na construção de sentido, é lugar de interação.

Desse modo, em consonância com a disciplina de Redação Oficial, é relevante a elaboração de atividades de recepção e produção de textos de gêneros textuais específicos, isto é, como o aluno lê e compreende atas, relatórios, portarias, editais, memorandos, ofícios, declarações, certificados, etc., e como ele produz tais textos, contudo não somente esses, frequentemente vistos nessa disciplina, mas outros, cuja presença nos manuais de redação não seja tão frequente, mas que merecem visibilidade dentro da área administrativa.

3 ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS MANUAIS DE REDAÇÃO OFICIAL

A escolha dos materiais analisados neste capítulo foi feita levando-se em consideração a pertinência das duas produções para a EPT. O primeiro trabalho analisado corresponde a um produto educacional (PE) apresentado ao ProfEPT, no Instituto Federal do Paraná (IFPR), instituição associada ao Programa. Esse PE é proveniente de uma dissertação de mestrado intitulada 'Comunicação em escrita oficial: padronização e letramento em documentos oficiais e administrativos no IFPR', defendida no ano de 2020, pela então discente Luciana Calisario da Silva Podolak, hoje mestra em EPT. O PE pode ser encontrado no portal eduCapes.

Já o segundo instrumento analisado refere-se a uma apostila elaborada para ser utilizada na disciplina de Redação Oficial do curso Técnico em Administração do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do Colégio Pedro II, tradicional instituição de ensino da cidade do Rio de Janeiro, e que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) desde 2012, por meio da lei nº 12.277/12, quando é equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFs.

Além da análise dos dois materiais aqui selecionados, é importante destacar que também foram observados, com menor rigor, sumários de outros manuais, como o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), manuais de redação para aprovação em concursos públicos, apostilas de cursos técnicos com seções específicas de redação oficial, materiais didáticos de ensino médio, também com unidades específicas para esta matéria, livros e manuais de redação técnica e/ou empresarial, entre outros. Após um breve olhar sobre esses materiais, pode-se verificar que eles possuem um padrão de conteúdo, com destaque na ocorrência frequente de alguns assuntos, como por exemplo a impessoalidade e a formalidade, tratadas como características essenciais da redação oficial, ou o ensino de um conjunto de regras retiradas de gramáticas normativas da Língua Portuguesa.

Segundo Ferraz, Silva e Ferreira (2002, p. 3), “percebe-se que o ensino de leitura e escrita dos componentes curriculares da EPT leva em conta a vertente instrumental, pois observa-se o uso protocolar e instrumental da língua, compreendendo-a por sua aplicabilidade”. O quadro a seguir contém informações retiradas de ementas de cursos técnicos do eixo de Gestão e Negócios de oito

instituições de ensino espalhadas pelo Brasil:

Quadro 1 – Conteúdos das disciplinas de língua na EPT:

Instituição/Curso	Nome do componente curricular	Conteúdo
IFSP – <i>Campus Sorocaba</i> Técnico em administração	Redação empresarial	Gêneros de redação empresarial: relatório, requerimento, ofício, carta comercial, memorando, e-mail, carta de apresentação, minuta, ata, circular, carta de demissão etc.
IFRS – <i>Campus Osório</i> Técnico em administração	Linguagens Aplicadas à Administração	Leitura e produção de textos; Produção de gêneros textuais da redação empresarial: currículo, carta comercial, memorando, ata, e-mail etc.
IFSC – <i>Campus Urupema</i> Técnico em administração	Redação Oficial	Leitura e compreensão de textos oficiais; Produção de textos oficiais; Gêneros textuais oficiais; Norma culta da língua portuguesa; Coesão e coerência textuais aplicadas à redação oficial.
CEFET/RJ – <i>Campus Maracanã</i> Técnico em administração	Comunicação empresarial I e II	Redação e modelos de documentos comerciais: correspondência comercial, carta comercial, mensagens eletrônicas; Redação oficial: correspondência e atos oficiais, modelos oficiais, ofício e requerimento; abreviaturas, siglas e símbolos.
IF Goiano – <i>Campus Iporá</i> Técnico em secretariado	Comunicação empresarial e oficial	Reconhecer, redigir e classificar diferentes tipos de redação e documentos: abaixo-assinado, apostila, ata, atestado, portaria, aviso, carta comercial, carta oficial, circular, comunicado, contrato, curriculum vitae, declaração, edital, exposição de motivos, fax, ficha de registro de reunião, informação, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, procuração, requerimento; relatório.
IFMS – <i>Campus Campo Grande</i> Técnico em administração	Produção de textos orais e escritos 1 e 2	Leitura e produção de textos; Características da comunicação empresarial; Gêneros do ambiente empresarial: ata, circular, carta comercial, e-mail, memorando e ofício.

IFBA – <i>Campus Juazeiro</i> Técnico em administração	Leitura e produção de textos	Redação de textos técnicos em suas variadas formas: relatório, currículo, requerimento, ata, memorando, ofício, laudos, e-mail e outros gêneros digitais.
IFAM – Campus Humaitá Técnico em vendas	Comunicação empresarial	Reconhecer as características e as particularidades da escrita oficial; Produção Textual de Gêneros Discursivos: Declaração/Atestado, Certificado/Diploma, Circular, Requerimento, Memorando, Ofício, Abaixo-assinado, Currículo, Correio Eletrônico, Edital, Portaria, Ata, Recibo, Relatório, Carta Comercial, Convite, Procuração e Contratos.

Fonte: A autora (2025) – Informações extraídas das ementas dos cursos técnicos, disponibilizadas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Analisando as ementas das instituições citadas, nota-se um padrão de abordagem de conteúdo, pois esses documentos citam alguns repetidos gêneros textuais a serem trabalhados em sala.

Retomando a análise das duas obras selecionadas, convém observar que,

basicamente, o que diferencia a Redação Oficial de outros tipos de redações, empresarial, técnica, escolar etc., é o fato de o termo “oficial” vincular-se ao Governo, ao Estado. O dicionário Houaiss (2001) descreve o vocábulo oficial como: “emanado do governo ou de uma autoridade administrativa reconhecida”, redação que porta em si características governamentais. Sua realização se dá na administração pública brasileira, a qual deve ser entendida, aqui, em sentido estrito, ou seja, as funções meramente administrativas juntamente com os órgãos e entidades do Governo que as desempenham (Santos, 2015, p. 23).

De igual maneira, o MRPR aponta que redação oficial diz respeito à “maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações” (Brasil, 2018, p. 16), excerto que aparece na pluralidade de manuais de redação oficial e de redação técnica já produzidos. Assim sendo, a redação oficial é o modo como a administração pública se comunica, independente do seu destinatário (cidadãos, instituições governamentais ou privadas).

Contudo, embora o termo ‘redação oficial’ esteja associado à administração pública, neste trabalho, a disciplina abordada é compreendida a partir do entendimento de que tratam-se sempre de textos para funções tipicamente administrativas, tanto para a administração da esfera pública, quanto para a

administração da esfera privada. Portanto, nesta pesquisa exclusivamente, redação oficial e redação técnica, ou redação empresarial, são expressões sinônimas, pois, ainda que pesem certas particularidades de cada uma, suas produções englobam conteúdos similares, sobretudo no que diz respeito à obediência a elementos de gramática normativa.

3.1 Produto educacional do ProfEPT, de autoria de Luciana Calisario da Silva Podolak

O PE analisado, publicação de 135 páginas, intitulada ‘Manual de comunicação em escrita oficial: padronização e letramento em documentos oficiais e administrativos’, é produto de uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2020.

Elaborado para auxiliar na produção de documentos da área de gestão de pessoas do IFPR, o manual traz modelos de textos a partir da observação de expedientes emitidos na Pró-reitora de Gestão de Pessoas e nas seções de gestão de pessoas dos *campi* da instituição.

O objetivo desse PE é “orientar e aprimorar as estratégias da modalidade escrita, abordando normas e princípios para elaboração, redação e padronização de documentos oficiais e administrativos, fazendo uso da linguagem apropriada a estes expedientes” (Podolak, 2020, p. 8).

O manual apresenta ainda dicas a respeito de redação e ortografia com a intenção de auxiliar na elaboração e na padronização dos documentos, servindo como fonte de consulta aos servidores das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Dividido em 7 itens, conforme pode ser observado no sumário, o conteúdo do manual é apresentado da seguinte maneira: 1. Apresentação; 2. A comunicação oficial; 3. A formalidade e padronização; 4. Documentos oficiais e administrativos; 5. Revisão gramatical; 6. Referências; e 7. Anexos. Desses, mereceram atenção na análise aqui empreendida os itens 2, 3, 4 e 5.

No item 2, A comunicação oficial, são trazidas algumas noções de termos como ‘comunicação’, ‘comunicação organizacional’ e ‘redação oficial na administração pública’. Aqui, a autora defende que os órgãos públicos adotem procedimentos de comunicações oficiais dinâmicos, voltados para a eficiência nos serviços, na

padronização, na dinamização do fluxo das informações e processos, promovendo assim o cumprimento de orientações normativas e a otimização no atendimento à sociedade (Podolak, 2020, p. 11).

Segundo Podolak (2020, p. 11), “a redação oficial tem por finalidade comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico e da correspondência particular etc.”.

A seção menciona ainda dois princípios fundamentais da administração pública – que sempre ganham destaque quando o assunto é redação oficial – a publicidade e a impessoalidade, tendo como referência o MRPR, que afirma que sendo eles princípios fundamentais para toda administração pública, devem igualmente nortear a elaboração dos atos e das comunicações oficiais.

Em seguida, são mencionados, de modo particular, os conceitos de adequação, clareza, objetividade, concisão, coesão e coerência, polidez, impessoalidade, correção e revisão.

Ao fim do deste item, a autora destaca algumas dicas a serem seguidas no momento da revisão de um texto como, por exemplo, verificar se os nomes próprios estão grafados corretamente, se os pronomes de tratamento foram adequadamente aplicados, se o texto está claro e objetivo, e se a ortografia e a pontuação estão corretas, dentre outras sugestões.

Seguindo para o próximo item, 3. A formalidade e a padronização, aqui, a autora faz uma citação que associa a “redação oficial” à esfera administrativa pública, quando aponta que “a redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige os atos normativos e comunicações oficiais” (Ledur, 2015 *apud* Podolak, 2020, p.17). Logo após, ela complementa essa ideia declarando que “a administração pública não deve conter a marca pessoal do administrador, pois os atos públicos não são praticados pelo servidor, mas pela administração a que ela pertence” (Podolak, 2020, p.17).

Prosseguindo com a análise, a autora afirma que, em relação aos modelos de documentos, “podem realmente surgir algumas dificuldades e ao consultar manuais de diferentes órgãos é possível perceber que existem detalhes de um documento que sofre variações” (Podolak, 2020, p.18). Ao afirmar isso, a autora mostra que diferentes manuais podem apresentar modelos distintos para um mesmo gênero textual.

O item 3 ainda apresenta a estrutura do “padrão ofício”, construída de acordo com o MRPR (2018), nomenclatura que foi adotada para uniformizar outros três

modelos oficiais usados anteriormente ao ano de 2018: o ofício, o aviso e o memorando. Conforme a autora,

até a segunda edição do Manual de Redação da Presidência da República havia três tipos de expediente que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando. E com o objetivo de uniformizá-los foi adotado a nomenclatura e diagramação únicas, chamada “padrão ofício” (Brasil, 2018 *apud* Podolak, 2020, 18).

Em seguida, o item apresenta um modelo de ofício, com um olhar pormenorizado para estrutura composicional do gênero, ou seja, explicando-o parte por parte. Conforme o manual de Podolak, que segue as orientações do MRPR, um ofício deve conter: cabeçalho, identificação do expediente, local de data do documento, endereçamento, assunto, texto do documento, fecho e assinatura. Sempre com formatação padrão.

A título de observação, segue o modelo de ofício retirado do manual:

Figura 1 – Modelo de ofício do PE

2 cm

2 cm

5 cm

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
REITORIA / GABINETE DO REITOR

OFÍCIO Nº XXX/GAB/REITORIA /IFPR/20XX

1,5 cm

Curitiba, XX de xxxxxxxx de 20XX

3 cm

Ao Senhor Ministro
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bl. L - 8º Andar – Gabinete
70047-900 Brasília-DF

Assunto: Redistribuição Servidor XXXXXXXX XXXXX XX XXXXX

3 cm

2,5 cm

Senhor Ministro,

1. Encaminhamos o processo protocolado sob o número XXXXX.XXXXXX/20XX- XX que trata da solicitação de redistribuição do servidor XXXXXXXX XXXXX XX XXXXX, ocupante do cargo efetivo de XXXXXX, lotado no (a) XXXXXXXX XXXXX XX XXXXXXX, para este Instituto Federal do Paraná – Campus XXXXXX.

2. Informamos nossa concordância com a referida distribuição e ofertamos como contrapartida o código de vaga desocupado nº XXXXXXX.

3. Diante disso e da manifestação também positiva do Senhor (a) XXXXXX XXXXXXX, Reitor (a) do (a) XXXX, solicitamos os procedimentos para efetivação do ato.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e enviamos cordiais saudações.

Respeitosamente

(NOME EM LETRAS MAIÚSCULAS)
Reitor em exercício

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Reitoria | Gabinete do Reitor
Rua Emílio Bertolini nº 54 - Cajuru - Curitiba - PR | CEP 82202-020 - Brasil
www.reitoria.ifpr.edu.br - gabinete@ifpr.edu.br

2 cm

Fonte: Manual de comunicação em escrita oficial: padronização e letramento em documentos oficiais e administrativos, de Luciana Calisario da Silva Podolak

Iniciando o item 4, Documentos oficiais e administrativos, Podolak apresenta modelos de documentos administrativos tratados na área de gestão de pessoas das unidades do IFPR. Sempre destacando que os modelos apresentados foram construídos de acordo com o MRPR, considerando, sempre que necessário, possíveis adaptações.

Os modelos colocados pela autora são: ata, atestado, certidão negativa, convite, convocação, correio eletrônico (e-mail), declaração, despacho, edital, instrução normativa, nota técnica, ofício, parecer, portaria, processo, resolução, termo de acordo de colaboração técnica, termo de acordo de cooperação técnica, termo de compromisso de estágio (TCE) e termo de contrato de professor substituto. A autora apresenta os gêneros destacados acima, definindo e trazendo um modelo para cada um deles.

Após despender olhar sobre o material, pode-se perceber que os itens 2, 3 e 4 dizem respeito aos gêneros textuais, trazendo modelos de textos produzidos no domínio administrativo, especificamente o da administração pública.

Já a parte final, o item 5. Revisão gramatical, aborda, como o próprio nome já diz, questões gramaticais, trazendo recomendações de expressões/vocábulos comumente utilizados em textos oficiais.

No intuito de rever, atualizar, simplificar e auxiliar o leitor na redação empregada em atos e comunicações, nesta parte do manual tratamos de temas que vão da acentuação correta, emprego de certas palavras, uso do hífen, das maiúsculas e minúsculas, uso da crase, às “famigeradas” palavras homônimas etc. (Podolak, 2020, p.98).

Destacam-se as recomendações a respeito dos vocábulos *campus* e *campi*, do uso do hífen, do uso de aspas, o uso do itálico, uso de maiúsculas e minúsculas, do emprego de negrito, da grafia de números, dos pronomes de tratamento, dos símbolos, das siglas etc.

Importante mencionar que a autora do manual descrito aqui, na ocasião da elaboração de sua dissertação e, conseqüentemente, de seu PE, era servidora do IFPR, lotada no setor de gestão de pessoas. Portanto, os gêneros textuais destacados por ela estavam diretamente ligados a sua prática profissional. Enfim, trata-se de um manual destinado aos servidores públicos de uma instituição específica, o IFPR.

3.2 Apostila de Redação Oficial (Colégio Pedro II)

O segundo material analisado nesta pesquisa trata-se de uma apostila que, diferentemente do manual descrito anteriormente, tem como público-alvo os alunos do curso Técnico em Administração do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) do Colégio Pedro II, tradicional instituição de ensino da cidade do Rio de Janeiro.

Elaborada por um docente de Língua Portuguesa³ do colégio, e idealizada para ser utilizada em sala de aula, além da exposição teórica de conteúdos recorrentes nos manuais de redação oficial, a apostila também inclui questões para a fixação da teoria, ao longo de suas 47 páginas, divididas em 3 tópicos.

Em suas primeiras linhas, o professor destaca aos alunos as razões pelas quais faz-se necessário estudar redação oficial. Ele dirige ao leitor a seguinte pergunta: *Por que estudar Redação Oficial?*, e então afirma que a resposta a essa pergunta pode ser encontrada no MRPR, que define redação oficial como “a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações” (Brasil, 2018). Vê-se a mesma proposição encontrada no produto educacional de Podolak.

O autor da apostila também faz menção ao artigo 37 da Constituição de 1988, em que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (Brasil, 1988). Esse artigo acaba ganhando relevância quando o assunto é redação oficial, principalmente no que diz respeito ao princípio da impessoalidade, por ser esse um princípio comumente mencionado nos manuais de redação existentes por aí.

Há no material, além dos princípios previstos na constituição, a referência a outros princípios: transparência, clareza, formalidade, uso do padrão culto de linguagem, concisão e uniformidade. O autor desenvolve alguns deles no primeiro tópico da apostila: Redação Oficial - Aspectos gerais.

Antes de iniciar a análise do material, importante destacar que o autor inclui o

³ Para manter a confidencialidade, dado que é um material para uso em sala de aula, usou-se a apostila feita pelo professor sem a referência da autoria. Agradecemos a gentileza do docente em disponibilizar o material e autorizar seu uso nesta pesquisa, registrada na Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPIL) por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 85619224.2.0000.9047.

termo 'Textos Técnicos e Profissionais' no material didático, explicando que

no MRPR, a Redação Oficial é tratada do ponto de vista do Poder Executivo. Por esse motivo, julgamos importante expandir o nosso trabalho de modo a incorporar também o que chamamos **Textos Técnicos e Profissionais**, usados no dia a dia das empresas privadas e outras instituições (Colégio Pedro II, s.d.).

Iniciando a observação da apostila, no tópico 1, Redação Oficial - Aspectos gerais, são abordados o conceito de redação oficial e suas características. Segundo o autor, a modalidade pode ser vista "como uma técnica, um conjunto de regras para confecção de documentos oficiais, que visa manter coerência dos documentos públicos com valores constitucionais da administração, como a uniformidade, a impessoalidade e a transparência".

Nessa parte, conforme já observado, o autor da apostila detalha alguns dos princípios que caracterizam a redação oficial, a saber:

a) impessoalidade: texto tem caráter informativo. Não há espaço para intimidade. Tanto emissor quanto receptor devem ser tratados de modo impessoal, como parte de um órgão. O público é tratado como conjunto de cidadãos, de forma homogênea. E os assuntos são sempre de interesse público; **b) concisão e clareza:** deve-se buscar a economia textual e linguística, isto é, dizer mais com menos, dispensar ideias secundárias que não acrescentam informação alguma ao texto. Quanto à clareza, um documento oficial não pode ser obscuro ou ambíguo; **c) padrão culto da linguagem:** deve-se obedecer ao padrão culto da língua portuguesa, com observância das regras gramaticais. Há que se evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos, que dificulta a compreensão ampla, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico; **d) formalidade e padronização:** formalidade de tratamento, não se restringindo à escolha do pronome de tratamento. Formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação. Formalidade vincula-se também à necessária uniformidade das comunicações. A clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação do texto são indispensáveis para padronização (Colégio Pedro II, s.d.).

Prosseguindo com a análise, ainda na primeira parte da apostila, aparecem os pronomes de tratamento e vocativos, assuntos regulares na modalidade de redação aqui examinada. O autor apresenta um quadro com os pronomes recomendados, bem como suas regras de uso e concordância. A seguir, o quadro utilizado pelo professor em seu material didático:

Quadro 2 – Emprego dos pronomes de tratamento

PRONOME DE TRATAMENTO	AUTORIDADES	
Vossa Excelência	Poder Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ● Presidente da República; ● Vice-Presidente da República; ● Ministros de Estado (são Ministros de Estado, além dos titulares dos Ministérios: o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Advogado-Geral da União e o Chefe da Corregedoria-Geral da União); ● Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal; ● Oficiais-Generais das Forças Armadas; ● Embaixadores; ● Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial; ● Secretários de Estado dos Governos Estaduais; ● Prefeitos Municipais.
Vossa Excelência	Poder Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> ● Deputados Federais e Senadores; ● Ministros do Tribunal de Contas da União; ● Deputados Estaduais e Distritais; ● Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; ● Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.
	Poder Judiciário	<ul style="list-style-type: none"> ● Ministros dos Tribunais Superiores; ● Membros de Tribunais; ● Juízes; ● Auditores da Justiça Militar.
<p align="center"><u>Vocativo equivalente ao pronome Vossa Excelência:</u></p> <p>O vocativo (expressão de chamamento) a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) é Excelentíssimo Senhor, seguido do respectivo cargo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ● Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, 		

- Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU),
Para as demais autoridades, utiliza-se o vocativo **Senhor**, seguido do respectivo cargo.

* Senhor Senador,

* Senhor Juiz,

* Senhor Ministro,

* Senhor Governador,

Fonte: Apostila de Redação Oficial (Colégio Pedro II, s.d.)

A respeito dos pronomes de tratamento, cabe registrar aqui que o quadro apresentado pelo professor na apostila tem como referência o quadro de pronomes do MRPR de 2018, porém, um decreto presidencial de 2019 (decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal) altera o disposto no MRPR. Conforme o art. 2º do decreto,

o único pronome de tratamento utilizado na comunicação com agentes públicos federais é 'senhor', independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião. Parágrafo único: O pronome de tratamento é flexionado para o feminino e para o plural" (Brasil, 2019).

O decreto ainda dispõe que são vedadas as seguintes formas: Vossa Excelência ou Excelentíssimo; Vossa Senhoria; Vossa Magnificência; doutor; ilustre ou ilustríssimo; digno ou digníssimo; e respeitável. Portanto, vocativos como "Excelentíssimo Senhor Presidente da República" estariam abolidos, dando lugar a expressões como "Senhor Presidente da República". Este é apenas um exemplo de que a língua é fluida, e de que as regras podem mudar a qualquer momento.

Um outro exemplo da plasticidade da língua é que os vocativos da tabela anterior funcionam para gêneros do famoso padrão ofício, contudo para gêneros que não se enquadram nesse alto grau de oficialidade, apesar de serem instituídos oficiais, como e-mails, por exemplo, vocativos como prezado(a) ou caro(a) são perfeitamente aceitos.

Concluindo o conteúdo do tópico 1, são apresentadas as maneiras de finalizar as comunicações oficiais, com o emprego de dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: a) Respeitosamente: para autoridades hierarquicamente superiores; e b) Atenciosamente: para autoridades de mesma hierarquia e de hierarquia inferior. O tópico encerra-se com a proposta de 18 questões

objetivas extraídas de concursos públicos, seguidas do gabarito.

Na parte seguinte, o tópico 2, assim como no Manual de comunicação em escrita oficial de Podolak, também há a referência ao ‘padrão ofício’. Aqui, o autor cita os três gêneros: aviso, memorando e ofício, e em seguida explica que o MRPR, com o objetivo de uniformizá-los, orienta que seja adotada nomenclatura e diagramação únicas: o então padrão ofício.

A apostila destaca as partes que compõem o gênero ofício – cabeçalho, identificação do expediente, local e data do documento, endereçamento, assunto, texto do documento e fecho para comunicações - e, após explicação detalhada sobre sua estrutura, apresenta um modelo.

Seguindo o exemplo do primeiro manual analisado neste capítulo, expõe-se a seguir o modelo de ofício da apostila:

Figura 2 – Modelo de ofício da apostila (Colégio Pedro II)

5 cm

2 cm

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

OFÍCIO Nº 197/2018/SAI/CC

Brasília, 8 de agosto de 2018.

1,5 cm

Ao Senhor
[Nome]
Chefe de Gabinete
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco R
70044-902 Brasília, DF

Assunto: Apresentação de novas funcionalidades do Sidof – Módulo I.

Senhor Chefe de Gabinete,

3 cm

2,5 cm

A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimorou o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – Sidof, com a inserção de novas funcionalidades. Os novos recursos do sistema serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta Subchefia.

2 Convido os servidores do [nome do Ministério] para assistir à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 9h30, no Auditório desta Subchefia.

3 Para assegurar o credenciamento, solicito a esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sidof, até 28 de agosto de 2018, por meio do endereço eletrônico [endereço eletrônico]:

a) nome completo do servidor;
b) número de Cadastro de Pessoa Física;
c) e-mail institucional, unidade/órgão em que atua; e
d) login no Sidof (caso esteja cadastrado no Sistema).

(29,7 cm x 21 cm)

Fonte: Apostila de Redação Oficial (Colégio Pedro II, s.d.).

Figura 3 – Continuação do modelo de ofício da apostila (Colégio Pedro II)

2 cm

4

Caso o servidor ainda não seja cadastrado no Sistema, será necessário o envio de autorização da chefia imediata. O envio das informações solicitadas acima é fundamental para garantir a inscrição do servidor no evento.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[NOME DO SIGNATÁRIO]
[Cargo do Signatário]

2

[Endereço] – Telefone: (xx) xxxx-xxxx
CEP 00000-000 Cidade/UF – <http://www.xxxxxxxxxxxxxxxxxx.gov.br>

2 cm

Fonte: Apostila de Redação Oficial (Colégio Pedro II, s.d.).

Em seguida são retomados os gêneros aviso e memorando, com a definição de cada um deles, e a apresentação dos respectivos modelos.

Além dos três gêneros já citados, a apostila apresenta ainda outros documentos. São eles: exposição de motivos, mensagem e correio eletrônico (e-mail). Além da definição de cada um deles, a apostila traz dicas a respeito de como escrever um e-mail. O autor fecha o tópico 2 com 21 questões, também retiradas de provas de concursos públicos.

Por fim, chega-se ao tópico 3, Observações sobre os pronomes pessoais. Nessa parte, é trabalhada a definição dos pronomes, juntamente com sua classificação, para, à frente, serem ensinados os princípios de colocação dos pronomes átonos oblíquos. O recurso didático apresenta uma tabela dos pronomes pessoais, retos e oblíquos, e suas funções sintáticas nas orações. Essa tabela é

seguida de alguns exemplos de usos dos pronomes.

Além disso, o tópico aborda as regras gerais para os casos de ênclise, próclise e mesóclise, e também contém alguns exercícios de fixação relacionados ao uso dos pronomes. O material encerra com uma breve observação sobre o uso da vírgula, acompanhada de exercícios acerca desse sinal gráfico de pontuação.

3.3 Percepção após análise dos manuais

Após o trabalho de análise dos dois exemplares escolhidos, é possível perceber que ambos têm como referência para sua feitura o MRPR. Nota-se também, observando esses e outros manuais de redação oficial, que, além dos conteúdos referentes aos gêneros textuais do domínio administrativo, uma parte desses materiais (sejam eles destinados ao ensino, sejam eles voltados à prática profissional) é sempre dedicada a assuntos de natureza gramatical prescritiva, como por exemplo o uso dos pronomes e sua função sintática, ou uma lista de palavras que costumam levantar dúvidas na hora de escrevê-las.

Sobre os processos e documentos administrativos, os órgãos, instituições, empresas, enfim, todos os espaços que possuem setores administrativos e que utilizam o texto como ferramenta de trabalho, geralmente estabelecem normas e procedimentos a respeito do uso de textos específicos. O uso do meio eletrônico para a produção de textos e para a tramitação de processos se torna cada vez mais comum no mundo do trabalho. Desse modo, é possível que, não importa a instituição e sua natureza (pública ou privada), seja comum ela instituir o uso de sistemas (softwares) para a gestão de seus documentos e processos eletrônicos.

Por fim, mas não menos importante, faz-se necessário destacar a escassez de materiais didáticos voltados ao ensino de redação oficial. Há muitos manuais elaborados com a finalidade de atender demandas de trabalho específicas, mas poucos materiais com fim didático. Todas essas observações contribuem para que se pense aqui em uma opção que complemente o ensino dessa modalidade de redação, possibilidade que será discutida nos capítulos seguintes desta pesquisa.

4 O ENSINO DE REDAÇÃO OFICIAL BASEADO NA DIMENSÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM: UMA POSSIBILIDADE

O olhar singular para a disciplina denominada 'Redação Oficial' serve de resposta a um trabalho de análise a manuais de redação oficial - obras consideradas referências quando se trata de produção de comunicações oficiais. O que pretende-se neste trabalho não é oferecer uma nova e única maneira de ensinar redação oficial, mas sim expandir a já existente, isto é, contribuir com os conteúdos comumente trabalhados neste componente curricular.

Existem gêneros de redação oficial que possuem mais espaço dentro dos manuais de comunicação oficial. Esses gêneros acabam tendo mais visibilidade do que outros dentro da disciplina. São eles: o padrão-ofício, a ata, o relatório e o e-mail, por exemplo. Gêneros menos recorrentes no ensino podem começar a figurar nas aulas deste componente curricular, pois também representam possibilidades discursivas no mundo do trabalho. Com base nessas observações, esta pesquisa busca oferecer uma possibilidade para as aulas da disciplina de Redação Oficial.

4.1 Contribuições do pensamento bakhtiniano para a EPT

É possível aproximar a filosofia da educação de Gramsci, que traz a ideia “de que a escola não se explica por ela própria e sim pela relação que mantém com a sociedade” (Monasta, 2010, p.36), à filosofia da linguagem de Bakhtin, que, por sua vez, defende que a linguagem não se explica fora da dimensão social. Bakhtin (2011, p. 261) argumenta que “os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Essa posição teórica une a linguagem ao fenômeno social, não podendo ser ambos tratados independentemente um do outro. Considerar como um texto se estrutura em um contexto de cultura e de situação é relacionar a língua a aspectos históricos e discursivos (Santos, 2015, pp. 32-33).

Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é entendida como fruto e meio das relações sociais em que os falantes atuam como sujeitos [...]. A língua, em sua concretude, é reconhecida como fenômeno vivo, social, dialógico e com uma carga ideológica intensa. O homem é compreendido como um ser histórico-social que, ao fazer uso da linguagem, o faz a partir de uma posição de sujeito sócio-historicamente situado, capaz de exercer uma responsividade ativa sobre os discursos presentes na sociedade (Bilhar de

Souza; Costa-Hübes, 2024, p. 124).

Segundo Bakhtin, o autor de um enunciado sempre considera o seu destinatário. O autor sempre possui uma intenção discursiva: despertar no interlocutor alguma ação, fazê-lo sair convencido, impactado, triste, feliz, etc. Para o pensador russo, o destinatário não é um sujeito passivo, ele é dotado de uma atitude responsiva ativa. Na realidade, “o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.” (Bakhtin, 2016, pp. 24-25).

Para Volóchinov, a comunicação discursiva é composta por dois momentos:

o enunciado de quem fala ou escreve e a compreensão desse enunciado por quem ouve ou lê. Essa compreensão sempre contém elementos de uma resposta. Em condições normais, sempre concordamos ou não concordamos com aquilo que ouvimos ou lemos. Habitualmente, respondemos a todo enunciado do interlocutor, se não com palavras, ao menos com gestos (Volóchinov, 2019, p. 272).

Bakhtin criticava os estudos que desconsideravam a função comunicativa da linguagem; muitos estudos colocavam-na em segundo plano, como é o caso do estruturalismo, corrente linguística do início do século XX que pensava linguagem como algo abstrato, fora do contexto social do discurso. Segundo a corrente estruturalista,

a linguagem é considerada do ponto de vista do falante, como que de um falante sem a relação necessária com outros participantes da comunicação discursiva. Se era levado em conta o papel do outro, era apenas como papel de ouvinte que apenas compreende passivamente o falante (Bakhtin, 2016, p. 23).

Bakhtin preocupa-se com o ‘enunciado’ (enunciado concreto) de falantes situados num ambiente discursivo. O autor critica os estudos abstratos da língua, que, normalmente, definem parceiros de situação comunicativa - falante e ouvinte - cada um com seu papel: o falante sendo responsável pelos processos ativos de fala e o ouvinte situando-se como ser passivo.

Em todo enunciado, o homem ocupa uma posição social ativa. Esses discursos verbais ativos se realizam em todas as esferas da vida social: na comunicação no trabalho e profissional, política, prático-cotidiana (na família, no círculo de amigos etc.), enfim na comunicação ideológica no sentido estrito da palavra (Volóchinov, 2021, p.343).

Volóchinov conclui que a linguagem/língua foi gerada para a comunicação de

grupos humanos. Formou-se do material dos gestos e expressões faciais, depois, do material sonoro. Com a ajuda da linguagem criam-se e formam-se os sistemas ideológicos (a ciência, a arte, a moral, o direito), e ao mesmo tempo a língua cria e forma a consciência do homem (Volóchinov, 2019, p. 264).

Segundo Volóchinov (2019, p. 148), determinar o objeto da linguística no início do século XX era um desafio. Se os linguistas estudassem apenas o som, o fenômeno acústico, não teriam a língua como objeto específico, uma vez que o som se encontra sob o domínio da física. Caso adicionassem os processos psicológicos do falante e do ouvinte, o estudo estaria inserido na esfera da psicologia.

Para que torne-se tipicamente linguístico, é necessário incluir esse conjunto de estudos em um outro

que seja muito mais amplo [...]. Para observar o processo de combustão, é necessário colocar o corpo no ambiente atmosférico. Para observar o fenômeno da língua é necessário colocar os sujeitos falante e ouvinte, bem como o próprio som, no ambiente social. Com efeito, é necessário que tanto o falante quanto o ouvinte pertençam a uma mesma coletividade linguística, a uma sociedade organizada de modo específico. É necessário ainda que os nossos dois indivíduos sejam abarcados pela unidade da situação social mais próxima, isto é, que o encontro entre estas duas pessoas ocorra em um terreno determinado” (Volóchinov, 2019, p. 148-149).

Trazendo esse olhar para a EPT, pode-se dizer que este ‘terreno determinado’ são as situações comunicacionais que se dão nos mais variados ambientes de trabalho. Nestes ambientes, ou seja, nos contextos em que os profissionais produzem textos, circulam incontáveis gêneros textuais. Um hospital produz seus gêneros específicos, assim como uma indústria, ou uma instituição de ensino, e assim por diante. Diante desta realidade de existência de inúmeros gêneros textuais, por que privilegiar alguns poucos gêneros no ensino profissional? Os profissionais técnicos em administração produzem vários tipos de textos, em diferentes domínios do mundo do trabalho (administrativo, empresarial, industrial, político etc.). Dentro desses domínios são inúmeras as possibilidades de textos.

Nos textos produzidos no e para o trabalho, nas diferentes esferas (administrativa, empresarial, jornalística, política, industrial etc.), os sujeitos autores estão sempre pondo à prova sua competência discursiva, por meio de textos coerentes e adequados a cada situação profissional. Assim, para situação A apresenta-se um texto específico A, e assim por diante. “A situacionalidade faz a história, nessa perspectiva, articula experiências individuais e experiências coletivas,

desenhando, assim, a linguagem, a forma e o conteúdo de textos específicos” (Pinheiro, 2002, p. 269). A título de exemplo, assuntos rápidos requerem respostas rápidas, podendo ser realizados por meio de aplicativos de mensagens instantâneas ou telefonemas; já assuntos particulares podem demandar conversas ao vivo; relatórios, e-mails, textos longos, dentre outros, também fazem parte das rotinas administrativas do mundo do trabalho e com frequência serão produzidos. Nestes casos, empresas, órgãos públicos, enfim, utilizam modelos para cada documento que produzem (Salvador, 2016).

Situação refere-se “aos momentos e lugares específicos em que os textos são efetivamente utilizados. Tais momentos e lugares exercem influência sobre as nossas escolhas linguísticas” (Silva; Sartin; Santos, 2018, p. 116).

A situação é a realização efetiva, na vida real, das diferentes formações ou variedades da comunicação social (Volóchinov, 2019, p. 269). Cada situação, incluindo as situações comunicacionais do mundo do trabalho, possui um repertório de gêneros textuais; o gênero é parte de determinado ambiente social. Ele entra em contato com esse ambiente, que o limita e define em todos os seus aspectos interiores (Volóchinov, 2021).

A situação forma o enunciado obrigando-o a soar de um modo e não de outro, seja como uma exigência ou um pedido, seja como a defesa de um direito ou como uma súplica por piedade, seja em estilo pomposo ou simples, seja de modo confiante ou tímido e assim por diante (Volóchinov, 2021, p. 206).

Nas disciplinas da EPT, a situação da comunicação discursiva está inserida no mundo do trabalho, o campo da comunicação discursiva é o do trabalho. Cabe à aula de redação oficial fazer com que os alunos conheçam a variedade de possibilidades do mundo do trabalho e compreendam quais delas utilizar em cada situação.

A este respeito, note-se, por exemplo, o uso dos fechos do padrão ofício: *‘Atenciosamente’* e *‘Respeitosamente’*, utilizados levando-se em consideração o nível hierárquico de quem escreve e de quem recebe o texto. Nas aulas de redação oficial, o aluno aprende em quais situações emprega cada um deles. Contudo, na vida, o sujeito pode deparar-se com outras palavras na função de fecho, por exemplo, *‘Sinceramente’* ou *‘Cordialmente’*, formas não previstas nos manuais de redação oficial, mas totalmente possíveis de acontecer em outros gêneros, cujo fecho mostra-se flexível, como é o caso de e-mails.

Isto posto, depreende-se que, se o aluno realiza uma prova de concurso, por

exemplo, e se depara com uma questão a respeito de fechos de comunicações oficiais (a saber o padrão-ofício), este aluno não deverá assinalar a alternativa cuja resposta seja um *'Até breve'* ou um *'Sinceramente'*. Entretanto, na sua realidade de trabalho, portanto de vida, haverá gêneros textuais que admitem possibilidades ditas 'não oficiais'.

A palavra é orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para quem é esse interlocutor: se ele é integrante ou não do mesmo grupo social, se ele se encontra em uma posição superior ou inferior em relação ao interlocutor (em termos hierárquicos), se ele tem ou não laços sociais mais estreitos com o falante (pai, irmão, marido etc.) (Volóchinov, 2021, p. 204-205).

O professor deve mostrar, de um modo que seja acessível aos alunos, o que eles perdem e o que ganham ao escolherem uma ou outra palavra, uma ou outra construção sintática (Bakhtin, 2013). Conforme a estrutura composicional dos gêneros textuais, em certos momentos, o produtor do texto necessitará olhar para determinado texto do mundo do trabalho e seguir as regras de uniformização do gênero. No entanto, além de dominar as regras, é imprescindível que ele saiba usar a língua em diferentes práticas letradas. Há situações em que o aluno pode se encontrar diante de uma série de possibilidades discursivas, e, analisando-as, pode escolher a melhor resposta para cada situação.

Há uma correlação de gênero e estilo (quer na literatura, quer em todos os outros campos da comunicação discursiva). Todos esses campos devem ser delimitados e definidos com exatidão. Fazem-se necessárias diferenciações precisas no interior de cada um desses campos. A situação, a finalidade e o objeto determinam também a escolha do estilo (das palavras e das formas gramaticais) e a escolha do gênero discursivo (Bakhtin, 2016, p. 129).

A respeito do ensino de língua na EPT, o trabalho com gêneros textuais segundo uma orientação pedagógica integradora, defendida por autores como Frigotto, seria algo que privilegia uma diversidade de textos relevantes para a formação profissional do educando. Além disso, práticas integradoras favorecem o ensino para além da burocracia de formas. Pensar o ensino de redação oficial inspirado nas ideias de Bakhtin não é tratar os gêneros textuais em formas e tipologias burocráticas.

A grande contribuição de Bakhtin e de outros pesquisadores que compartilham da visão acerca dos gêneros foi chamar a atenção para o caráter mediador e organizador do uso que fazemos da linguagem. Todos os usuários de uma língua moldam sua fala às formas dos gêneros e

reconhecem os gêneros nos usos sociais (Karwoski; Gaydeccka; Brito, 2011, p. 11).

O ensino de redação oficial está preso a questões formais, como se os textos pudessem ser postos em “formas”. Existem gêneros pré-fabricados, modelos prontos. Nas aulas de redação oficial, o aluno entra em contato com esses gêneros. Conteúdos dessa natureza servem, por exemplo, para fazê-lo passar em concursos. Contudo, no cotidiano de um profissional que trabalha com textos pode ser que seja diferente e que ele não reproduza em sua vida profissional muitos dos assuntos que aprende nas aulas de redação oficial.

No que diz respeito à ampliação dos horizontes dos alunos, segundo Halliday,

em cada interação verbal o/a falante ou escritor/a adota uma função social para si próprio/a e para seu/sua interlocutor/a. Há quatro funções básicas da fala: oferecer e exigir informações ou oferecer e exigir bens e serviços. Assim, pode-se oferecer (dar) ou receber informações ou produtos e serviços através de perguntas, respostas, afirmações, ordens, pedidos, e vários outros atos de fala (*apud* Jorge; Heberle, 2002, p. 183).

Estes são exemplos de operação que acontecem no mundo do trabalho: respostas, afirmações, ordens, pedidos etc. Portanto, expandir a lista de textos onde estas operações ocorrem, isto é, ampliar o conteúdo do ensino, é um movimento importante para a disciplina.

4.2 O trabalho e as interações verbais

Para a perspectiva bakhtiniana toda interação verbal, seja falada ou escrita, é dialógica. “Em toda interação há, além do falante ou escritor, o ouvinte ou o leitor. Aqueles interagem em função destes. Os textos são produzidos tendo em mente os seus interagentes. Assim, os recursos linguísticos que os escritores utilizam para realizarem seus posicionamentos levam em conta os ouvintes e leitores” (Vian Jr. *apud* Santos, 2015, pp. 47-48).

O texto é espaço da interação dialógica entre os indivíduos vivos, sujeitos de sua consciência e de sua cultura. “O espírito (o meu e o do outro) não pode ser dado como coisa, mas apenas numa expressão estruturada em signos, na realização em textos, tanto para mim quanto para o outro” (Bakhtin, 2016, p. 164).

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele a quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações do falante com o ouvinte. Toda palavra serve de expressão a 'alguém' em relação a um 'outro'. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga eu e o outro. Ela apoia uma de suas extremidades em mim, e a outra, no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor (Volóchinov, 2019, p. 179).

Seguindo os preceitos de Bakhtin, Bilhar de Souza e Costa-Hübes (2024) declaram que ações linguísticas são sempre desenvolvidas em relação ao outro; são entendidas numa dimensão social; isso significa dizer que não se fala em locutor, mas em interlocutores, dentro de uma situação. É por meio da linguagem que nos constituímos como sujeitos. A interação discursiva é a realidade fundamental da língua.

Os outros, para os quais o pensamento se torna o pensamento real pela primeira vez, não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta (Bakhtin, 2016, p. 62). Todo enunciado tem autor e destinatário.

Esse destinatário pode ser um participante - interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialista de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc. [...] Todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a que tal enunciado se refere (Bakhtin, 2016, pp. 62-63).

Ao servir de materialidade textual a uma determinada interação humana recorrente em um dado tempo e espaço, a linguagem se constitui como gênero. A partir de Bakhtin, "gênero é pensado como um evento recorrente de comunicação em que uma determinada atividade humana, envolvendo papéis e relações sociais, é mediada pela linguagem" (Meurer; Motta-Roth, 2002, p. 11).

Destaque no Brasil no ensino de língua portuguesa, Geraldi apresentou uma proposta para o ensino de língua, "a partir do interacionismo linguístico, tomando o texto por objeto de ensino e propondo o trabalho com três práticas em sala de aula: leitura, produção e análise linguística" (Paula, 2014, p. 277). A proposta de Geraldi, baseada em práticas e não em conteúdos, "propunha o ensino gramatical após o domínio da linguagem, além de revelar a existência de aspectos ainda não presentes

no ensino da língua portuguesa - a concepção interacionista, a noção de texto, a variedade linguística e a organização do ensino em torno de 'práticas'" (Geraldi; Silva; Fiad, 1996 *apud* Paula, 2014, p. 293).

Conforme Geraldi, é importante "centrar o ensino e a aprendizagem no processo de interação promovido pelos usos da linguagem. Trata-se de nortear o ensino a partir de uma concepção que o pesquisador chamou de linguagem como forma de 'inter-ação'" (Geraldi *apud* Bilhar de Souza; Costa-Hübes, 2024, p. 123-124). Nessa perspectiva, o autor "critica o trabalho sem a participação do aluno que, muitas vezes, ocorre em sala de aula, pois o conhecimento é construído na interlocução com o sujeito, a partir da reflexão" (Paula, 2014, p. 293).

Dentro da compreensão interacionista da linguagem, em 1984, Geraldi organiza uma obra⁴ considerada um marco na história da disciplina de Língua Portuguesa no Brasil. Neste livro, o autor apresenta práticas pedagógicas reflexivas para o trabalho com a linguagem em sala de aula; alternativas ao ensino mecânico de regras gramaticais (Bilhar de Souza; Costa-Hübes, 2024). Geraldi não exclui o estudo da gramática. No entanto, o foco de sua "proposta é refletir sobre como empregar os elementos linguísticos em usos efetivos de língua(gem), para que os estudantes construam seus próprios textos e explicitem seus projetos de dizer" (Bilhar de Souza; Costa-Hübes, 2024, p. 134).

Diante disso, torna-se importante salientar que o debate aqui não gira em torno de ensinar ou não a gramática. Professores costumam ter opiniões diferentes referente a esse assunto, contudo, durante suas aulas, terão de considerar que a gramática faz parte da língua, é impossível negá-la. Os alunos entrarão em contato com ela, sobretudo para se apropriar das variedades mais prestigiadas da língua. A disciplina de Redação Oficial é um exemplo de que a norma padrão é necessária. Todavia, o ensino de língua não se resume a isto.

Os gêneros do mundo do trabalho devem estar presentes nas aulas de cursos técnicos, bem como a gramática, entretanto, faz-se necessário que os textos sejam trabalhados na perspectiva de práticas reais. Neste sentido, é preciso desenvolver atividades de produção de texto, leitura e exposição oral que levem em conta a realidade concreta.

Uma possibilidade é trazer para a sala de aula textos multimodais, "práticas

⁴ GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula: leitura & produção, 1984.

contemporâneas de leitura e escrita, em diversos contextos, situações, suportes e mídias exigidos na participação letrada e cidadã em sociedade” (Rojo; Barbosa; Collins, 2011, pp. 111-112), para que o aluno responda ativamente nas suas produções textuais, e se posicione de modo autônomo e crítico no universo heterogêneo.

Conforme Dionisio (2011, p. 139), “na sociedade contemporânea, à prática de letramento da escrita, do signo verbal, deve ser incorporada a prática de letramento da imagem, do signo visual”. Para a autora,

a multimodalidade é um traço constitutivo do discurso oral e escrito. Faz-se necessário ressaltar a diversidade de arranjos não padrão que a escrita vem apresentando na mídia em função do desenvolvimento tecnológico. Em consequência, os habituais modos de ler um texto estão sendo constantemente reelaborados (Dionisio, 2011, p. 139).

O estudo e o ensino de uma língua, seja na educação básica, seja na EPT, devem considerar que a língua vem marcada pelos seus usos e pelos espaços sociais destes usos. Neste sentido, a língua nunca pode ser estudada ou ensinada como um produto acabado, pronto, fechado em si mesmo [...] (Geraldi, 1996, p. 26).

A língua não é algo imóvel, dado de uma vez por todas e determinado de modo rigoroso em suas ‘regras’ e ‘exceções’ gramaticais. A língua não é, de modo algum, um produto morto e petrificado da vida social: ela movimentase ininterruptamente, seguindo em seu desenvolvimento a vida social (Volóchinov, 2019, p. 267).

Bakhtin vê a realidade social, a cultura e o conhecimento em processo de formação, não aceita essa concepção de uma língua acabada, definitiva, que exclui outras formas sociais de linguagem e se pretende única e comum a todos. Para ele não existe língua única senão “como um sistema gramatical abstrato de formas normativas”, que passa ao largo das “assimilações ideológicas completas que a preenchem e da contínua formação histórica da língua viva” (Bakhtin, 2016, p. 156).

4.3 Os gêneros textuais no ensino de língua na EPT

Os gêneros textuais circulam necessariamente em toda a população como formas organizadoras de vida social. Na vida funcional, eles podem ser os documentos em geral; as contas e notas; atestados, formulários etc. Há outros gêneros, que são próprios de certos domínios discursivos, como os do domínio

administrativo, por exemplo, ofícios, memorandos, declarações e assim por diante. Há ainda gêneros menos necessários (do ponto de vista de sua utilidade) e que surgem por prazer como os do domínio literário. O certo é que o cidadão serve-se de um sem-número de gêneros, em sua maioria bastante regulados e padronizados. Diante disso, pode-se indagar quais seriam os gêneros a que a escola deveria dedicar-se? (Marcuschi, 2011). Indo além, quais seriam os gêneros textuais a que a EPT deveria dedicar-se?

Cresce, no mundo contemporâneo, a conscientização sobre a importância da linguagem. [...] Nesse contexto de trocas materiais e culturais, de busca pela informação e posterior utilização desta para construção do conhecimento, a linguagem se inscreve como sistema mediador de todos os discursos. Em função dessa potencialidade de mediar nossa ação sobre o mundo (declarando e negociando), de levar outros a agir (persuadindo), de construir mundos possíveis (representando e avaliando), aumenta a necessidade e a relevância de novas práticas educacionais relativas ao uso de diferentes gêneros textuais e aos requisitos de um letramento adequado ao contexto atual (Meurer; Motta-Roth, 2002, p. 10).

Estudamos gêneros para poder “compreender com mais clareza o que acontece quando usamos linguagem para interagir em grupos sociais, uma vez que realizamos ações na sociedade, por meio de processos estáveis de escrever/ler e falar/ouvir, incorporando formas estáveis de enunciados” (Meurer; Motta-Roth, 2002, p. 12).

Os gêneros textuais realizam discursivamente ações. Os gêneros textuais do mundo do trabalho realizam ações legitimadas pelo campo da administração. Se uma empresa precisa contratar pessoas, ela o fará por meio de gêneros textuais; se a empresa precisa comprar produtos, ela o fará por meio de gêneros; se precisa vender produtos, também utilizará gêneros textuais específicos para essa finalidade.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório do gênero do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade (Bakhtin, 2016, p. 12).

Partindo desse entendimento, pode-se depreender que para compreender como se configuram os gêneros do domínio administrativo é preciso estudar estes mesmo gêneros no contexto de situação e de cultura em que operam. Portanto, no que tange ao ensino de redação oficial, é necessário considerar, no processo de ensino-aprendizagem, a diversidade de gêneros textuais do mundo do trabalho. É com base na compreensão dessa diversidade que o repertório de gêneros textuais dos

estudantes se amplifica (Motta-Roth, 2002).

De acordo com Marcuschi (2011), gêneros podem ser compreendidos como entidades dinâmicas, não são concebidos como modelos estanques nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social. Porém, no mundo do trabalho, na esfera administrativa, certos gêneros são menos dinâmicos, são mais rígidos e padronizados. Existem gêneros que, segundo manuais de redação oficial, não admitem variações de forma, de estilo (ofícios, memorandos, portarias). Já outros são mais flexíveis.

Ainda segundo Marcuschi, alguns textos, como

documentos e formulários, bem como estatutos e toda legislação apresentam baixo grau de marcas de autoria individual, e são, em geral, fruto de ações sociais coletivas ou institucionalizações rígidas com menor possibilidade de mudanças notáveis, ao contrário do que ocorre no caso de obras literárias e científicas, por exemplo (Marcuschi, 2011, p. 20).

De um lado, há a ideia de que os gêneros são dinâmicos e maleáveis, mas de outro, muitos desses gêneros textuais são relativamente rígidos, não apresentando variação de estilo (Marcuschi, 2011). “Gêneros ligados à esfera privada são de menor estabilidade formal e os gêneros ligados à esfera da vida pública são mais estáveis e em certos casos até rígidos, como os documentos em geral” (Kress *apud* Marcuschi, 2011, p. 24).

Uma forma de trabalhar este aspecto em sala de aula e de estudar os gêneros no mundo trabalho sem levar em consideração apenas sua forma, sua estrutura, é fazer com que os gêneros sejam vistos na sua “relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, atividades discursivas e no interior da cultura” (Marcuschi, 2011, p. 19). É fazer com que as aulas de redação oficial também sejam espaço para o desenvolvimento do estilo individual na produção de textos, espaço que promova a criatividade e as escolhas dos estudantes.

4.4 O papel do professor de língua na EPT

Há em Bakhtin, em seus trabalhos como professor de língua russa do ensino médio ainda na primeira metade do século XX,

a demonstração de que ele estava atento ao contexto escolar e à crise do ensino de língua em curso desde o início do século, e que sua atuação consistia em rever a posição do ensino da gramática na escola, considerando que uma certa estilística, então no centro de suas preocupações, poderia, se articulada à gramática, auxiliar os professores e levar os alunos a um conhecimento ativo de procedimentos característicos da língua literária e, também, da língua do cotidiano, da língua viva, em uso (Brait; Bakhtin, 2013, p. 11).

Não se trata, como aponta Trentin Silveira (2018), de espontaneísmo pedagógico. Entender o ensino de redação oficial numa dimensão dialógica não anula o fato de que existe um padrão, e que o aluno precisa dominá-lo. De fato, há matérias que são importantes e que requerem um reconhecimento da norma. Contudo, reconhecer a existência e a pertinência de conteúdos que se ligam à norma padrão da língua não implica converter o ensino de redação oficial em algo de cultura instrumental.

Busca-se estabelecer uma relação entre a disciplina e a vida produtiva dos alunos, para que o ensino de redação que se faz técnica não seja desvinculado da realidade do mundo do trabalho, a fim de que o processo de ensino-aprendizagem ultrapasse os limites da sala de aula. Como cita Trentin Silveira (2018, p.105),

evidenciar a relação entre a matéria ensinada e a vida do aluno nem sempre será fácil. Mas essa matéria também não precisa ser apresentada como pura abstração e totalmente desvinculada de sua realidade. Na medida do possível, pode-se buscar articular os conteúdos ensinados com problemas cotidianos - do ambiente cultural do aluno -, analisar esses problemas à luz desses conteúdos, a fim de tornar o processo educativo mais significativo.

Os professores de língua portuguesa, quando atuam na EPT, encontram-se diante de dúvidas a respeito de como trabalhar nesta modalidade de ensino.

A falta de formação e orientação específicas leva os docentes a reproduzirem práticas pedagógicas referentes a outros contextos de ensino, observando-se muitas vezes uma confusão entre o ensino de língua e o ensino de gramática, com a utilização de estratégias voltadas para o ensino de regras gramaticais e da norma padrão, com exercícios repetitivos em sala de aula que objetivam a memorização e não proporcionam uma aprendizagem efetiva (Nunes; Rosa, 2019, p. 6).

Neste mesmo panorama de incertezas, Ferraz, Silva e Ferreira (2020) afirmam que é desafiador para o professor compreender como está configurado seu trabalho, e construir estratégias que auxiliem na melhoria da qualidade do trabalho docente e fomentem uma discussão em torno do desenvolvimento de uma formação específica

para atuar nos cursos de EPT.

Na tentativa de mitigar estas questões, Nunes e Rosa (2019, p. 9) defendem que “na EPT, é de grande importância o desenvolvimento de um trabalho orientado para a leitura e escrita de gêneros textuais próprios das profissões”, pois

conhecer, aprender, ler, produzir, ter domínio dos gêneros textuais da esfera de circulação de atuação profissional do educando é fundamental para que ele atue no mundo do trabalho como um agente político, capaz de contribuir, transformar e relacionar-se ‘com’ e ‘no’ ambiente profissional (Novaes, 2011 *apud* Nunes; Rosa, 2019, p. 9).

É tarefa do docente escolher quais práticas adotará em sala de aula, porém os “professores não podem se ater à mera reprodução de conteúdos previamente determinados, convertendo a relação com os estudantes a um processo de robotização em que uns apenas cumprem tarefas programadas, sem a devida reflexão sobre o que fazem” (Silva; Rosa, 2021, p. 9).

Cabe à escola, espaço onde acontecem os processos de ensino e de aprendizagem, corporificada pelos profissionais que nela atuam, definir como e quais conteúdos serão trabalhados. Nas palavras de Nosella (2007, p. 149),

[...] a escola precisa oferecer algumas atividades formativas com grande rigor formal e disciplinar, mas precisa também oferecer outras para o exercício responsável da liberdade e o desenvolvimento dos talentos individuais. Não é fácil determinar os conteúdos escolares que o mundo atual exige do cidadão moderno. Certamente, todo cidadão precisa comunicar-se com propriedade, produzir algo útil para si e para outros, e usufruir dos prazeres simples e elevados que a cultura e o planeta dispõem.

Aos professores de língua cabe realizar o que Bagno chama de reeducação sociolinguística, que significa utilizar o espaço da escola para “formar cidadãos conscientes da complexidade da dinâmica social e das múltiplas escalas de valores que empregamos a todo momento em nossas relações com as outras pessoas por meio da linguagem” (Bagno, 2007, p.82). Esse trabalho implica, entre outras coisas, garantir que os estudantes “aprendam e apreendam variantes linguísticas diferentes das que eles já dominam. Isso significa ampliar o repertório comunicativo, ter à sua disposição um número maior de opções, que poderão ser empregadas de acordo com as necessidades de interação” (Bagno, 2007, p.84).

A fim de ajudar o aluno em seu desenvolvimento discursivo pleno, o professor pode praticar uma docência que cria condições para que os alunos saibam transitar entre as diversas situações do mundo do trabalho, ora mais formais, ora menos

formais. Assim, o produtor do texto aprende a modular seu enunciado, a depender da situação comunicativa. O autor analisa a situação, procurando utilizar as opções linguísticas mais convenientes. Por exemplo, quando a formalidade aumenta, o uso de palavras e expressões menos monitoradas diminui.

Com base nesses referenciais teóricos, defende-se aqui a adoção de um recurso didático que poderá trazer benefícios aos estudantes, tendo em vista que complementar os princípios gerais das aulas da disciplina aqui abordada, não apenas evidenciando certa concepção de bem falar e escrever. O ensino dos gêneros textuais do domínio administrativo não precisa ser estanque, ou com enfoque estritamente gramatical. Indo além, esta pesquisa considera que não apenas quatro ou cinco gêneros constituem os textos do mundo do trabalho. Há uma repetição de gêneros textuais em manuais de redação oficial. Por outro lado, nota-se uma carência de materiais que apresentam gêneros também da esfera administrativa, porém sem a notoriedade dos gêneros citados nos manuais observados.

A formação que se limita a ensinar conceitos gramaticais, fixação de regras e a realizar análise de alguns poucos gêneros textuais do mundo do trabalho pouco contribui para a formação integral dos estudantes. O trabalho que prioriza “uma linguagem impessoal e abstrata, que ainda por cima se gaba ingenuamente da sua erudição pura, é sinal de uma educação pela metade” (Bakhtin, 2013, p. 42).

As aulas de língua no âmbito da ETP podem ser espaço onde os alunos irão produzir não apenas textos com uma linguagem de manual, uma linguagem fechada em si, mas um lugar em que os estudantes produzam textos que contenham “uma linguagem tanto gramatical e culturalmente correta, quanto audaciosa, criativa e viva” (Bakhtin, 2013, p. 42). Neste sentido, o recurso didático que será descrito adiante, no capítulo 5, Produto Educacional, busca apresentar práticas atuais para o ensino de redação oficial na EPT; o PE busca mostrar aos alunos que os gêneros, em determinadas situações, podem tornar-se abertos a uma reestruturação criativa.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional elaborado nesta pesquisa, a apostila intitulada '*Redação oficial na Educação Profissional e Tecnológica: apostila para estudo complementar*', foi produzido para atender a uma das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que pertence à Área de Ensino (Área 46) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, do Ministério da Educação.

Conforme o documento de área (Brasil, Capes, 2025, p. 12), é tarefa dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da área de Ensino

planejar e desenvolver ações de pesquisa e a elaboração de processos ou produtos que contribuam para aproximar a pós-graduação do contexto educacional e de outros setores da sociedade, de modo a transformar a atuação docente, por meio da formação do professor pesquisador de sua própria prática, e de outros profissionais ligados à área de Ensino.

Seguindo com os fundamentos do documento de área, as pesquisas dos cursos da modalidade profissional apresentam características distintas daquelas realizadas em programas acadêmicos. Os mestrados profissionais “têm por característica essencial a pesquisa aplicada, principalmente por considerar sua atuação no diálogo com o campo da prática profissional e seus diversos atores para a construção do conhecimento [...]” (Brasil, Capes, 2025, p. 17).

É objetivo dos mestrados profissionais “desenvolver produto/processo [...] que possa ser usufruído por professores da Educação Básica, Tecnológica e Superior, bem como por outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais” (Brasil, Capes, 2025, p. 17).

A pesquisa desenvolvida deve gerar e avaliar um produto/processo educacional, articulado à dissertação/tese, e também apresentado separadamente. A dissertação/tese deve ser resultado de pesquisa que promova reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto/processo educacional respaldado no referencial teórico e metodológico adotados (Brasil, Capes, 2025, p. 17).

São exemplos de produtos educacionais manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de

aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros [...] (Brasil, Capes, 2025).

Freitas (2021, p. 6), menciona que o “produto educacional é composto por uma série de componentes internos, [...] com conteúdos e conceitos a serem aprendidos, com organização didática e estrutura condizentes com o contexto para o qual se destina”. É importante que o produto “não somente materialize uma sequência de atividades, ou um vídeo, ou ainda um software, mas, que traga consigo, a proposta de ensino que está subjacente ao que se apresenta de forma explícita no produto” (Pagan 1995 *apud* Freitas, 2021, p. 12).

5.1 Proposta de produto educacional para o ensino de redação oficial

O recurso educacional que será descrito a seguir tem por objetivo propor experiências que aproximam o estudante ao mundo do trabalho. As atividades propostas, produções de textos, individuais ou coletivas, simulações de situações de rotina em ambientes administrativos, entre outras, integram o conteúdo do produto. Contudo, o propósito deste material, além de utilizar situações sociais do âmbito administrativo como eixo das propostas de exercício, é o de desenvolver no aprendiz as capacidades de recepção e produção textual, seja para o trabalho, seja para as diversas situações além do contexto profissional.

Quanto ao seu público-alvo, o PE pode ser utilizado por professores de Língua Portuguesa, nas aulas da disciplina de Redação Oficial, porém não se restringindo a elas. Caberá ao docente, diante da possibilidade de uso deste recurso didático, escolher qual maneira adotará em suas aulas. Com relação ao público principal, destacam-se os alunos dos cursos técnicos que apresentam em sua grade curricular a disciplina de Redação Oficial. Esses cursos normalmente estão inseridos no eixo de Gestão e Negócios do CNCT. A apostila pode ser utilizada integralmente, no decorrer da oferta da disciplina (comumente ministrada ao longo de um semestre ou de um ano letivo), ou conforme for conveniente ao docente em sala.

O PE conta com duas versões: uma para docentes, que apresenta interações com os professores, além de sugestões de respostas aos exercícios (em vermelho); e outra para os estudantes, sem as respostas e sugestões.

O conteúdo da apostila está dividido em 4 unidades de ensino, conforme mostra

o quadro a seguir:

Quadro 3 – Unidades do PE

Redação oficial na Educação Profissional e Tecnológica: apostila para estudo complementar
Unidade 1 - Linguagem formal e linguagem informal
Unidade 2 - Áreas funcionais das organizações
Unidade 3 - Redação oficial e interdisciplinaridade
Unidade 4 - Redação oficial e linguagem simples

Fonte: A autora (2025).

Na Unidade 1 – Linguagem formal e linguagem informal – optou-se por trabalhar com o nível de formalidade no uso da língua, explorando seus diferentes graus de monitoramento.

Um importante conceito para esta unidade é o conceito de variação linguística. “Dizer que a língua apresenta variação significa dizer [...] que ela é *heterogênea*” (Bago, 2007, p. 39). Um dos níveis da língua em que a variação ocorre, e que é fundamental desenvolver quando se estuda língua para o mundo do trabalho, é o nível da variação estilístico-pragmática, em que enunciados diferentes, como por exemplo os do produto educacional desta pesquisa: (a) *Queiram se sentar, por favor?*) e (b) *Vamos sentando aí, galera?*), mesmo que apresentem um mesmo objetivo, correspondem a situações diferentes de interação social, marcadas pelo grau maior ou menor de formalidade do ambiente e de intimidade entre os interlocutores, podendo inclusive ser pronunciados pelo mesmo indivíduo em situações de interação diferentes (Bago, 2007).

Existe ainda um conjunto de fatores que auxiliam na identificação dos fenômenos de variação linguística. Segundo Bago (2007), têm-se se revelado mais interessantes para a pesquisa sociolinguística os seguintes: (a) origem geográfica; (b) *status* socioeconômico; (c) grau de escolarização; (d) idade; (e) sexo; (f) mercado de trabalho; e (g) redes sociais. A respeito do fator ‘mercado de trabalho’, Bago (2007, p.44) aponta que “o vínculo da pessoa com determinadas profissões e ofícios incide na sua atividade linguística”.

Geralmente, nos ambientes de trabalho, as situações são de maior formalidade, gerando, assim, gêneros textuais (falados ou escritos) mais formais. Cada situação “vai exigir do falante um controle, uma atenção e um planejamento maior ou menor do seu comportamento em geral, das suas atitudes e, evidentemente, do seu comportamento verbal” (Bagno, 2007, p. 45). Sobre isso, o autor salienta que a pessoa que

tiver que se apresentar em público num congresso acadêmico, pronunciando uma conferência, é provável que monitore muito mais a sua fala do que se tivesse de falar dos mesmos assuntos da conferência numa reunião íntima na casa de colegas. A advogada que deixa um bilhete preso na geladeira combinando uma ida ao cinema com um marido não vai monitorar sua escrita ao escrever esse bilhete do mesmo modo como monitora ao produzir um parecer jurídico (Bagno, 2007, p.184).

Como mencionado nos capítulos anteriores, compete aos professores a busca por uma educação que abranja o ensino da língua de modo integral, isto é, um trabalho na perspectiva sociolinguística.

O trabalho de reeducação sociolinguística consiste em ampliar o repertório linguístico do aprendiz, em expandir suas competências comunicativas, de modo que ele se apodere também das regras gramaticais que não pertencem à sua variedade, sobretudo aquelas que vão permitir que ele seja capaz de produzir textos escritos nos mais diferentes gêneros e de empregar a língua falada em situações de interações as mais diversas, inclusive em instâncias públicas e formais (Bagno, 2007, p.134).

Ainda nessa temática, por conta do prestígio social da escrita mais formal, é importante “apresentar aos alunos aquelas formas linguísticas conservadoras [...]. Afinal, elas também fazem parte da língua, e todas as pessoas têm pleno direito de querer se servir delas quando bem lhes parecer” (Bagno, 2007, p.185).

Isso significa que “o professor deve contribuir para que o estudante aprenda a adequar seus discursos nos diversos processos comunicacionais, porque a língua é poder e ele precisa dominar a modalidade padrão para não ser excluído das inúmeras oportunidades sociais que surgem para os indivíduos que detêm o domínio linguístico” (Nunes; Rosa, 2019, p. 2).

O exercício de simulação de situações no contexto de aprendizagem pode ser observado na atividade 3 da Unidade 1 (simulação de entrevista de emprego), em que há o uso de uma situação do mundo do trabalho para gerar a aprendizagem. “Uma simulação é uma abordagem de aprendizagem, que põe em cena, graças a um objeto, um simulador, situações que servirão para a aquisição das competências profissionais

mobilizadas na atividade” (Pastré; Mayen; Vergnaud, 2019, p. 67). Esse exercício foi incluído na apostila para demonstrar que, conforme os apontamentos de Pastré; Mayen e Vergnaud (2019), situações simuladas podem servir de suporte às aprendizagens.

Em exercícios dessa natureza (simulações, dramatizações), o aluno é colocado diante de uma situação, um problema, para o qual ele terá que mobilizar conhecimentos. “O professor realiza a atividade de tal modo que o aluno seja levado a mobilizar, dentre seus recursos, saberes que permitam tratar o problema e assim assimilar o saber que permitiu resolvê-lo” (Pastré; Mayen; Vergnaud, 2019, pp. 67-68). Além do exercício de dramatização, a unidade possui mais 3 atividades.

Ao fim da Unidade 1, o aluno deve concluir que a informalidade está presente na escrita assim como a formalidade está presente na fala evidenciando que seus níveis são determinados pelo contexto e intenção do produtor do texto.

Na unidade seguinte do PE – Áreas funcionais das organizações – a escolha de trabalhar com a temática da estrutura funcional das organizações, sejam elas públicas ou privadas, deu-se pelo fato de que na sociedade essa é a estrutura de trabalho recorrente, sendo seu conhecimento imprescindível, portanto, para quem assumirá tarefas administrativas.

A esse respeito, segundo Sobral e Peci (2013, p. 3),

as organizações são uma realidade do mundo contemporâneo e quase tudo que acontece ao nosso redor depende delas. Elas estão presentes ao fornecer meios para o atendimento das necessidades humanas. No entanto, para alcançar seus objetivos, as organizações devem ser capazes de utilizar corretamente seus recursos e, para isso, precisam de administração.

A administração pode ser definida “como um processo de coordenação do trabalho dos membros da organização e de alocação dos recursos organizacionais para alcançar os objetivos estabelecidos de uma forma eficaz e eficiente” (Sobral; Peci, 2013, p. 6).

A Unidade 2 apresenta que “as organizações estão normalmente divididas em áreas funcionais. As áreas funcionais mais comuns, principalmente no âmbito da esfera privada são: área de produção ou de operações, área comercial e de marketing, área de finanças e área de recursos humanos” (Sobral; Peci, 2013). Essas áreas representam uma forma de estruturação das atividades, permitindo à organização ganhos com a especialização de seus membros em tarefas e funções específicas” (Sobral; Peci, 2013, p. 15).

Vale destacar que a unidade foi pensada e construída para dar ênfase ao campo da administração. Sobral e Peci (2013, 29) mencionam que

a importância da administração como campo de conhecimento teórico está relacionada com a relevância das organizações para as sociedades contemporâneas. As organizações servem a sociedade, permitem a realização de objetivos que, individualmente, não poderiam ser alcançados e proporcionam carreiras e a possibilidade de realização para os membros organizacionais.

Quanto ao exercício da unidade, nele decidiu-se destacar alguns exemplos de gêneros textuais que podem ser produzidos com recorrência no mundo do trabalho administrativo. Sobre isso, adverte-se que cada um dos contextos administrativos apresentados na unidade produz seus gêneros textuais próprios. Uma diminuta lista de gêneros textuais não corresponde ao total de gêneros existentes no mundo do trabalho. O produtor de texto produzirá, no exercício de uma profissão, gêneros textuais específicos, o que vai depender da área de trabalho em que este profissional estiver inserido.

Seguindo com a descrição da apostila, a Unidade 3 – Redação oficial e interdisciplinaridade – apresenta uma ideia de como outras disciplinas podem trabalhar de maneira a dialogar com a disciplina de Redação Oficial.

Alves, Silva Filho e Lopes (2008, p. 191) defendem que a formação técnica é espaço propício para “a aplicação de práticas educativas que permitam e favoreçam a articulação entre os conhecimentos das diferentes áreas do saber”. Contudo, aqui é importante destacar que, “na prática interdisciplinar, as disciplinas não desaparecem. Cada professor e/ou pesquisador que participa de atividades dessa natureza contribui com os seus saberes, métodos e procedimentos próprios para construção e apreensão do conhecimento geral” (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008, p. 192).

A prática interdisciplinar pode ser entendida como “um elemento fundamental para a formação integral, pois invade espaços por meio do desenvolvimento da criticidade, e constata a importância do papel de complementação mútua das disciplinas de formação geral e específicas no currículo da EPT” (Maciel; Melo, 2021, p. 291). Além disso, a interdisciplinaridade atua como um elo entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas; já que o conceito interdisciplinar trata de tornar as disciplinas comunicativas entre si (Bonato *et al.*, 2012 *apud* Maciel; Melo, 2021).

Conforme o Documento de Área da Capes - Ensino (Área 46),

a interdisciplinaridade tem papel estratégico no estabelecimento de relações entre saberes, promoção dos encontros entre o teórico e o prático, o filosófico e o científico, a ciência e a tecnologia, a ciência e a arte etc [...] a interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica partilhas teóricas e metodológicas entre duas ou mais áreas do conhecimento, geração de conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Isso pressupõe a geração de outros conhecimentos e outras disciplinas, para formar um profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida, integradora, crítica e eticamente comprometida (Brasil, Capes, 2025, p. 19).

O movimento interdisciplinar é a resposta para um novo projeto de educação, constituindo-se “como uma atividade coletiva e solidária onde se articulam saberes e fazeres” (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008, p. 185).

Ao analisar o PE elaborado em conjunto com esta dissertação é possível verificar que alguns conteúdos deste recurso didático podem ser trabalhados em disciplinas de formação geral, como História e Literatura, por exemplo. Logo, ao desenvolver atividades numa perspectiva interdisciplinar, é possível gerar um movimento de superação da fragmentação disciplinar, facilitando a construção de novos conhecimentos e o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa de conteúdos, técnicas, métodos e comportamentos do futuro cidadão e profissional (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008).

Em referência à atividade 2 da unidade, ‘Da Redação Oficial à Literatura’, de acordo com Bakhtin (2016, p. 17),

todo enunciado - oral e escrito - é individual e por isso podem refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, podem ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante. [...] As condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem estão presentes naquele gênero do discurso que requerem uma forma padronizada, por exemplo, em muitas modalidades de documentos oficiais.

Porém, Graciliano Ramos, em seus relatórios, mostra que as fronteiras dos gêneros são móveis. O escritor alagoano mostra para o leitor a possibilidade de integrar redação oficial com a literatura. Graciliano escreve os documentos entre 1929 e 1930, e quando o leitor se depara com os escritos percebe algo além de relatórios. São textos administrativos, mas que apresentam características literárias. Neles, o autor ultrapassa as barreiras dos gêneros. O uso do estilo literário no interior de um gênero que, em princípio, não é literário, como no caso do relatório, modifica este gênero, renova-o. Esta é a razão de o termo ‘relativamente’, nos escritos de Bakhtin,

ser importante para a compreensão de seu pensamento, quando o filósofo russo diz que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciado.

Segundo Lessa Carvalho, em edição que traz os Relatórios de Graciliano Ramos,

apesar de sua relevância literária, os mencionados documentos também são extremamente valiosos para diversas outras áreas do conhecimento, como a gestão pública, a história, a contabilidade e o direito. Nos relatórios, o alagoano Graciliano se assume, nas palavras de Elizabeth Ramos, “*como um prefeito que não se exime da condição de cidadão*”. Ao transgredir o formalismo do gênero relatório, utilizando-se de diversas figuras de linguagem, como a ironia e as metáforas, e ultrapassando os limites frios da contabilidade pública, Graciliano Ramos não só relata as suas atividades de gestão em um documento que consiste em uma preciosidade literária, mas também oferece um inestimável exemplo de cidadania (Relatórios [...], [202-?], p. 12).

Ainda sobre os escritos do escritor alagoano, Marcos Lisboa (Relatórios [...], [202-?], p. 16) declara que os relatórios “se destacam pelo tom pessoal distante da frieza protocolar usual da burocracia, e expõem um servidor insatisfeito com o distrato do que pertence a todos e que confronta os que se acreditam merecedores de privilégios”.

A Unidade 3 também aborda, na atividade 1, ‘Da Redação Oficial à História’, questões de redação oficial junto ao ensino de História. Para esta tarefa, foram selecionados alguns textos oficiais de referência do passado (Lei Áurea e a Lei dos Sexagenários), a título de sugestão, podendo o docente selecionar outros documentos para a realização da atividade.

Por fim, a Unidade 4 – Redação oficial e linguagem simples – foi idealizada para que se pudesse trabalhar com os alunos a habilidade de produzir textos a serem apresentados em uma linguagem mais acessível a todas as audiências (Tcacenco, 2022).

Esta unidade fez-se fundamental para promover o que, por meio da simplificação linguística, define-se por Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT). “A ATT representa um novo tópico de estudos linguísticos com o objetivo de promover a facilitação da compreensão por parte de leitores adultos de escolaridade limitada” (Motta, 2022, p. 216). Ainda nas discussões a respeito do tema, segundo Finatto (2022, p. 23) “a ATT é uma condição que corresponde ao ideal de bom funcionamento do texto, capaz de prever e de acolher diferentes tipos de leitores, conforme suas necessidades e condições”.

Ainda a respeito da acessibilidade textual, pode-se trazer às discussões

também o conceito de leiturabilidade. Conforme Ponomarenko e Evers (2022, p. 42), “a leiturabilidade pode ser entendida como a potencial facilidade ou dificuldade de leitura de um texto”. Para os pesquisadores, “um autor que leve a leiturabilidade de seu texto em consideração é um autor que procura garantir que seu texto seja compreendido, um autor empático com seu leitor” (Ponomarenko; Evers, 2022, p. 46). O produtor de texto precisa ter ideia de até onde vai o vocabulário conhecido pelo seu destinatário. Desse modo, poderá entregar ao leitor algo mais compatível com suas condições de compreensão (Finatto, 2022).

Por exemplo, a linguagem cheia de termos técnicos usa-se com quem a domina: como um médico que palestra para outros médicos. Entretanto, no momento em que o médico palestra para leigos, é essencial que module sua linguagem, para que os não iniciados no assunto possam compreender. Nesse sentido, o enunciador deve sempre estar atento à natureza do público-alvo. O grau de monitoramento e a percepção do seu interlocutor darão ao sujeito autor uma direção de como se portar de como produzir seus textos nas atividades em que este estiver envolvido.

Numa reflexão que considere o Brasil, utilizar essa temática no ensino de língua no/para o mundo do trabalho é considerar que, além dos cidadãos brasileiros cuja língua materna é o português, e que também podem apresentar dificuldades de leitura diante de certos textos, existem outros grupos, por exemplo, os migrantes e refugiados, que chegam a um país podendo não entender a língua fluentemente. Um outro grupo é o dos surdos, que utilizam a Libras em suas comunidades. Além deles, também os indígenas, que utilizam suas próprias línguas em suas tribos. Muitos dos membros desses grupos tendem a conviver com a língua portuguesa junto com as suas “línguas maternas” (Tcacenco, 2022).

Sobre essa realidade, considere-se pensar no grupo dos migrantes e refugiados:

cabe mencionar que eles, além de poderem não conseguir compreender um texto em sua plenitude, tendem a esbarrar em uma série de dificuldades. Por exemplo, o acesso a serviços de saúde pública. Da mesma forma, o acesso a serviços jurídicos para regularização de seu status no país, assim como sua colocação no mercado de trabalho, entre outras coisas, tende a ser algo bastante complicado (Tcacenco, 2022, p. 193).

Partindo para a observação da atividade da Unidade 4, constata-se que ela pode ser considerada um exemplo de tarefa pensada para que o aluno aplique seus conhecimentos na busca de simplificar o texto. “A simplificação textual pode ser

compreendida como um processo, como uma ação de reformulação à qual o texto é submetido de modo a se tornar mais simples e acessível a um determinado público leitor” (Paraguassu, 2022, p. 85).

Conforme aponta Paraguassu (2022, p. 86), “existem muitas características textuais que podem ser modificadas para tornar um texto mais fácil de ler, incluindo sua apresentação e o uso de figuras e recursos gráficos”.

O exercício da unidade foi pensado para que o aprendiz perceba que muitos textos, quando acompanhados de um trabalho gráfico e visual, podem tornar a leitura mais fácil e atraente (Finatto, 2022).

Nessa mesma linha de pensamento,

imagem e palavra mantêm uma relação cada vez mais próxima, cada vez mais integrada. Com o advento das novas tecnologias, com muita facilidade se criam novas imagens, novos *layouts*, bem como se divulgam tais criações para uma ampla audiência. Todos os recursos utilizados na construção dos gêneros textuais exercem uma função retórica na construção de sentidos dos textos. Cada vez mais se observa a combinação de material visual com a escrita; vivemos, sem dúvida, numa sociedade cada vez mais visual (Dionisio, 2011, p. 138).

Esta unidade evidencia que as aulas de Redação Oficial podem ser o espaço onde a linguagem simples é ensinada. É o espaço apropriado para mostrar ao aluno que no horizonte do produtor do texto deve estar o destinatário, o receptor do texto. Tanto o produtor quanto o receptor são agentes da situação comunicativa.

Há, segundo o pensamento bakhtiniano, a preocupação de se trabalhar não apenas com a gramática nas aulas de língua. O também professor Bakhtin defendia o ensino de uma língua viva, em uso.

Seguindo os pressupostos de Bakhtin, o intuito desta dissertação, e do recurso didático elaborado em conjunto, é fazer com que o aluno alcance plena autonomia e individualidade em suas produções textuais. Por fim, em concordância com as palavras de Bilhar de Souza e Costa-Hübes (2024, p. 136), o PE foi desenvolvido para contribuir com “a formação de um sujeito-aluno que tem voz e precisa manifestá-la, sendo a função da escola, especialmente nas aulas de língua, mediar processos para que ele possa desenvolver seu projeto de dizer”.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação de abordagem qualitativa, com um enfoque interpretativo, uma vez que os dados coletados envolvem texto. Segundo Creswell (2007), as pesquisas qualitativas apresentam diferenças com relação às pesquisas quantitativas. Nesse sentido, o autor afirma que

a investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação (Creswell, 2007, p. 184).

A fundamentação teórica da pesquisa deu-se por meio de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações, entre outros materiais. Para além do estudo da literatura existente, o trabalho serviu-se da utilização de técnicas de pesquisa-ação, uma vez que trouxe a elaboração de um produto educacional que, tendo sido apreciado de modo favorável pelos docentes, apresenta-se como uma alternativa de recurso educacional para um uso prático.

Para a seleção de amostra da pesquisa, seguindo na concepção da pesquisa-ação, o critério utilizado foi o de intencionalidade, considerando a escolha de “uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes” (Gil, 2021, p.139). Portanto, quanto à aplicação do produto educacional, este passou pela análise de professores do Departamento de Português e de Literaturas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II, que é o departamento responsável por ministrar as aulas de Redação Oficial dentro do colégio, e por serem os professores de Língua Portuguesa os profissionais mais apropriados para realizarem a avaliação qualitativa do PE, uma vez que dispõem dos saberes necessários para elaborar um texto técnico emitindo sua opinião em resposta à consulta que lhes foi feita.

O convite para participação na pesquisa por meio da avaliação do PE foi encaminhado a aproximadamente 15 professores do colégio, via Departamento de Português, e também feito de modo presencial a alguns deles. Diante da dificuldade para a aceitação da participação, no fim, este estudo contou com a contribuição de dois docentes, que atuaram como pareceristas, ambos com mais de 5 anos de atuação na RFEPCT.

Os professores receberam o produto educacional para avaliação no início de abril de 2025, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a ficha de avaliação do material, e optaram por realizar a análise do PE de modo conjunto, o que gerou uma ficha de avaliação respondida. A etapa seguinte à coleta da ficha de avaliação respondida pelos professores foi a de análise dos dados, que serão apresentados na seção seguinte, 'Resultados e discussões'.

A respeito da ficha de avaliação (Apêndice C), trata-se de um questionário com 11 perguntas que apresentam opções de respostas graduadas, onde os participantes escolhem a que mais reflete o seu nível de concordância com a pergunta, finalizando com um espaço aberto para comentários, considerações e sugestões.

Para que a pesquisa não se esgote em uma mera prestação de serviço, tomou-se o cuidado para que o estudo realizado aqui se caracteriza-se como “atividade de investigação capaz de oferecer um conhecimento ‘novo’ a respeito de um fenômeno” (Luna, 2010, p. 29). Em suma, a bibliografia consultada para o referencial teórico e o produto educacional elaborado servem de recurso para que a esta pesquisa mantenha o viés crítico sobre o tema ao qual ela se propôs a tratar.

A dificuldade em realizar o trabalho desta dissertação também apareceu no momento de submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil. Antes de submetê-lo a plataforma, o discente deve (obrigatoriamente) realizar uma juntada de documentos necessários à submissão. As orientações para a submissão do projeto estão todas publicadas na página do Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CP II). Ocorre que na extensa lista de documentos que precisam ser juntados consta um chamado “Declaração de anuência”, que é uma declaração da instituição onde a pesquisa será realizada, dizendo que a instituição fica disponível para que o pesquisador realize o estudo, desde que ele consiga o Parecer Consubstanciado da Plataforma Brasil. Portanto, para enviar o trabalho à plataforma, e conseguir o parecer favorável, a pesquisadora precisava ter a referida declaração em mãos.

No caso desta pesquisa, a declaração demorou mais de três meses para ser emitida pela instituição, que, neste caso, era o próprio Colégio Pedro II. A morosidade em emitir o documento acabou atrasando a etapa de coleta de dados da pesquisa. O parecer favorável da Plataforma Brasil é condição sem a qual o pesquisador não avança na etapa, mas sem essa declaração de anuência da instituição a pesquisadora deste trabalho não pôde nem submeter o projeto à plataforma em questão. Isso evidencia a fragilidade do processo de realização da pesquisa no Colégio Pedro II.

6.1 Resultados e discussões

Após a devolução da ficha de avaliação respondida, iniciou-se a fase de análise de dados, com vistas a apresentar resultados e promover discussões. Nessa etapa, buscou-se verificar o grau de pertinência de um recurso didático para as aulas de Redação Oficial. Segundo Creswell (2007, p. 194),

o processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados.

A orientação metodológica utilizada para isso foi a da perspectiva discursiva, aquela que entende que o texto produzido pelos participantes da pesquisa é a materialidade do discurso destes participantes. No entanto, antes de analisar o texto de resposta ao item 12 da ficha de avaliação, faz-se importante trazer as respostas dadas às 11 questões fechadas do instrumento, que são melhor desenvolvidas no parecer do item 12.

Para a pergunta 1, 'Você considera que esta apostila apresenta uma proposta de ensino distinta da proposta usualmente apresentada para o ensino de Redação Oficial?', os respondentes sinalizaram que 'concordam parcialmente'. Com relação à questão 2, 'Você considera que a apostila atende ao ensino de Redação Oficial?', os professores também responderam que 'concordam parcialmente'. Para a pergunta 3, 'Sendo professor(a) de Redação Oficial, você utilizaria a apostila em suas aulas?', a resposta foi a de que eles, 'eventualmente', utilizariam o PE. Quanto à pergunta 4, os participantes 'concordam totalmente' que 'O material avaliado colabora com o ensino de Redação Oficial'. Para a questão 5, 'A apostila apresenta conteúdo pertinente à disciplina de Redação Oficial?', a resposta foi a de que o material apresenta conteúdo 'muito pertinente' para a disciplina em pauta. Na pergunta seguinte, 'Você indicaria esta apostila aos seus colegas?', os docentes responderam que a 'indicariam parcialmente'. Na questão 7, 'A apostila orienta o estudante a respeito de práticas de Redação Oficial mais contextualizadas?', a resposta foi a de que sim, a apostila 'orienta' neste caminho. Já na questão 8, os participantes 'concordam parcialmente' que 'A apostila promove o enriquecimento do repertório de gêneros textuais do domínio administrativo'. Seguindo, na questão 9, os docentes 'concordam parcialmente' com a proposição de que 'os textos e exercícios da apostila estão bem

escritos/formulados com clareza'. Na pergunta 10, os professores 'concordam totalmente' que 'Os textos e exercícios presentes na apostila permitem ao estudante estabelecer relações com o mundo do trabalho'. E na questão 11, 'Como você avalia a apostila?', dentre as possibilidades 'Excelente', 'Muito Boa', 'Boa', 'Razoável' e 'Ruim', os docentes avaliaram como 'Muito boa'.

Por fim, no último item os professores puderam escrever suas considerações a respeito do PE e aprofundar as respostas dadas às questões fechadas. Inicialmente, os docentes fazem a seguinte observação:

Trecho 1: Gostaríamos de deixar registrado um elogio à iniciativa de se dedicar academicamente ao tema da Redação Oficial (RO), que faz parte da realidade do Magistério EBTT e tem recebido pouca atenção da reflexão sistemática sobre a prática docente.

Seguindo na leitura do parecer, os dois professores destacam que o PE aborda de início um assunto relevante e que contribui para o diálogo entre professores regentes de Redação Oficial e professores de Língua Portuguesa, como mostra o trecho:

Trecho 2: O Produto Educacional (PE) apresentado parte do mesmo ponto que nós, professores de Português, temos partido: a questão da Variabilidade linguística, [...]. Este é um ponto positivo que levanta de início um aspecto importante: o diálogo permanente entre os professores regentes de Redação Oficial e de Português da turma. Esse entrosamento será decisivo para a disciplina e deve estar previsto na construção do material didático.

Aqui, os professores mencionam a importância do trabalho interdisciplinar na construção de materiais didáticos. Esse trabalho conjunto, como destacado nos capítulos anteriores, pode enriquecer o processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes também apontam que o PE pode apresentar melhorias, conforme destacado no seguinte trecho:

Trecho 3: Entendemos que, por conter apenas quatro capítulos e pouco mais de 30 páginas, trata-se de uma amostra da metodologia a ser adotada, e não de um programa para todo o ano letivo. Assim, poderia haver mais exemplos de Gêneros textuais a serem abordados na Redação Oficial, como currículos, relatórios, atas, memorandos, etc. O ensino de R.O. não deve se restringir a uma lista "automática" e maçante de Gêneros textuais e suas características e usos, mas não poderá se furtar a abordá-los.

Indo além nos pontos de aprimoramento, os professores comentam sobre as atividades propostas na apostila. Eles destacam que

Trecho 4: Por exemplo, a Atividade descrita na página 17 não deixa claro se se refere apenas a gêneros escritos ou se inclui orais; e para resolvê-la, o estudante necessitará de uma lista de gêneros para poder relacioná-los a determinado setor da empresa. É importante levar em conta se são estudantes da 1ª série E.M., ainda iniciando conteúdos de ADM, e não deverão ser capazes de nomear os Gêneros sem estímulo. Assim, na sequência (página 19), a Atividade seguinte poderia se aproveitar da lista de Gêneros já apresentada e discutida.

E seguem com sugestões, tanto para a atividade de dramatização quanto para a atividade 1 da Unidade 3:

Trecho 5: A Atividade da página 10 propõe a dramatização de uma Entrevista de emprego – gênero textual oral típico do ambiente profissional. A observação de que “Por se tratar de uma situação formal, é preciso que utilizem a variedade mais prestigiada da língua” poderia ser retirada, pois o aluno já deve ser capaz de lidar com esse aspecto e ser avaliado quanto a isto. Na página 22, o PE sugere que o professor “auxilie os alunos na seleção dos documentos a serem trabalhados”, mas isso pode ser deixado a cargo deles próprios.

É importante destacar que os professores também tecem comentários positivos sobre o PE. Um deles a respeito da atividade 3 da Unidade 2, conforme fragmento a seguir:

Trecho 6: Uma proposta muito produtiva e bem executada é aquela presente na página 20: a produção de dois textos sobre o mesmo assunto, mas com públicos-alvo diferentes: um e-mail para funcionários da empresa e um post para redes sociais visando a clientes. É uma ideia valiosa que contribui bastante para a percepção dos estudantes sobre a importância e pertinência do contexto comunicativo (meio e destinatários) para a construção da mensagem.

Os docentes encerram a avaliação do PE com a seguinte observação:

Trecho 7: trata-se de uma proposta muito positiva, que representa um passo à frente na reflexão sobre a Redação Oficial e que certamente levará os docentes à frente da disciplina a refletirem mais e melhor, também.

Dessa forma, a partir das respostas dadas pelos docentes, tem-se o seguinte: o produto educacional, apesar de apresentar pontos que necessitam de ajustes, como uma ampliação do conteúdo e a revisão de algumas atividades, consegue se mostrar como um recurso didático proveitoso. Ao abordar temas como a variação linguística, o ensino de textos multimodais, a prática interdisciplinar e a acessibilidade textual e terminológica, o PE contribui para que haja uma maior reflexão a respeito das produções textuais do mundo do trabalho. Com base na abordagem dialógica, o

aprendiz assume protagonismo diante de seus textos, entendendo os gêneros textuais como práticas dinâmicas e criativas, desde que, é claro, seja possível exercer essa dinamicidade e criatividade.

Conclui-se, assim, que o PE atende em partes ao processo de ensino e aprendizagem na disciplina de Redação Oficial. Evidentemente, materiais didáticos devem passar por constantes revisões e atualizações. A apostila proposta neste trabalho, como qualquer material didático, também necessita estar em constante aperfeiçoamento. Ademais, conforme salienta Plein (2005, pp. 915-916), “qualquer que seja o material didático utilizado ele não será, jamais, um fim em si mesmo, e sim, uma ferramenta de apoio no processo de ensino/aprendizagem”.

Quanto à aplicabilidade, o PE apresenta facilidade de acesso e compartilhamento, por meio de acesso público e gratuito pela página do PPG, ou por repositório institucional, podendo ser utilizado de forma integral ou parcial. Além disso, quanto ao teor inovador, pode-se afirmar que o PE foi criado a partir da reflexão e modificação de algo já existente, porém revisitado de forma original (Rizzatti *et al.*, 2020 *apud* Freitas, 2021). “A inovação na área de Ensino está relacionada à originalidade ou ineditismo da pesquisa, à valorização de temas pouco explorados que preencham lacunas de conhecimento, à aplicação de novas metodologias, produtos e processos, ou à produção experimental” (Brasil, Capes, 2025, p. 12). Sendo assim, o recurso educacional originado neste trabalho foi idealizado e produzido de acordo com o que propõe o próprio documento da área de Ensino (Área 46).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, inicialmente, abordou alguns conceitos fundamentais da EPT, como a omnilateralidade, o trabalho como princípio educativo e a formação integrada. Procurou-se, com isso, compreender como se dá a formação humana integral, ideal perseguido pelos autores que defendem que a EPT não é preparar para o mercado de trabalho, isto é, para os anseios capitalistas, mas para o mundo do trabalho. Com base nas reflexões teóricas, busca-se superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e construir caminhos que alicercem os ideais de educação para a emancipação.

Adiante, a pesquisa discutiu a respeito do ensino de Redação Oficial, disciplina presente no currículo de cursos técnico do eixo de Gestão e Negócios. O ensino da disciplina é centrado na apreensão de gêneros textuais do domínio administrativo como ofício, relatório, e-mail, e na fixação de regras retiradas de gramáticas normativas. O foco nas regras da língua e no ensino de alguns gêneros presentes nos ambientes de trabalho faz com que a disciplina não avance na questão da pluralidade de textos existentes no mundo do trabalho e na possibilidade de ampliação desse repertório de gêneros textuais por parte dos alunos. Sem contar que parte desses gêneros estudados, muitas vezes, na prática, podem sofrer mudanças, a depender das escolhas discursivas de cada escritor.

Na parte da análise das duas obras relacionadas à redação oficial, no capítulo 3, notou-se que materiais dessa temática apresentam um padrão de conteúdo, com destaque para o trabalho com alguns gêneros textuais, como os citados acima, além da ênfase na gramática normativa. Todas essas observações, em manuais e ementas da disciplina, contribuíram para que se pensasse em uma alternativa para as aulas de Redação Oficial.

Diante disso, procurou-se construir um PE que contribuísse para melhorar a competência discursiva dos alunos e que ampliasse o seu repertório linguístico, sobretudo o de gêneros textuais produzidos no e para o mundo do trabalho. O que se pretende com o conteúdo e com as propostas de exercícios do PE desenvolvido é promover um espaço em sala de aula para que os alunos percebam que, na vida real, em suas práticas profissionais, se encontrarão diante de uma série de possibilidades discursivas, e, analisando essas possibilidades, poderão escolher a melhor resposta para cada situação, sempre sendo conscientes em suas escolhas.

Como apontam Meurer e Motta-Roth (2002, p. 10) “a vida social contemporânea exige que cada um de nós desenvolva habilidades comunicativas que possibilitem a interação participativa e crítica no mundo de forma a interferir positivamente na dinâmica social”.

Para que essas habilidades comunicativas sejam desenvolvidas, a apostila produzida nesta pesquisa procurou ampliar aquilo que pode ser ensinado nas aulas de Redação Oficial, trabalhando com a noção de variação linguística e os graus de monitoramento da língua, promovendo a prática interdisciplinar e abordando questões de acessibilidade textual, como a linguagem simples, em vez de seguir a um ensino que enfatiza a norma e que, geralmente, se restringe a uma modesta lista de gêneros, mesmo sabendo que não são apenas esses quatro ou cinco gêneros que são produzidos nas práticas efetivas do mundo do trabalho.

A apostila passou pela análise de dois professores do Departamento de Português e de Literaturas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II. A partir das respostas dadas pelos professores, na ficha de avaliação, concluiu-se que o PE é um bom recurso didático, podendo ser utilizado nas aulas de Redação Oficial, mesmo que apresente pontos a serem melhorados, pois contribui para que haja uma maior reflexão a respeito das produções textuais do mundo do trabalho e leva o aluno, e futuro profissional, a assumir o protagonismo diante de seus textos.

A produção de textos, o uso dos textos pela sociedade, pressupõe uma dinâmica dialógica. Optar por realizar determinado gênero, no mundo do trabalho, pode depender muito mais do contexto comunicativo do que propriamente de escolhas baseadas em modelos prontos e acabados. O propósito desta pesquisa e do produto educacional produzido é levar o aluno da disciplina de Redação Oficial a compreender, com base em uma percepção da situação concreta de uso da língua, o entendimento dos gêneros textuais, para que ele possa utilizar sempre o que apresentar a resposta mais efetiva para determinada situação.

Nas aulas de Redação Oficial, outros fatores podem ser levados em conta, além dos relativos à gramática, à aplicação de regras e à repetição de modelos. O interesse deste trabalho não é instrumentalizar o aluno para que este escreva documentos eficazes e que assegurem clareza aos atos administrativos. O objetivo da pesquisa é levar o estudante a compreender a dimensão dialógica dos textos, sempre adotando um olhar crítico a respeito de suas produções.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Neila Guimarães; SILVA FILHO, Moacelio Veranio; LOPES, Renato Matos. Interdisciplinaridade no ensino técnico: um caminho possível. In: PEREIRA, Isabel Brasil; DANTAS, André Vianna (Org.). **Estudos de politecnia e saúde: volume 3**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 179-195. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39591>. Acesso em: ago. 2024.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. 4. ed. São Paulo; Parábola Editorial, 2007.
- ARAUJO, R. M de L; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: dez. 2023.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estilística no ensino da língua**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BILHAR DE SOUZA, Tatiana Fasolo; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. Contribuições de João Wanderley Geraldi para o ensino de língua portuguesa no Brasil: em foco a prática de análise linguística. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 13, n. 25, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistaeducplings/article/view/8354>. Acesso em: fev. 2025.
- BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em questão**, [S. l.], v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747>. Acesso em: 26 fev. 2024.
- BRASIL, CAPES. **Documento de área - Ensino**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/ENSINO_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em: maio. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

ClAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 26 fev. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Apostila de Redação Oficial**. Rio de Janeiro, s.d. Mimeo.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIONÍSIO, Angela Paiva. Gêneros textuais e multimodalidade. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

DUARTE NETO, J. H. EPT: Contribuições do Marxismo para uma abordagem conceitual da tecnologia. In: SILVA, C. N. N da; ROSA, D dos S. (Orgs.). **As bases conceituais na EPT**. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021.

FERRAZ, Débora Araújo da Silva; SILVA, Elcione de Araújo; FERREIRA, Maria Jucilene Lima. Linguagem e formação técnica: a docência e ensino de língua portuguesa para a educação profissional. **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**. v. 1, n. 11, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/16969>. Acesso em: mar. 2025.

FINATTO, Maria José Bocorny. Acessibilidade textual e terminológica, o que é isso? In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: set. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista, [S. l.]**, v. 5, n. 2, p. 5–20, 2021.

GEDOZ, S.; COSTA-HÜBES, T. da C. Concepção sociointeracionista da linguagem: percurso histórico e contribuições para um novo olhar sobre o texto. **Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 8, n. 16, p. 139–152, 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/6953>. Acesso em: mar. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas, SP: Mercados de Letras, 1996.

GOMES, A. C.; DE CARVALHO, L. Q. As contribuições de Mikhail Bakhtin para o ensino da Língua Portuguesa na educação profissional. **Revista Ifes Ciência**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 65-78, 2015. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/309>. Acesso em: mar. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Homens ou máquinas? In: MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

JORGE, Sabrina; HEBERLE, Viviane Maria. Análise crítica do discurso de um pôster bancário. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial: 2011.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUNA, S. V. de. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, K. R. de A.; FREITAS, S. A. de. Contribuições do sociointeracionismo bakhtiniano e da Análise do Discurso de linha francesa ao ensino de linguagens. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], n. 36, 2013. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/695>. Acesso em: mar. 2024.

MACIEL, Alda Maria Coimbra Aguilar; MELO, Iriane Perazzollo de Oliveira; Aprendizagem crítica de Língua Portuguesa: uma proposta interdisciplinar para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 19, n. 3, p. 289-303, ago./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/4340>. Acesso em: fev. 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial: 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 2010.

MOTTA, Ester. Linguagem jurídica dirigida ao cidadão: alternativas para mediar a comunicação. In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022.

Disponível em:

https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: set. 2024.

MOTTA-ROTH, Désirée. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 137-151, abr. 2007. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782007000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: mar. 2024.

NUNES, Eliene do Carmo Santos; ROSA, Daniele dos Santos. Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa na educação profissional e tecnológica a partir da abordagem instrumental. **Anais VI CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/62434>. Acesso em: fev. 2025.

ORTEGA, L. R.; SILVA FILHO, M. N. dos R. A ordem metodológica do círculo de Bakhtin para o estudo da língua: uma análise do gênero poema. **Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/4718>. Acesso em: Mar. 2024.

PARAGUASSU, Liana. Professor-tradutor? Como traduzir textos complexos para seus alunos. In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022.

Disponível em:

https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: set. 2024.

PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick; VERGNAUD, Gérard. A didática profissional. In: GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Oliver; WOLLINGER, Paulo (Orgs.). **Didática profissional: princípios e referências para educação profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>. Acesso em: ago. 2024.

PAULA, Luzia de Fátima. João Wanderley Geraldi (1946-) e o texto na sala de aula. In: MORTATTI, MRL., et al. (orgs.). **Sujeitos da história do ensino de leitura e escrita no Brasil [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 277-298.

Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/3nj6y/pdf/mortatti9788568334362.pdf>. Acesso em: mar. 2025.

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea. Avaliação de material didático. **V Seminário nacional interdisciplinar em experiências educativas**. Unioeste, 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/IvoneteTremeaPlein/publication/282293764_AV_ALIACAO_DE_MATERIAL_DIDATICO/links/560ae31e08ae840a08d6781f/AVALIACAO-DE-MATERIAL-DIDATICO.pdf. Acesso em: jun. 2024.

PODOLAK, Luciana Calisario da Silva. **Manual de comunicação em escrita oficial**: padronização e letramento em documentos oficiais e administrativos. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573863>. Acesso em: set. 2024.

PONOMARENKO, Gabriel Luciano; EVERS, Aline. Leiturabilidade e ensino: autores-base e seus trabalhos. In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em:

https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. Educação profissional e tecnológica: (Re) conceituando a (contra)hegemonia. In: SILVA, C. N. N da; ROSA, D dos S. (Orgs.). **As bases conceituais na EPT**. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021.

RELATÓRIOS de Graciliano Ramos publicados no diário oficial. Maceió, AL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, [202-?].

SOBRAL, Filipe João Bera de Azevedo; PECCI, Alketa. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: set. 2024.

RIBEIRO, C. C. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral na sociedade capitalista. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/13031>. Acesso em: dez. 2023.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jaqueline Peixoto; COLLINS, Heloisa. Letramento digital: um trabalho a partir dos gêneros do discurso. In: KARWOSKI, Acir Mário;

GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

ROSA, D dos S. Para voltarmos a ser humanos - aproximações à categoria alienação e estranhamento em Karl Marx. In: SILVA, C. N. N da; ROSA, D dos S. (Orgs.). **As bases conceituais na EPT**. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021.

SALVADOR, Arlete. **Escrever bem no trabalho: do whatsapp ao relatório**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTOS, Hudson Nogueira. **O ofício cordial: análise sistêmico-funcional de gêneros da redação oficial**. 2015. 302 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18191>. Acesso em: nov. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: mar. 2024.

SILVA, C. N. N da; ROSA, D dos S. (Orgs.). **As bases conceituais na EPT**. Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021.

SILVA, Edna Cristina Muniz da; SARTIN, Fabíola; SANTOS, Hudson Nogueira. Gênero ofício: uma análise sistêmica-funcional. **Revista ECOS, [S. l.]**, v. 23, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/2684>. Acesso em: abr. 2025.

SOUSA, Joeline Rodrigues de. **Gramsci: educação, escola e formação - caminhos para a emancipação humana**. Curitiba: Appris, 2014.

TCACENCO, Lucas Meireles. Português para migrantes e refugiados: textos de museus de ciências e tecnologia como fonte para a construção de glossários de alunos. In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga. (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: set. 2024.

TRENTIN SILVEIRA, Rene. A relação professor-aluno de uma perspectiva gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97-144, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvWP/>. Acesso em: out. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas**. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada **“Produção textual no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): estabelecendo uma relação entre o ensino de redação oficial e a dimensão dialógica da linguagem”**, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica / Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e que diz respeito a uma dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: O objetivo do estudo é promover nas aulas de Redação Oficial espaço para a compreensão e prática de textos de comunicações oficiais, tendo como objetivo não somente explorar os aspectos linguísticos dos conteúdos desse componente curricular, mas também considerar a abordagem interacional no estudo, tanto dos gêneros textuais comumente trabalhados na disciplina como de outros gêneros, concretos, presentes na prática profissional de técnicos administrativos, com o propósito de levar o produtor do texto a compreender a escrita como ato social.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em: analisar o material que será entregue a você (trata-se de uma apostila para ser usada nas aulas de Redação Oficial) e, após análise, responder a uma ficha de avaliação (com questionário e espaço para comentários, considerações e sugestões) que será disponibilizada juntamente com a apostila a ser avaliada.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar possível falta de interesse em analisar o material e responder a ficha de avaliação, ou sentir-se constrangido em responder o questionário, por entender que seus dados podem ser identificados em alguma etapa da pesquisa. Contudo, a pesquisa não oferece danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social e cultural dos participantes, e lhes é garantido o sigilo, conforme item 4 deste termo. Objetivando minimizar esses riscos, o participante tem a possibilidade de não participar da pesquisa, negando-se a responder ao questionário, fato que será respeitado. Por outro lado, são esperados os seguintes benefícios da participação na pesquisa: apresentar a proposta de um produto educacional - uma apostila - alinhado aos ideais das práticas realmente integradoras, para trabalhar com a disciplina de Redação Oficial, por meio de uma abordagem dialógica da linguagem. Isso, para que o aluno entenda a escrita como prática social.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. A sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. A pesquisadora responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra

ficará com a pesquisadora. Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pela pesquisadora. A pesquisadora garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências.

Você poderá ter acesso a pesquisadora **Juliana Romão Corrêa** pelo telefone () _____ ou pelo e-mail: jromaocorrea@gmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

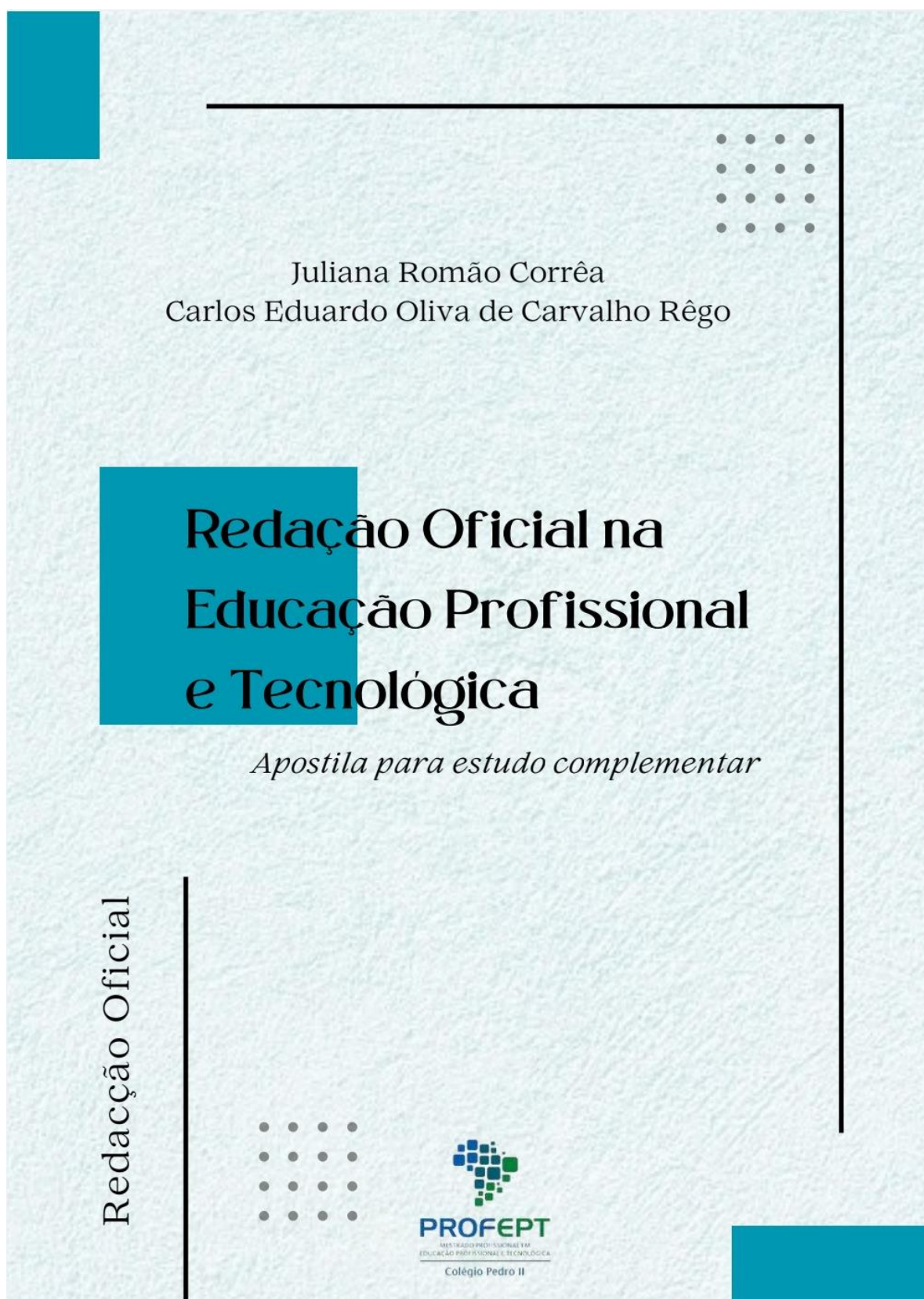
Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: ___/___/___
-------------------------------	-------------------

Eu, _____ obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do(a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: ___/___/___
---------------------------------	-------------------

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL



Redação Oficial na Educação Profissional e Tecnológica

Apostila para estudo complementar

Redação Oficial

Para professores

2025



**Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT**

Colégio Pedro II

Autora

Juliana Romão Corrêa

Orientador

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Projeto gráfico

Juliana Romão Corrêa

Dados de catalogação

Redacção Oficial

Sumário

Apresentação.....	4
Unidade 1	
Linguagem formal e linguagem informal.....	5
Unidade 2	
Áreas funcionais das organizações.....	13
Unidade 3	
Redação oficial e interdisciplinaridade.....	21
Unidade 4	
Redação oficial e linguagem simples.....	28
Referências.....	34

Apresentação

A apostila que você tem em suas mãos, que também pode ser chamada de Produto Educacional (PE), foi desenvolvida como parte de uma pesquisa intitulada '*Produção textual no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): estabelecendo uma relação entre o ensino de redação oficial e a dimensão dialógica da linguagem*'.

Peça indispensável no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), este PE, desenvolvido para o ensino de Redação Oficial na EPT, propõe conteúdos que têm por fim ampliar a capacidade discursiva dos alunos, levando-os a compreender a escrita como ato social.

Este material não tem a pretensão - nem reúne as condições necessárias - de funcionar como um substituto aos manuais de redação oficial comumente utilizados na disciplina. A apostila não aborda todos os conteúdos relacionados ao tema, mas apresenta possibilidades teóricas e práticas de um ensino de redação oficial em que o estudante, além de atender a demandas específicas do mundo do trabalho, perceba que produzir textos não é uma atividade meramente instrumental.

Por fim, espera-se que este recurso didático proporcione um ensino que rompa com a simples transmissão do conhecimento, para que possa ocorrer, assim, a almejada formação humana integral, conceito tão caro para a EPT.

Bons estudos!

UNIDADE 1

Linguagem formal e linguagem informal

Observe as frases:

- a) Queiram se sentar, por favor!
- b) Vamos sentando aí, galera!

Embora apresentem o mesmo objetivo (fazer um grupo de pessoas se sentar), as frases acima correspondem a situações diferentes de interação social, marcadas pelo grau maior ou menor de formalidade do ambiente e de intimidade entre os interlocutores, e podem inclusive ser pronunciadas pelo mesmo sujeito em situações de interação diferentes (Bagno, 2007, p. 40)

Qual das frases você considera que foi dita em um ambiente de menor formalidade?



As frases (a) e (b) servem para exemplificar que o uso da língua pode variar, conforme as situações em que o(a) falante se encontra. Essas situações diversas, que geram diferentes enunciados, podem ser observadas também no mundo do trabalho.

Profissões e ofícios influenciam na atividade linguística das pessoas. Por exemplo, uma advogada não usa os mesmos recursos linguísticos de um encanador, nem este os mesmos recursos de um motorista (Bagno, 2007).



Nós variamos nosso modo de **falar e de escrever**, que ora é mais consciente, ora é menos consciente; ora é mais espontâneo, ora é menos espontâneo. Tudo depende da situação de interação em que nos encontramos.

Geralmente, nos ambientes de trabalho, as situações são de maior formalidade, gerando, assim, gêneros textuais (falados ou escritos) mais formais.

Abaixo, você pode observar uma figura que apresenta algumas situações comunicativas (orais ou escritas) e o grau de formalidade em que eles ocorrem:

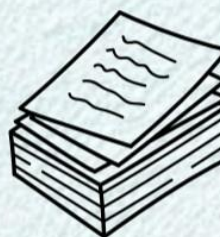


Veja, tanto a fala quanto a escrita apresentam linguagem formal e informal!

Na escrita, o gênero textual **ofício** apresenta linguagem formal, assim como, na fala, uma **reunião de trabalho** também apresenta linguagem formal. Por outro lado, um **bilhete** tende a ser escrito em linguagem informal, do mesmo modo que, na fala, uma **conversa descontraída em um bar** tende a ser informal (Martins; Guimarães, 2016, p. 66).

Por falar em **ofício**, vamos ver um pouco mais sobre esse gênero textual?

O ofício é um gênero textual previsto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) e em muitos outros manuais que tratam de redação oficial.



E o que é redação oficial?

Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos (Brasil, 2018, p. 16).

Basicamente, a redação oficial tem a finalidade de



**Comunicar com objetividade
e máxima clareza**

Essas são as características fundamentais da redação oficial!

Agora passemos aos seus atributos.

Segundo o MRPR, a redação oficial deve caracterizar-se por:

- clareza e precisão
- objetividade
- concisão
- coesão e coerência
- impessoalidade
- formalidade e padronização; e
- uso da norma padrão da língua portuguesa.

Cada um desses atributos é apresentado de maneira detalhada no MRPR.

Acesse-o aqui:

<https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>



Até a segunda edição do MRPR, havia três tipos de expedientes: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, a partir da terceira edição do Manual, passou-se a adotar nomenclatura e diagramação únicas, que chamamos de **padrão ofício** (Brasil, 2018, p. 27).

A seguir, você pode observar um modelo de ofício, retirado do próprio MRPR:

The image shows two pages of an official document (ofício) from the Brazilian government. The left page is the header and body, and the right page is the signature block.

Page 1 (Left):

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

OFÍCIO Nº 197/2018/SAJ/CC

Brasília, 8 de agosto de 2018.

Ao Senhor
[Nome]
Chefe de Gabinete
Ministério dos Transportes
Esplanada dos Ministérios, Bloco II
70044-902 Brasília, DF

Assunto: Apresentação de novas funcionalidades do Sísuf – Módulo I.

Senhor Chefe de Gabinete,

A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimorou o Sistema de Geração e Transmissão de Documentos Oficiais – Sísuf, com a inclusão de novas funcionalidades. Os novos recursos do sistema serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta Subchefia.

2. Convido os servidores do [nome do Ministério] para assistir à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 9h30, no Auditório desta Subchefia.

3. Para assegurar o credenciamento, solicito a esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sísuf, até 28 de agosto de 2018, por meio do endereço eletrônico [endereço eletrônico]:

a) nome completo do servidor;
b) número de Cadastro de Pessoa Física;
c) e-mail institucional, unidade/órgão em que atua; e
d) login no Sísuf (caso esteja cadastrado no

Page 2 (Right):

Caso o servidor ainda não seja cadastrado no Sistema, será necessário o envio de autorização da chefia imediata. O envio das informações solicitadas acima é fundamental para garantir a inscrição do servidor no evento.

Atenciosamente,

[Assinatura para assinatura]
[NOME DO SIGNATÁRIO]
[Cargo do signatário]

[Endereço] – Telefone: (xx) xxxx-xxxx
CEP 00000-000 Cidade/UF – http://www.xxxxxxxxxxxxxxxxxx.gov.br

Você pode ver mais sobre o padrão ofício no MRPR. Lá, você encontra a estrutura desse gênero textual, explicada em detalhes.

Professor(a), você também pode preparar uma aula com alguns gêneros citados no MRPR.



Nesta unidade, você aprendeu que a situação comunicativa pode ser de maior ou menor formalidade. Cada uma das situações vai exigir do falante ou do produtor do texto escrito um controle, uma atenção e um planejamento maior ou menor do seu comportamento em geral, das suas atitudes e, evidentemente, do seu comportamento verbal (Bagno, 2007, p. 45).

Atividades da unidade

Atividade 1

Nesta unidade você observou as duas modalidades de uso da língua: **a fala e a escrita**. Vale destacar que, tanto a fala quanto a escrita apresentam linguagem formal e informal. Agora observe o quadro abaixo. Ele contém exemplos de gêneros textuais das duas modalidades citadas:

Quadro de gêneros textuais

Ata	Bilhete	Audiência judicial	Fofoca
Ofício	Conversa com amigos no shopping		
Entrevista de emprego	Notícia (jornal impresso)		
Mensagem de WhatsApp para amigo(a)			
Bula de remédio	Narração de jogo de futebol		
Comentário em rede social	Reunião de trabalho		

Posicione os gêneros textuais do quadro na coluna a qual eles pertencem.



Linguagem formal	
<p>Oral</p> <p>Audiência judicial Reunião de trabalho Entrevista de emprego</p>	<p>Escrita</p> <p>Ofício Ata Notícia (jornal) Bula</p>
Linguagem informal	
<p>Oral</p> <p>Fofoca Conversa com amigos Narração de futebol</p>	<p>Escrita</p> <p>Bilhete Mensagem de WhatsApp Comentário em rede social</p>

Atividade 2

No exercício anterior você pôde verificar alguns gêneros textuais produzidos em diversas situações comunicativas. Destes, escreva abaixo dois gêneros de escrita formal produzidos em ambientes administrativos:

R: **Ata e Ofício**



Atividade de dramatização

Situação comunicativa - Entrevista de emprego

(Nesta atividade, os alunos trabalham em pares)

Simulem uma situação de entrevista de emprego.

Por se tratar de uma situação formal, é preciso que utilizem a variedade mais prestigiada da língua.

Condições de produção do diálogo:

- Um dos estudantes será o entrevistador, o outro será o candidato/entrevistado;
- O cargo pretendido: Assistente administrativo;
- Ambos os personagens devem se apresentar: o entrevistado se apresenta e expõe o motivo de sua presença na entrevista. Já o entrevistador também se apresenta, e informa que conduzirá a conversa, etc. (utilize dados fictícios);
- O entrevistador deverá fazer algumas perguntas ao candidato à vaga;
- Em algum momento do diálogo o entrevistado será questionado a respeito de sua formação, e precisará informar alguns dados: cursos que fez, grau de escolaridade, idiomas que domina, etc. (utilize dados fictícios)

Professor(a), você pode auxiliar os alunos na escrita do roteiro da cena.

Esta tarefa é uma oportunidade para que eles exerçam a criatividade, no momento da elaboração do texto a ser encenado.

O objetivo da atividade é fazer com que o(a) estudante perceba a situação comunicativa e o grau de formalidade que ela exige.



Após a produção dos textos, algumas duplas podem encená-los à turma.

Atividade 4

Observando avisos e anúncios

Abaixo podem ser observados textos (avisos e anúncios) que apresentam inconsistências que comprometem a clareza das informações:



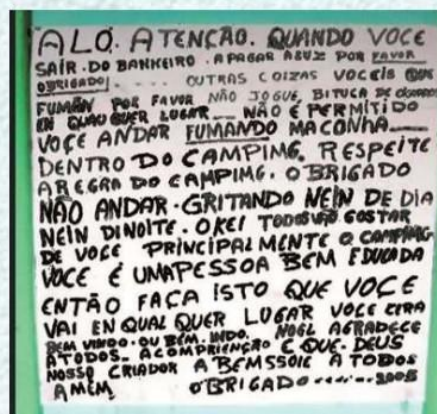
Anúncio 1



Anúncio 2



Aviso 1



Aviso 2



Após observar cada uma das imagens, reescreva os anúncios e avisos de forma a deixá-los adequados. Considere, para a reescrita, o suporte onde os textos circularão (cartazes, placas, faixas, muros...), o público-alvo e o grau de formalidade da língua.

Exemplos:

Construção Civil

- Reforma e construção de casas;
- Serviços de elétrica e hidráulica;
- Muros e calçadas;
- Colocação de azulejos;
- Pintura

Fone: xxxx-xxxx

Fazemos sua festa!

Oferecemos serviço de:

- Garçom;
 - Barman;
 - Churrasqueiro;
 - Cozinheira;
- Também temos:
- Palhaços e animadores;
 - Bandas.

Telefone: xxxx-xxxx

Proibido estacionar!

Em nenhum horário.

Sujeito a guincho e multa.

Agradecemos.

Atenção!

- Apagar a luz ao sair do banheiro;
 - Não jogar bituca de cigarro em qualquer lugar;
 - Não é permitido fumar maconha dentro do camping;
 - Não gritar;
- Respeite as regras e todos vão gostar de você, principalmente o camping!
Você, pessoa educada, siga as regras, e onde for será bem recebido.
- Noel agradece a todos.
Que Deus os abençoe.
Obrigado!

Com os textos reescritos, que tal elaborarmos novas artes visuais para cada um deles? Nesta parte da atividade, você poderá utilizar ferramentas digitais (Canva, por exemplo). Exercite sua criatividade!

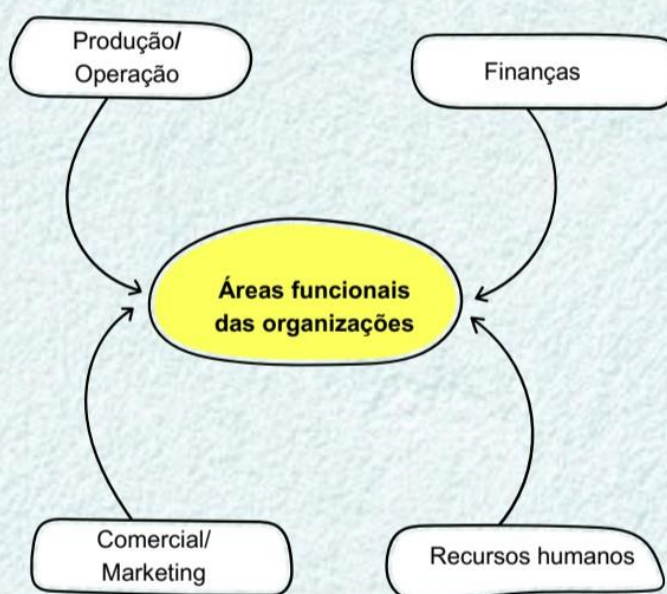
Professor(a), esta atividade pode ser realizada no laboratório de informática. Assim, os alunos poderão utilizar as ferramentas digitais com a sua ajuda.

UNIDADE 2

Áreas funcionais das organizações

As organizações estão normalmente divididas em áreas funcionais.

As áreas funcionais mais comuns, principalmente no âmbito da esfera privada, são: área de produção ou de operações, área comercial e de marketing, área de finanças e área de recursos humanos (Sobral; Peci, 2013). Observe a figura:



Fonte: SOBRAL, Filipe João Bera de Azevedo; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/page/linguagem/>

Cada um desses contextos administrativos pode produzir seus gêneros textuais próprios. Existem também gêneros que podem ser encontrados em diversos ambientes administrativos, por exemplo, atas e relatórios.

Que tal estudarmos um pouco sobre o e-mail?

A internet revolucionou a maneira como trabalhamos, fazemos negócios e nos relacionamos com outras pessoas e com o mundo. Agora não dependemos de papéis e dos correios para nos comunicarmos. Trocamos informações com um clique, com um toque dos dedos ou com um comando de voz.

Quase toda a tecnologia de comunicação e informação digital do nosso tempo ocorre por meio de mensagens escritas: e-mail, redes sociais e até mesmo aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp, transmitem conversas. (Salvador, 2021).



Como observado acima, e-mails fazem parte das rotinas de trabalho mundo afora. Redigi-los ocupa muito do tempo de trabalho, e quase nada se faz nos ambientes administrativos sem a ajuda deles.

Quando bem utilizado, o e-mail poupa tempo e simplifica o trabalho entre equipes para facilitar e melhorar a comunicação entre elas (Braga, 2012, p. 72).



Segundo o MRPR (Brasil, 2018, p. 46) “a utilização do e-mail para a comunicação tornou-se prática comum, não só em âmbito privado, mas também na administração pública”.

Um dos atrativos de comunicação por e-mail é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir padronização da mensagem comunicada. No entanto, devem-se observar algumas orientações quanto à sua estrutura.

Estrutura básica:

- Campo “Assunto”;
- Saudação inicial/vocativo;
- Mensagem;
- Fecho;
- Assinatura do e-mail.

Observe um exemplo de e-mail:

Assunto: *Informações sobre controle de pagamentos de tributos*

Vocativo: *Caro Luiz Paulo,*

Mensagem:

Eu sou gerente financeiro da XXX do Brasil e nós nos conhecemos no mês passado durante uma conferência sobre tributação em Recife. Na ocasião, você mencionou sobre novos procedimentos adotados pela sua empresa para controle de pagamento de tributos. Fiquei interessado em conhecê-los melhor.

Assim, gostaria de saber se você poderia me mandar mais detalhes sobre essas medidas e os resultados observados na sua companhia.

Agradeça e assine:

Muito obrigado.

Jorge Cândido

Gerente financeiro da XXX do Brasil

Endereço:

Telefone:

Fonte: (Braga, 2012).

O exemplo acima é apenas um dos milhares de possibilidades e motivos para se escrever e-mails. Nesse exemplo, trata-se de alguém escrevendo a outro alguém, apresentando-se logo de cara e solicitando algumas informações.

A seguir, algumas recomendações quanto ao uso de e-mails no trabalho:

- Evite o uso de letras maiúsculas, para não passar ao leitor a impressão de que você está 'gritando';
- Responda as mensagens dos e-mails recebidos. Deixar de responder soa desinteresse ou descortesia;
- Não envie piadas e correntes; É invasivo e constrangedor;
- Não elabore textos longos e sem correção.
- Trate todos com cordialidade;
- Envie mensagens personalizadas; Demonstra atenção e interesse.

Adaptado: (Braga, 2012, pp.72-73).

Você pode saber mais a respeito de e-mail no MRPR e em outros manuais que tratam de redação oficial/redação empresarial.

Atividades da unidade

Atividade 1

Depois de ver as principais áreas das organizações (Produção, Recursos Humanos, Comercial e Finanças), liste alguns gêneros textuais que podem ser produzidos em cada uma delas.



Produção: Relatórios de controle de qualidade; Fichas de execução de serviço; Listas de materiais; Inventários; Layout de instalações; etc.

Recursos Humanos: Fichas de avaliação de desempenho; Organogramas; Documentos de admissão; Rescisões; Formulários/solicitações de benefícios; etc.

Comercial: Anúncios publicitários; Pesquisa de satisfação; Posts em mídias sociais; etc.

Finanças: Orçamentos; Projetos de investimento; Gráficos; Balanços; Relatórios; Fluxos de caixa; etc.

- Cada um desses contextos administrativos produz seus gêneros textuais próprios. Os exemplos acima não correspondem ao total de gêneros do mundo do trabalho.
- Você produzirá, no exercício de uma profissão, gêneros textuais específicos, que vão depender da área de trabalho em que estiver inserido.

Professor(a), você pode ampliar o repertório de gêneros textuais dos alunos, apresentando, de forma breve, gêneros de domínios discursivos diversos, como por exemplo, do domínio jurídico (sentença, procuração, medida provisória parecer jurídico...) ou do jornalístico (notícia, reportagem, entrevista).

Sugestões para ampliar o repertório de gêneros textuais:

VASCOCELOS, Adaylson Wagner de Sousa. Gêneros textuais no âmbito jurídico. **Âmbito jurídico**, 2013.

Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/generos-textuais-no-ambito-juridico/#:~:text=No%20g%C3%AAnero%20jur%C3%ADdico%20encontramos%20as,provis%C3%B3ria%2C%20editais%2C%20dentre%20outras.>

VOCÊ conhece os diferentes gêneros textuais jornalísticos? **Jornal Joca**.

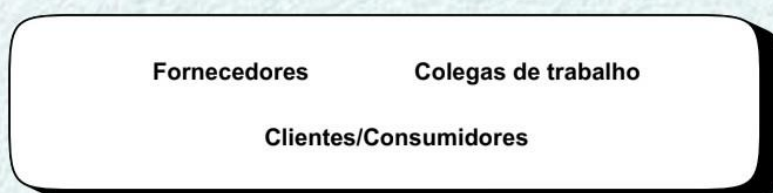
Disponível em: <https://www.jornaljoca.com.br/blog/voce-conhece-os-diferentes-generos-textuais-jornalisticos/>

Atividades da unidade

Atividade 2

Você está inserido em um ambiente administrativo e precisa considerar os sujeitos que recebem o seu texto (os destinatários podem ser colegas de trabalho, clientes, fornecedores, consumidores, etc.)

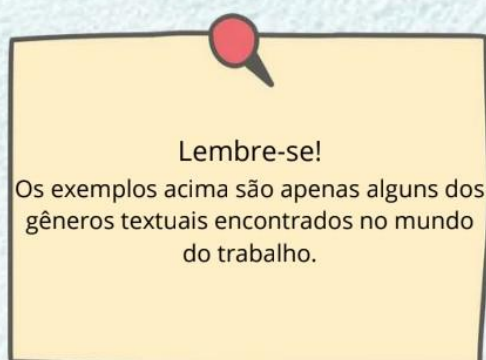
Podemos destacar gêneros para cada público-alvo? Observe os grupos do quadro abaixo e relacione-os no espaço em que eles podem aparecer.



Clientes/Consumidores: Pesquisa de satisfação; Anúncios publicitários; Posts em mídias sociais.

Colegas de trabalho: Comunicações internas; Declarações; Contracheques.

Fornecedores: Recibos; Notas fiscais; Ordens de serviço.



Atividades da unidade

Atividade 3

Produza dois textos com as mesmas condições de produção (assunto, quem escreve, objetivo do texto), que irão circular em diferentes gêneros textuais. Por exemplo: escreva um comunicado/aviso de 'dia sem expediente', para ser enviado por e-mail e também postado em redes sociais (*Instagram*).

Nesse comunicado você precisa:

- 1) informar que em determinada data o setor/empresa/estabelecimento não funcionará; (utilize dados fictícios: nome da empresa...)
- 2) informar o motivo do não funcionamento;
- 3) mencionar a data de retorno das atividades do setor/empresa/estabelecimento;

Atenção!

O e-mail será enviado aos funcionários do setor/empresa/estabelecimento (seus colegas de trabalho). Já o post do *Instagram* terá como público-alvo os clientes.

Um dos objetivos da atividade é fazer com que o(a) estudante compreenda que, dependendo do gênero, é necessário investir em aspectos visuais, por exemplo.

UNIDADE 3

Redação oficial e interdisciplinaridade

Nesta unidade, você, estudante, compreenderá que o ensino de Redação Oficial pode ser visto sob outra perspectiva; Um ensino não apenas concentrado no seu teor técnico, no seu enfoque de disciplina que tem a redação oficial como um conjunto de documentos e textos que seguem princípios fixos, com conteúdos como forma de iniciar e encerrar um documento, uso da norma padrão da língua, estrutura padrão dos textos e expressões que devem ser evitadas. Esse enfoque técnico é sim imprescindível e não deve ser desconsiderado, pois estamos inseridos num contexto de educação profissional. Contudo, o ensino de Redação Oficial pode ser tratado de maneira a dialogar com outras disciplinas, por meio de práticas que visam à integração com outras áreas do conhecimento.

Ao analisarmos a disciplina objeto desta apostila - Redação Oficial - é possível verificar que alguns conteúdos desse componente curricular podem ser trabalhados com disciplinas de formação geral, como **História e Literatura**, por exemplo. E é o que você verá nos exercícios da unidade.

Quando desenvolvem-se atividades numa perspectiva interdisciplinar, “é possível gerar um movimento de superação da fragmentação disciplinar, facilitando a construção de novos conhecimentos e o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa de conteúdos, técnicas, métodos e comportamental do futuro cidadão e profissional” (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008, p. 194).

Vale reforçar... Cada professor e/ou pesquisador que participa de atividades dessa natureza contribui com os seus saberes, métodos e procedimentos próprios para construção e apreensão do conhecimento geral (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008, p. 192).



As atividades a seguir preveem a interdisciplinaridade, tornando-se o ponto central desta unidade.

Atividades da unidade

Atividade 1

Da Redação Oficial à História

Esta é uma atividade que une as disciplinas de **Redação Oficial e História**, afinal documentos oficiais também contam histórias.

Nesta atividade, você irá analisar textos oficiais do passado e textos atuais (análise diacrônica de gêneros textuais). Para isto, selecione alguns textos oficiais de referência do passado (leis, decretos importantes, por exemplo: Lei Áurea, Lei dos Sexagenários, documentos da ditadura, etc.)

Professor(a), você pode auxiliar os alunos na seleção dos documentos.

A seguir, alguns links que contêm recursos (vídeos e textos) interessantes de serem exibidos em sala de aula e que poderão contribuir para que a atividade ocorra de modo efetivo:



Vídeo “**Lei Áurea: conheça os antecedentes da lei que proibiu a escravidão no país**”, do canal do Senado Federal.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mj1yjc6xfJY&t=39s>

Vídeo “**13 de Maio: Registros originais da Lei Áurea fazem parte do Arquivo do Senado Federal**”, do canal TV Senado.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Xp1wdqEbG58>





Vídeo “**Arquivo S: Lei dos Sexagenários completa 130 anos**”, do canal do Senado Federal.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=sAlljS_s0eY



Lei dos Sexagenários:
Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm

Curiosidade!

O Arquivo do Senado Federal guarda um relevante documento da história do Brasil: a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

Agora, escolha um dos documentos selecionados anteriormente e responda às seguintes perguntas:

a) Qual documento escolhido?

Ex.: Lei dos Sexagenários (LEI Nº 3.270, DE 28 DE SETEMBRO DE 1885)

A escolha desta lei é apenas um exemplo.



Importante!

Documentos históricos contribuem para a produção de narrativas, tornando-se registros valiosos! Professores de História podem contribuir ricamente nesta aula. Além dos docentes, historiadores, museólogos e bibliotecários podem colaborar com a atividade.

b) Quando ele foi produzido?

Em setembro de 1885, em uma das fases do lento processo de abolição da escravidão no Brasil... Faz parte do período gradual de transição da escravidão para o trabalho livre, processo que culminou na promulgação Lei Áurea, assinada em 1888.

c) Quem o produziu?

Líderes do senado no período do Império, a exemplo o senador e ministro Manuel Pinto de Sousa Dantas, também o Barão de Cotegipe e José Antônio Saraiva. Por isso, ela também é conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe.

d) Onde?

No Palácio do Rio de Janeiro, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. (grafia conforme a lei)

e) O que mais chamou a sua atenção no documento?

De livre resposta, pode-se dialogar a respeito do tom conservador da época, marcado pelos discursos escravagistas, e do pouco efeito prático da Lei. Professor(a), você também pode conduzir discussões a respeito da grafia de algumas palavras no século XIX. Para isso, selecione palavras que eram grafadas de maneira diversa do que são hoje, exemplo: extincção, ocupação, tabella, inscripção, dentre outras.

f) Qual a função do texto escolhido?

Foi a lei que determinou a liberdade dos escravizados com mais de 60 anos. Uma tentativa de atrasar a abolição completa da escravatura, embora tenha sido um importante passo no processo de abolição que resultou na Lei Áurea.

Atividade 2**Da Redação Oficial à Literatura**

Leia abaixo um trecho do Relatório do Prefeito Graciliano Ramos ao Governador de Alagoas, entregue em 10 de janeiro de 1929:

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios
Relatório
Ao Governador do estado de Alagoas
 [...]

Começos

[...]

Havia em Palmeira innumeros prefeitos: os cobradores de impostos, o commandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Municipio tinha a sua administração particular, com prefeitos coroneis e prefeitos inspectores de quarteirões. Os fiscaes, esses, resolviam questões de policia e advogavam.

Para que semelhante anomalia desaparecesse luctei com tenacidade e encontrei obstaculos dentro da Prefeitura e fóra della — dentro, uma resistencia molle, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, obliqua, carregada de billis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam tres mezes para levar um tiro.

Dos funcionarios que encontrei em Janeiro do anno passado restam poucos: sahiram os que faziam politica e os que não faziam coisa nenhuma. Os actuaes não se mettem onde não são necessarios, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Dêvo muito a elles.

Não sei se a administração do Municipio é boa ou ruim. Talvez pudesse ser peor.

(o autor relata uma série de assuntos relativos à administração do município)

[...]

Conclusão

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só ha curvas onde as rectas foram inteiramente impossiveis.

Evitei emmaranhar-me em teias de aranha.

...

...

Certos individuos, não sei porque, imaginam que devem ser consultados; outros se julgam com autoridade bastante para dizer aos contribuintes que não paguem impostos.

Não me entendi com esses.

Ha quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anonymas, e adoeça, e se morda por não ver a infallivel maroteirazinha, a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que della se servem como assumpto invariavel; ha quem não comprehenda que um acto administrativo seja isento da idéa de lucro pessoal; ha até quem pretenda embaraçar-me em coisa tão simples como mandar quebrar as pedras dos caminhos.

Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325:500 de multas.

Não favoreci ninguém. Devo ter commetido numerosos disparates. Todos os meus erros, porem, foram erros da intelligencia, que é fraca.

Perdi varios amigos, ou individuos que possam ter semelhante nome.

Não me fizeram falta.

Ha descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois annos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos.

Paz e prosperidade

Palmeira dos Índios, 10 de janeiro de 1929

Graciliano Ramos

Fonte: GARCIA, Rodrigo M. Graciliano Ramos (o prefeito) e seus relatórios de gestão. **Blog da BBM**, 2016. Disponível em: https://blog.bbm.usp.br/2016/gracilianoramosrelatorios_2016/

Aqui você encontra outro relatório do então prefeito. Esse, de 1930: https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha_graciliano_web18.pdf



Relatórios ao Governador do Estado de Alagoas (1929, 1930)

Agora responda:

a) Com que finalidade o relatório foi escrito? Por que escrevemos relatórios?

Foi escrito para prestar contas relativas ao orçamento do município de Palmeira dos Índios. Como o próprio nome já diz, relatórios são documentos que servem para relatar. O que se relata? Servem para, por exemplo, prestar contas, o que pode ser observado no relatório completo de Graciliano Ramos. Conforme Medeiros e Hernandes (2006, *apud* Pegorini, 2022), os relatórios têm o objetivo de prestar informações quanto à situação dos planos estabelecidos, dos projetos concedidos e das operações que devem ser realizadas ou que já foram realizadas. Professor(a), você pode buscar outras fontes para exemplificar o gênero textual relatório. Fonte: PEGORINI, Diana Gurgel. **Redação e gestão de documentos**. Curitiba: Intersaberes, 2022.

b) Você considera que algum princípio de redação oficial foi 'ferido' na escrita do relatório?

Podemos dizer que sim, o princípio da impessoalidade, que diz respeito ao distanciamento e à não subjetividade. Uma das premissas da impessoalidade é a não manifestação de juízo de valor ou de opiniões, algo que Graciliano Ramos faz com frequência na escrita do relatório.

c) Além do conteúdo político, os relatórios de Graciliano Ramos também se caracterizam pela qualidade literária daquele que viria a ser um dos maiores nomes da literatura brasileira, autor de obras como *Vidas Secas* e *São Bernardo*, que marcaram a segunda fase do modernismo. Vamos conversar um pouco sobre o autor e sua escrita?

Sugestão de encaminhamento de discussão:

Trata-se de um texto que, no princípio de sua escrita, não era literário, não era do domínio literário, fazia parte do domínio administrativo, um relatório de prefeitura para ser submetido ao governador do estado de Alagoas, e que com o passar dos anos, e em decorrência da vida do seu autor, que depois viria a ser um dos maiores escritores do modernismo brasileiro, passou a figurar e ser compreendido também como obra literária. Professor(a), neste momento, você pode explorar um pouco mais da 'vida e obra' do autor.

UNIDADE 4

Redação oficial e linguagem simples

Você sabia que a Lei nº13.460/17, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, prevê, no seu Art. 5º, que “o usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: [...] XIV - **utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos**” (Brasil, 2017).

Mas o que é linguagem simples?

Linguagem simples é um movimento para tornar a comunicação mais acessível a todas as pessoas.



A linguagem simples é utilizada para aprimorar a comunicação com os cidadãos e cidadãs. É uma causa social, que defende o acesso efetivo dos cidadãos aos serviços, sejam eles públicos ou privados.



A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) adotou medidas de linguagem simples para facilitar o acesso dos cidadãos à informação. A página de internet da Agência traz conteúdos a respeito do tema.

Para saber um pouco mais sobre a trajetória da ANA com a linguagem simples, você pode acessar o link abaixo ou escanear o QRcode ao lado:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/linguagensimples/linguagensimples>



De maneira resumida, linguagem simples é:

- **Encontrar a informação que procura**
- **Entender essa informação**
- **Utilizá-la para fins práticos**

Mas cuidado! Linguagem simples não é:

- **Informalidade**
- **Desconsiderar a norma padrão da língua**
- **Desconsiderar a qualidade da informação**

É tornar um texto escrito acessível. “Essa acessibilidade envolve que a informação escrita seja apresentada em uma linguagem simples, em uma forma compatível com as necessidades e condições de aproveitamento e compreensão das pessoas que a buscam”. Vale o alerta, “simplificar não é, necessariamente e apenas, “encolher” um texto, cortando-se informações que se julgam difíceis ou supérfluas. Muitas vezes, é preciso enriquecer o texto, refazê-lo, o que exige incluir explicações, exemplos, analogias ou outros recursos” (Finatto, 2022, pp. 21- 23).



Este também é um tema de interesse do Projeto **Acessibilidade TT**, equipe de pesquisa da UFRGS. Informações sobre o trabalho do Acessibilidade TT, você encontra no link abaixo ou pelo QR code ao lado: <https://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/page/linguagem/>

Neste outro link você encontra “**10 passos para usar a linguagem simples**”, documento elaborado pela ANA:

https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/linguagensimples/Materiais/10-passos-linguagem-simples-anav3_b.pdf
 Você também pode acessá-lo pelo QR code:



Professor(a), você pode percorrer com seus alunos o passo a passo proposto pela ANA. Esse passo a passo auxiliará na realização da atividade da unidade.



Nesta unidade você aprendeu que Redação oficial é... Além de uma disciplina técnica que, por vezes, traz uma linguagem burocrática - que ensina a redação técnica como um conjunto de documentos e textos que seguem princípios fixos, com conteúdos como: forma de iniciar e encerrar um documento, uso da norma padrão da língua, estrutura padrão dos textos - pode ser uma disciplina que propõe que a comunicação (e os documentos que circulam na esfera administrativa) pode ser usada para transmitir informações simples, objetivas, inclusivas. Uma comunicação simples, acessível e direta. Uma disciplina com o compromisso de causa social, em prol do direito fundamental de acesso à informação, e que dialoga com os plenos direitos do cidadão.

Atividades da unidade

Atividade 1

Transforme o texto da matéria abaixo em um cartaz informativo, utilizando as práticas de linguagem simples (utilize elementos visuais para auxiliar na compreensão das informações). Atenção! Elabore o cartaz tendo os cidadãos em geral como seu público-alvo. Imagine que ele será afixado em instituições de ensino (escolas; universidades, etc.), por exemplo.

Matéria publicada no site Oxfam Brasil, em 11 de maio de 2021:

Desperdício de alimentos: entenda suas consequências

O desperdício de alimentos é um fator potencializador da insegurança alimentar e da fome no mundo. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), mais de 30% da produção mundial de alimentos é desperdiçada a cada ano entre as fases de pós-colheita e a venda no varejo.

Esse desperdício também acontece em processos produtivos e na rotina de famílias e empresas, mas não deveria. Segundo o Programa Mundial de Alimentos (PMA), cerca de 31 milhões de pessoas enfrentarão a insegurança alimentar nos próximos meses. Uma quantidade de pessoas 30% superior à do ano passado e a maior dos últimos dez anos.

Neste artigo, discutimos a desigualdade na distribuição de alimentos, as consequências do desperdício de alimentos em nossa sociedade e as principais ações que podem minimizar essa perda. Vamos lá?



Desigualdade na distribuição de alimentos

Enquanto o Brasil é um dos maiores exportadores de insumos agrícolas do mundo, os brasileiros sofrem com a desigualdade na distribuição de alimentos e a fome.

O volume de produtos exportados anualmente seria suficiente para alimentar toda a população do país. Entretanto, investe-se na produção agrícola para a venda de commodities, sem exigências por parte do governo para que uma parcela da produção seja distribuída no mercado interno.

Na realidade, grande parte da produção exportada tem um destino diferente do que muitas pessoas supõem: se transformam em ração animal. Posteriormente, esses animais também se transformarão em carne, destinada ao consumo de pessoas integrantes das classes mais altas da sociedade.

Enquanto isso, as pessoas de baixa renda têm o seu consumo limitado pelo desabastecimento, fato que justifica o aumento do preço de produtos básicos nas gôndolas do mercado. Com isso, reforçam os índices de cidadãos em situação de insegurança alimentar.

Causas e consequências do desperdício de alimentos

A fome no país também tem outro inimigo: o desperdício de alimentos. Além de reforçar a situação de insegurança alimentar, o desperdício de alimentos gera consequências graves para a preservação ambiental.

Isso acontece porque a produção agrícola em larga escala exige um enorme volume de água e uso de insumos agrícolas (agrotóxicos e fertilizantes, por exemplo) que prejudicam o meio ambiente. Além disso, gera mais:

- desmatamento;
- aumenta a demanda por transporte;
- consumo de energia e de combustíveis fósseis.



Segundo a FAO, cada fase da logística agrícola incrementa o custo ambiental da produção. Assim, quanto maior o volume de alimentos perdidos na cadeia produtiva, maiores serão as consequências negativas para o planeta.

As causas para tanto desperdício são muitas. Toneladas de alimentos são jogados no lixo em função de sua alta perecibilidade, condições inadequadas de embalagem, manuseio, transporte e armazenamento.

Em alguns países, fatores estéticos são a justificativa para o desperdício de alimentos — muitos mercados consumidores rejeitam pequenos defeitos em frutas e legumes, por exemplo.

No Brasil, cerca de 10% dos alimentos também são desperdiçados na casa dos consumidores, ainda que o país tenha uma alta taxa de rejeição ao desperdício de alimentos.



Formas de minimizar o desperdício de alimentos

Selecionamos as melhores práticas para minimizar o desperdício de alimentos em âmbito doméstico:

- opte por **alimentos produzidos localmente**. A agricultura familiar é mais sustentável, mais saudável e ainda fomenta a economia local. Além disso, é possível minimizar as perdas nas fases de transporte e armazenamento;
- aprenda a preparar **receitas mais sustentáveis**, com partes dos alimentos que geralmente são jogados no lixo, como raízes, cascas e sementes;

- crie grupos para **compra e compartilhamento de alimentos**. Atualmente, existem modelos de assinatura para o consumo sustentável. Você também pode contatar os produtores de alimentos mais próximos e formar grupos para adquirir os produtos a um preço mais acessível, de acordo com a sazonalidade e sem desperdício;
- diminua o volume e aumente a **frequência de compra de alimentos nos mercados**, assim você não precisa armazenar grandes quantidades, o que reduz o desperdício. Além disso, você consome produtos sempre frescos e melhora o planejamento do seu consumo familiar;
- aprenda a **armazenar de forma adequada as sobras** dos alimentos;
- mantenha os armários e a geladeira sempre organizados. Use o sistema de gestão de estoques FIFO (*First In, First Out*). Assim, **produtos comprados antes devem ser consumidos primeiro**;
- aprenda a fazer compostagem de resíduos orgânicos. Você pode usar o húmus para criar a sua própria horta!

Por fim, **ajude pessoas ao seu redor**, busque organizações que auxiliem em doações e criem campanhas para a redução da fome no país. Além de prezar pela diminuição do desperdício de alimentos, você se sente melhor em saber que está ajudando alguém em sua alimentação diária!



Fonte: Oxfam Brasil. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/desperdicio-de-alimentos-entenda-suas-consequencias/>

Acesse a matéria pelo QR code:



Professor(a), esta atividade pode ser realizada no laboratório de informática. Assim, os alunos poderão utilizar as ferramentas digitais com a sua ajuda.

Referências

ALVES, Neila Guimarães; SILVA FILHO, Moacelio Veranio; LOPES, Renato Matos. Interdisciplinaridade no ensino técnico: um caminho possível. In: PEREIRA, Isabel Brasil; DANTAS, André Vianna (Orgs.). **Estudos de politecnica e saúde: volume 3**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 179-195. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39591>

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRAGA, Maria Alice da Silva. **Redação empresarial**. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário oficial da União: Brasília, DF, p. 4, 27 jun. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

FINATTO, Maria José Bocorny. Acessibilidade textual e terminológica, o que é isso? In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf

Referências

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Raquel Márcia Fontes; GUIMARÃES, Daniela Mara Lima Oliveira. A prática da variação linguística e a variação linguística na prática da sala de aula. In: CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Org.). **Língua portuguesa sujeito, leitura e produção**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

SALVADOR, Arlete. **Escrever bem no trabalho: do whatsapp ao relatório**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SOBRAL, Filipe João Bera de Azevedo; PECL, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica - ProfEPT**
Colégio Pedro II



Juliana Romão Corrêa
Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Redação Oficial na Educação Profissional e Tecnológica

Apostila para estudo complementar

Redação Oficial



Redação Oficial na Educação Profissional e Tecnológica

Apostila para estudo complementar

Redação Oficial

Para alunos

2025



Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT

Colégio Pedro II

Autora

Juliana Romão Corrêa

Orientador

Prof. Dr. Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Projeto gráfico

Juliana Romão Corrêa

Dados de catalogação

Redacção Oficial

Sumário

Apresentação.....	4
Unidade 1	
Linguagem formal e linguagem informal.....	5
Unidade 2	
Áreas funcionais das organizações.....	13
Unidade 3	
Redação oficial e interdisciplinaridade.....	21
Unidade 4	
Redação oficial e linguagem simples.....	28
Referências.....	34

Apresentação

A apostila que você tem em suas mãos, que também pode ser chamada de Produto Educacional (PE), foi desenvolvida como parte de uma pesquisa intitulada *'Produção textual no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): estabelecendo uma relação entre o ensino de redação oficial e a dimensão dialógica da linguagem'*.

Peça indispensável no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), este PE, desenvolvido para o ensino de Redação Oficial na EPT, propõe conteúdos que têm por fim ampliar a capacidade discursiva dos alunos, levando-os a compreender a escrita como ato social.

Este material não tem a pretensão - nem reúne as condições necessárias - de funcionar como um substituto aos manuais de redação oficial comumente utilizados na disciplina. A apostila não aborda todos os conteúdos relacionados ao tema, mas apresenta possibilidades teóricas e práticas de um ensino de redação oficial em que o estudante, além de atender a demandas específicas do mundo do trabalho, perceba que produzir textos não é uma atividade meramente instrumental.

Por fim, espera-se que este recurso didático proporcione um ensino que rompa com a simples transmissão do conhecimento, para que possa ocorrer, assim, a almejada formação humana integral, conceito tão caro para a EPT.

Bons estudos!

UNIDADE 1

Linguagem formal e linguagem informal

Observe as frases:

- a) Queiram se sentar, por favor!
- b) Vamos sentando aí, galera!

Embora apresentem o mesmo objetivo (fazer um grupo de pessoas se sentar), as frases acima correspondem a situações diferentes de interação social, marcadas pelo grau maior ou menor de formalidade do ambiente e de intimidade entre os interlocutores, e podem inclusive ser pronunciadas pelo mesmo sujeito em situações de interação diferentes (Bagno, 2007, p. 40)

Qual das frases você considera que foi dita em um ambiente de menor formalidade?



As frases (a) e (b) servem para exemplificar que o uso da língua pode variar, conforme as situações em que o(a) falante se encontra. Essas situações diversas, que geram diferentes enunciados, podem ser observadas também no mundo do trabalho.

Profissões e ofícios influenciam na atividade linguística das pessoas. Por exemplo, uma advogada não usa os mesmos recursos linguísticos de um encanador, nem este os mesmos recursos de um motorista (Bagno, 2007).



Nós variamos nosso modo de **falar e de escrever**, que ora é mais consciente, ora é menos consciente; ora é mais espontâneo, ora é menos espontâneo. Tudo depende da situação de interação em que nos encontramos.

Geralmente, nos ambientes de trabalho, as situações são de maior formalidade, gerando, assim, gêneros textuais (falados ou escritos) mais formais.

Abaixo, você pode observar uma figura que apresenta algumas situações comunicativas (orais ou escritas) e o grau de formalidade em que eles ocorrem:



Veja, tanto a fala quanto a escrita apresentam linguagem formal e informal!

Na escrita, o gênero textual **ofício** apresenta linguagem formal, assim como, na fala, uma **reunião de trabalho** também apresenta linguagem formal. Por outro lado, um **bilhete** tende a ser escrito em linguagem informal, do mesmo modo que, na fala, uma **conversa descontraída em um bar** tende a ser informal (Martins; Guimarães, 2016, p. 66).

Por falar em **ofício**, vamos ver um pouco mais sobre esse gênero textual?

O ofício é um gênero textual previsto no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) e em muitos outros manuais que tratam de redação oficial.



E o que é redação oficial?

Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos (Brasil, 2018, p. 16).

Basicamente, a redação oficial tem a finalidade de



**Comunicar com objetividade
e máxima clareza**

Essas são as características fundamentais da redação oficial!

Agora passemos aos seus atributos.

Segundo o MRPR, a redação oficial deve caracterizar-se por:

- clareza e precisão
- objetividade
- concisão
- coesão e coerência
- impessoalidade
- formalidade e padronização; e
- uso da norma padrão da língua portuguesa.

Cada um desses atributos é apresentado de maneira detalhada no MRPR.

Acesse-o aqui:

<https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>



Até a segunda edição do MRPR, havia três tipos de expedientes: o ofício, o aviso e o memorando. Com o objetivo de uniformizá-los, a partir da terceira edição do Manual, passou-se a adotar nomenclatura e diagramação únicas, que chamamos de **padrão ofício** (Brasil, 2018, p. 27).

A seguir, você pode observar um modelo de ofício, retirado do próprio MRPR:

The image shows two pages of an official document (ofício) from the Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. The left page is the main body of the document, and the right page is the back cover with contact information.

Page 1 (Left):

- Header: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- Reference: OFÍCIO Nº 197/2018/SAU/CC, Brasília, 8 de agosto de 2018.
- Recipient: Ao Senhor [Nome], Chefe de Gabinete, Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 70044-902 Brasília, DF.
- Subject: Assunto: Apresentação de novas funcionalidades do Sisdaf – Módulo I.
- Salutation: Senhor Chefe de Gabinete,
- Text: A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprovou o Sistema de Geração e Transmissão de Documentos Oficiais – Sisdaf, com a inclusão de novas funcionalidades. Os novos recursos do sistema serão apresentados aos servidores em módulos organizados por esta Subchefia.
- Text: Convido os servidores do [nome do Ministério] para assistir à apresentação do primeiro módulo, a ser realizada em 10 de setembro de 2018, às 10h30, no Auditório desta Subchefia.
- Text: Para assegurar o credenciamento, solicito a esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sisdaf, até 28 de agosto de 2018, por meio do endereço eletrônico [endereço eletrônico]:
 - nome completo do servidor;
 - número de Cadastro de Pessoa Física;
 - e-mail institucional, unidade/orgão em que atua; e
 - login no Sisdaf (caso esteja cadastrado no

Page 2 (Right):

- Text: Caso o servidor ainda não seja cadastrado no Sistema, será necessário o envio de autorização da chefia imediata. O envio das informações solicitadas acima é fundamental para garantir a inscrição do servidor no evento.
- Text: Atenciosamente,
- Text: [Espaço para assinatura]
- Text: [NOME DO SIGNATÁRIO]
- Text: [Cargo do signatário]
- Text: [Endereço] – Telefone: (xx) xxxx-xxxx
- Text: CEP 00000-000 Cidade/UF – http://www.xxxxxxxxxxxxxxxxxx.gov.br

Você pode ver mais sobre o padrão ofício no MRPR. Lá, você encontra a estrutura desse gênero textual, explicada em detalhes.



Nesta unidade, você aprendeu que a situação comunicativa pode ser de maior ou menor formalidade. Cada uma das situações vai exigir do falante ou do produtor do texto escrito um controle, uma atenção e um planejamento maior ou menor do seu comportamento em geral, das suas atitudes e, evidentemente, do seu comportamento verbal (Bagno, 2007, p. 45).

Atividades da unidade

Atividade 1

Nesta unidade você observou as duas modalidades de uso da língua: **a fala e a escrita**. Vale destacar que, tanto a fala quanto a escrita apresentam linguagem formal e informal. Agora observe o quadro abaixo. Ele contém exemplos de gêneros textuais das duas modalidades citadas:

Quadro de gêneros textuais

Ata	Bilhete	Audiência judicial	Fofoca
Ofício	Conversa com amigos no shopping		
Entrevista de emprego	Notícia (jornal impresso)		
Mensagem de WhatsApp para amigo(a)			
Bula de remédio	Narração de jogo de futebol		
Comentário em rede social	Reunião de trabalho		

Posicione os gêneros textuais do quadro na coluna a qual eles pertencem.



Linguagem formal	
Oral	Escrita
Linguagem informal	
Oral	Escrita

Atividade 2

No exercício anterior você pôde verificar alguns gêneros textuais produzidos em diversas situações comunicativas. Destes, escreva abaixo dois gêneros de escrita formal produzidos em ambientes administrativos:

R:



Atividade de dramatização

Situação comunicativa - Entrevista de emprego

(Nesta atividade, os alunos trabalham em pares)

Simulem uma situação de entrevista de emprego.

Por se tratar de uma situação formal, é preciso que utilizem a variedade mais prestigiada da língua.

Condições de produção do diálogo:

- Um dos estudantes será o entrevistador, o outro será o candidato/entrevistado;
- O cargo pretendido: Assistente administrativo;
- Ambos os personagens devem se apresentar: o entrevistado se apresenta e expõe o motivo de sua presença na entrevista. Já o entrevistador também se apresenta, e informa que conduzirá a conversa, etc. (utilize dados fictícios);
- O entrevistador deverá fazer algumas perguntas ao candidato à vaga;
- Em algum momento do diálogo o entrevistado será questionado a respeito de sua formação, e precisará informar alguns dados: cursos que fez, grau de escolaridade, idiomas que domina, etc. (utilize dados fictícios)

“O objetivo da atividade é fazer com que o(a) estudante perceba a situação comunicativa e o grau de formalidade que ela exige.”



Após a produção dos textos, algumas duplas podem encená-los à turma.

Atividade 4

Observando avisos e anúncios

Abaixo podem ser observados textos (avisos e anúncios) que apresentam inconsistências que comprometem a clareza das informações:



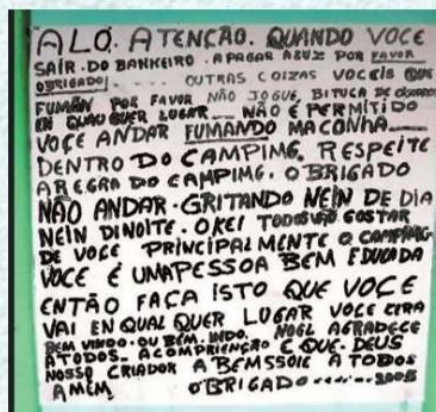
Anúncio 1



Anúncio 2



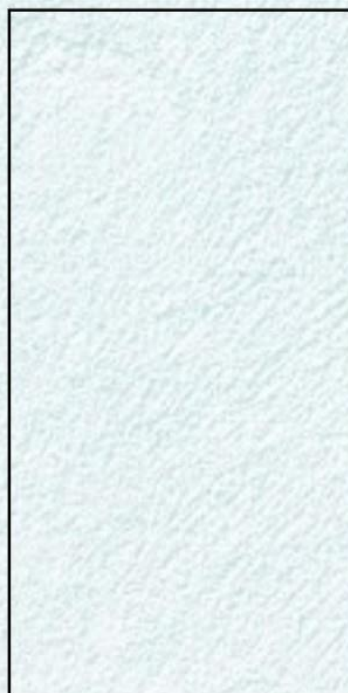
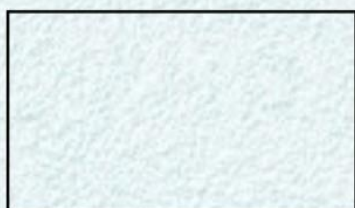
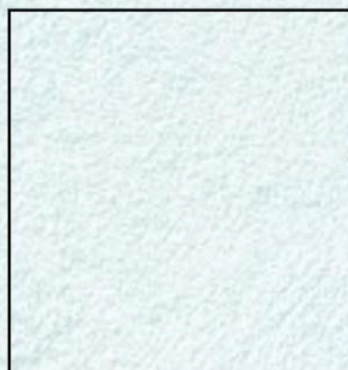
Aviso 1



Aviso 2



Após observar cada uma das imagens, reescreva os anúncios e avisos de forma a deixá-los adequados. Considere, para a reescrita, o suporte onde os textos circularão (cartazes, placas, faixas, muros...), o público-alvo e o grau de formalidade da língua.



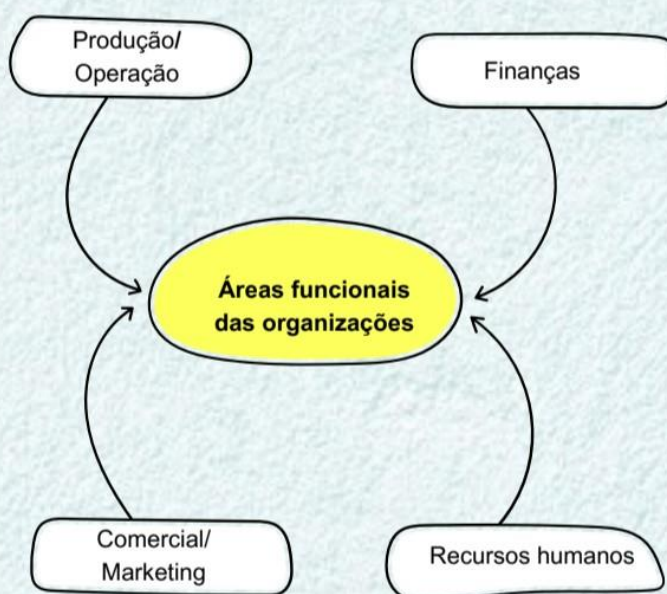
Com os textos reescritos, que tal elaborarmos novas artes visuais para cada um deles? Nesta parte da atividade, você poderá utilizar ferramentas digitais (Canva, por exemplo). Exercite sua criatividade!

UNIDADE 2

Áreas funcionais das organizações

As organizações estão normalmente divididas em áreas funcionais.

As áreas funcionais mais comuns, principalmente no âmbito da esfera privada, são: área de produção ou de operações, área comercial e de marketing, área de finanças e área de recursos humanos (Sobral; Peci, 2013). Observe a figura:



Fonte: SOBRAL, Filipe João Bera de Azevedo; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/page/linguagem/>

Cada um desses contextos administrativos pode produzir seus gêneros textuais próprios. Existem também gêneros que podem ser encontrados em diversos ambientes administrativos, por exemplo, atas e relatórios.

Que tal estudarmos um pouco sobre o e-mail?

A internet revolucionou a maneira como trabalhamos, fazemos negócios e nos relacionamos com outras pessoas e com o mundo. Agora não dependemos de papéis e dos correios para nos comunicarmos. Trocamos informações com um clique, com um toque dos dedos ou com um comando de voz.

Quase toda a tecnologia de comunicação e informação digital do nosso tempo ocorre por meio de mensagens escritas: e-mail, redes sociais e até mesmo aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp, transmitem conversas. (Salvador, 2021).



Como observado acima, e-mails fazem parte das rotinas de trabalho mundo afora. Redigi-los ocupa muito do tempo de trabalho, e quase nada se faz nos ambientes administrativos sem a ajuda deles.

Quando bem utilizado, o e-mail poupa tempo e simplifica o trabalho entre equipes para facilitar e melhorar a comunicação entre elas (Braga, 2012, p. 72).



Segundo o MRPR (Brasil, 2018, p. 46) “a utilização do e-mail para a comunicação tornou-se prática comum, não só em âmbito privado, mas também na administração pública”.

Um dos atrativos de comunicação por e-mail é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir padronização da mensagem comunicada. No entanto, devem-se observar algumas orientações quanto à sua estrutura.

Estrutura básica:

- Campo “Assunto”;
- Saudação inicial/vocativo;
- Mensagem;
- Fecho;
- Assinatura do e-mail.

Observe um exemplo de e-mail:

Assunto: *Informações sobre controle de pagamentos de tributos*

Vocativo: *Caro Luiz Paulo,*

Mensagem:

Eu sou gerente financeiro da XXX do Brasil e nós nos conhecemos no mês passado durante uma conferência sobre tributação em Recife. Na ocasião, você mencionou sobre novos procedimentos adotados pela sua empresa para controle de pagamento de tributos. Fiquei interessado em conhecê-los melhor.

Assim, gostaria de saber se você poderia me mandar mais detalhes sobre essas medidas e os resultados observados na sua companhia.

Agradeça e assine:

Muito obrigado.

Jorge Cândido

Gerente financeiro da XXX do Brasil

Endereço:

Telefone:

Fonte: (Braga, 2012).

O exemplo acima é apenas um dos milhares de possibilidades e motivos para se escrever e-mails. Nesse exemplo, trata-se de alguém escrevendo a outro alguém, apresentando-se logo de cara e solicitando algumas informações.

A seguir, algumas recomendações quanto ao uso de e-mails no trabalho:

- Evite o uso de letras maiúsculas, para não passar ao leitor a impressão de que você está 'gritando';
- Responda as mensagens dos e-mails recebidos. Deixar de responder soa desinteresse ou descortesia;
- Não envie piadas e correntes; É invasivo e constrangedor;
- Não elabore textos longos e sem correção.
- Trate todos com cordialidade;
- Envie mensagens personalizadas; Demonstra atenção e interesse.

Adaptado: (Braga, 2012, pp.72-73).

Você pode saber mais a respeito de e-mail no MRPR e em outros manuais que tratam de redação oficial/redação empresarial.

Agora, voltemos às organizações. Além das áreas funcionais internas, compostas por funcionários, colaboradores ou servidores, existem outros elementos que interagem com as organizações.

Analisando os possíveis receptores de texto

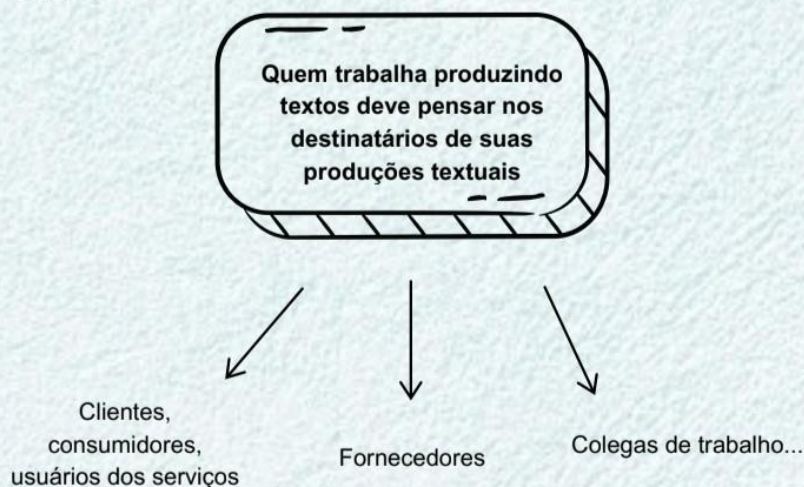
No mundo do trabalho, alguns grupos interagem de forma direta e próxima com a organização/empresa/instituição, como clientes, fornecedores, concorrentes, instituições financeiras, meios de comunicação social, sindicatos, entre outros (Sobral; Peci, 2013). Na Administração Pública, esse grupo é formado pelos cidadãos usuários dos serviços.



De modo geral, podemos dizer que quem desenvolve seu trabalho em um ambiente administrativo dialoga com

- Clientes/consumidores;
- Público em geral;
- Fornecedores;
- Colegas de trabalho (de diferentes níveis hierárquicos);

E outros públicos!



... e muitos outros públicos! Esses diversos públicos podem receber variados textos elaborados pela organização/empresa/instituição, e pela Administração Pública.

Atividades da unidade

Atividade 1

Depois de ver as principais áreas das organizações (Produção, Recursos Humanos, Comercial e Finanças), liste alguns gêneros textuais que podem ser produzidos em cada uma delas.



Produção:

Recursos Humanos:

Comercial:

Finanças:

- Cada um desses contextos administrativos produz seus gêneros textuais próprios. Os exemplos acima não correspondem ao total de gêneros do mundo do trabalho.
- Você produzirá, no exercício de uma profissão, gêneros textuais específicos, que vão depender da área de trabalho em que estiver inserido.

Sugestões para ampliar o repertório de gêneros textuais:

VASCOCELOS, Adaylson Wagner de Sousa. Gêneros textuais no âmbito jurídico. **Âmbito jurídico**, 2013.

Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/generos-textuais-no-ambito-juridico/#:~:text=No%20g%C3%AAnero%20jur%C3%ADdico%20encontramos%20as,provis%C3%B3ria%2C%20editais%2C%20dentre%20outras.>

VOCÊ conhece os diferentes gêneros textuais jornalísticos? **Jornal Joca**.

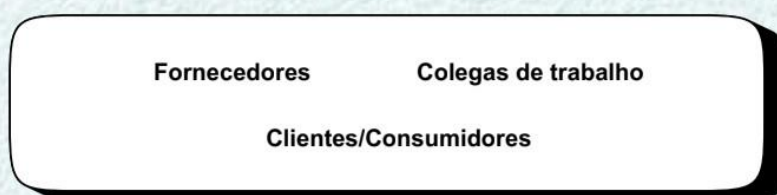
Disponível em: <https://www.jornaljoca.com.br/blog/voce-conhece-os-diferentes-generos-textuais-jornalisticos/>

Atividades da unidade

Atividade 2

Você está inserido em um ambiente administrativo e precisa considerar os sujeitos que recebem o seu texto (os destinatários podem ser colegas de trabalho, clientes, fornecedores, consumidores, etc.)

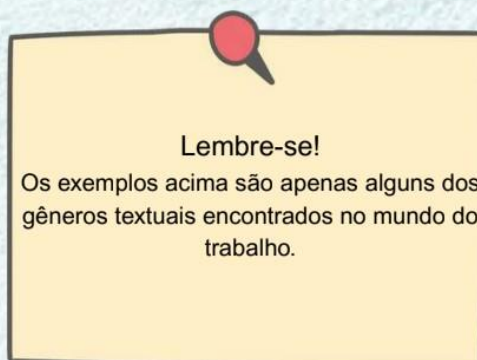
Podemos destacar gêneros para cada público-alvo? Observe os grupos do quadro abaixo e relacione-os no espaço em que eles podem aparecer.



_____ : Pesquisa de satisfação; Anúncios publicitários; Posts em mídias sociais.

_____ : Comunicações internas; Declarações; Contracheques.

_____ : Recibos; Notas fiscais; Ordens de serviço.



Atividades da unidade

Atividade 3

Produza dois textos com as mesmas condições de produção (assunto, quem escreve, objetivo do texto), que irão circular em diferentes gêneros textuais. Por exemplo: escreva um comunicado/aviso de 'dia sem expediente', para ser enviado por e-mail e também postado em redes sociais (*Instagram*).

Nesse comunicado você precisa:

- 1) informar que em determinada data o setor/empresa/estabelecimento não funcionará; (utilize dados fictícios: nome da empresa...)
- 2) informar o motivo do não funcionamento;
- 3) mencionar a data de retorno das atividades do setor/empresa/estabelecimento;

Atenção!

O e-mail será enviado aos funcionários do setor/empresa/estabelecimento (seus colegas de trabalho). Já o post do *Instagram* terá como público-alvo os clientes.

Um dos objetivos da atividade é fazer com que o(a) estudante compreenda que, dependendo do gênero, é necessário investir em aspectos visuais, por exemplo.

UNIDADE 3

Redação oficial e interdisciplinaridade

Nesta unidade, você, estudante, compreenderá que o ensino de Redação Oficial pode ser visto sob outra perspectiva; Um ensino não apenas concentrado no seu teor técnico, no seu enfoque de disciplina que tem a redação oficial como um conjunto de documentos e textos que seguem princípios fixos, com conteúdos como forma de iniciar e encerrar um documento, uso da norma padrão da língua, estrutura padrão dos textos e expressões que devem ser evitadas. Esse enfoque técnico é sim imprescindível e não deve ser desconsiderado, pois estamos inseridos num contexto de educação profissional. Contudo, o ensino de Redação Oficial pode ser tratado de maneira a dialogar com outras disciplinas, por meio de práticas que visam à integração com outras áreas do conhecimento.

Ao analisarmos a disciplina objeto desta apostila - Redação Oficial - é possível verificar que alguns conteúdos desse componente curricular podem ser trabalhados com disciplinas de formação geral, como **História e Literatura**, por exemplo. E é o que você verá nos exercícios da unidade.

Quando desenvolvem-se atividades numa perspectiva interdisciplinar, "é possível gerar um movimento de superação da fragmentação disciplinar, facilitando a construção de novos conhecimentos e o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa de conteúdos, técnicas, métodos e comportamental do futuro cidadão e profissional" (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008, p. 194).

Vale reforçar... Cada professor e/ou pesquisador que participa de atividades dessa natureza contribui com os seus saberes, métodos e procedimentos próprios para construção e apreensão do conhecimento geral (Alves; Silva Filho; Lopes, 2008, p. 192).



As atividades a seguir preveem a interdisciplinaridade, tornando-se o ponto central desta unidade.

Atividades da unidade

Atividade 1

Da Redação Oficial à História

Esta é uma atividade que une as disciplinas de **Redação Oficial e História**, afinal documentos oficiais também contam histórias.

Nesta atividade, você irá analisar textos oficiais do passado e textos atuais (análise diacrônica de gêneros textuais). Para isto, selecione alguns textos oficiais de referência do passado (leis, decretos importantes, por exemplo: Lei Áurea, Lei dos Sexagenários, documentos da ditadura, etc.)

A seguir, alguns links que contêm recursos (vídeos e textos) interessantes de serem exibidos em sala de aula e que poderão contribuir para que a atividade ocorra de modo efetivo:



Vídeo “**Lei Áurea: conheça os antecedentes da lei que proibiu a escravidão no país**”, do canal do Senado Federal.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mj1yjc6xfJY&t=39s>

Vídeo “**13 de Maio: Registros originais da Lei Áurea fazem parte do Arquivo do Senado Federal**”, do canal TV Senado.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Xp1wdqEbG58>





Vídeo “**Arquivo S: Lei dos Sexagenários completa 130 anos**”, do canal do Senado Federal.
Link: https://www.youtube.com/watch?v=sAlljS_s0eY



Lei dos Sexagenários:
Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm

Curiosidade!

O Arquivo do Senado Federal guarda um relevante documento da história do Brasil: a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

Agora, escolha um dos documentos selecionados anteriormente e responda às seguintes perguntas:

a) Qual documento escolhido?

**Importante!**

Documentos históricos contribuem para a produção de narrativas, tornando-se registros valiosos! Professores de História podem contribuir ricamente nesta aula. Além dos docentes, historiadores, museólogos e bibliotecários podem colaborar com a atividade.

- b) Quando ele foi produzido?

- c) Quem o produziu?

- d) Onde?

- e) O que mais chamou a sua atenção no documento?

- f) Qual a função do texto escolhido?

Atividade 2**Da Redação Oficial à Literatura**

Leia abaixo um trecho do Relatório do Prefeito Graciliano Ramos ao Governador de Alagoas, entregue em 10 de janeiro de 1929:

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios**Relatório****Ao Governador do estado de Alagoas**

[...]

Começos

[...]

Havia em Palmeira innumeros prefeitos: os cobradores de impostos, o commandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Municipio tinha a sua administração particular, com prefeitos coroneis e prefeitos inspectores de quarteirões. Os fiscaes, esses, resolviam questões de policia e advogavam.

Para que semelhante anomalia desaparecesse luctei com tenacidade e encontrei obstaculos dentro da Prefeitura e fóra della — dentro, uma resistencia molle, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, obliqua, carregada de bilis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam tres mezes para levar um tiro.

Dos funcionarios que encontrei em Janeiro do anno passado restam poucos: sahiram os que faziam politica e os que não faziam coisa nenhuma. Os actuaes não se mettem onde não são necessarios, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Dévo muito a elles.

Não sei se a administração do Municipio é boa ou ruim. Talvez pudesse ser peor.

(o autor relata uma série de assuntos relativos à administração do municipio)

[...]

Conclusão

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só ha curvas onde as rectas foram inteiramente impossiveis.

Evitei emmaranhar-me em teias de aranha.

...

...

Certos individuos, não sei porque, imaginam que devem ser consultados; outros se julgam com autoridade bastante para dizer aos contribuintes que não paguem impostos.

Não me entendi com esses.

Ha quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anonymas, e adoeça, e se morda por não ver a infallivel maroteirazinha, a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que della se servem como assumpto invariavel; ha quem não comprehenda que um acto administrativo seja isento da idéa de lucro pessoal; ha até quem pretenda embaraçar-me em coisa tão simples como mandar quebrar as pedras dos caminhos.

Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325:500 de multas.

Não favoreci ninguém. Devo ter commetido numerosos disparates. Todos os meus erros, porem, foram erros da intelligencia, que é fraca.

Perdi varios amigos, ou individuos que possam ter semelhante nome.

Não me fizeram falta.

Ha descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois annos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos.

Paz e prosperidade

Palmeira dos Índios, 10 de janeiro de 1929

Graciliano Ramos

Fonte: GARCIA, Rodrigo M. Graciliano Ramos (o prefeito) e seus relatórios de gestão. **Blog da BBM**, 2016. Disponível em: https://blog.bbm.usp.br/2016/gracilianoramosrelatorios_2016/

Aqui você encontra outro relatório do então prefeito. Esse, de 1930: https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha_graciliano_web18.pdf



Relatórios ao Governador do Estado de Alagoas (1929, 1930)

Agora responda:

a) Com que finalidade o relatório foi escrito? Por que escrevemos relatórios?

b) Você considera que algum princípio de redação oficial foi 'ferido' na escrita do relatório?

c) Além do conteúdo político, os relatórios de Graciliano Ramos também se caracterizam pela qualidade literária daquele que viria a ser um dos maiores nomes da literatura brasileira, autor de obras como *Vidas Secas* e *São Bernardo*, que marcaram a segunda fase do modernismo. Vamos conversar um pouco sobre o autor e sua escrita?

UNIDADE 4

Redação oficial e linguagem simples

Você sabia que a Lei nº13.460/17, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, prevê, no seu Art. 5º, que “o usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: [...] XIV - **utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos**” (Brasil, 2017).

Mas o que é linguagem simples?

Linguagem simples é um movimento para tornar a comunicação mais acessível a todas as pessoas.



A linguagem simples é utilizada para aprimorar a comunicação com os cidadãos e cidadãs. É uma causa social, que defende o acesso efetivo dos cidadãos aos serviços, sejam eles públicos ou privados.



A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) adotou medidas de linguagem simples para facilitar o acesso dos cidadãos à informação. A página de internet da Agência traz conteúdos a respeito do tema.

Para saber um pouco mais sobre a trajetória da ANA com a linguagem simples, você pode acessar o link abaixo ou escanear o QRcode ao lado:

<https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/linguagensimples/linguagensimples>



De maneira resumida, linguagem simples é:

- **Encontrar a informação que procura**
- **Entender essa informação**
- **Utilizá-la para fins práticos**

Mas cuidado! Linguagem simples não é:

- **Informalidade**
- **Desconsiderar a norma padrão da língua**
- **Desconsiderar a qualidade da informação**

É tornar um texto escrito acessível. “Essa acessibilidade envolve que a informação escrita seja apresentada em uma linguagem simples, em uma forma compatível com as necessidades e condições de aproveitamento e compreensão das pessoas que a buscam”. Vale o alerta, “simplificar não é, necessariamente e apenas, “encolher” um texto, cortando-se informações que se julgam difíceis ou supérfluas. Muitas vezes, é preciso enriquecer o texto, refazê-lo, o que exige incluir explicações, exemplos, analogias ou outros recursos” (Finatto, 2022, pp. 21- 23).



Este também é um tema de interesse do Projeto **Acessibilidade TT**, equipe de pesquisa da UFRGS.

Informações sobre o trabalho do Acessibilidade TT, você encontra no link abaixo ou pelo QR code ao lado:
<https://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/page/linguagem/>

Neste outro link você encontra “**10 passos para usar a linguagem simples**”, documento elaborado pela ANA:

https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/linguagensimples/Materiais/10-passos-linguagem-simples-anav3_b.pdf
Você também pode acessá-lo pelo QR code:





Nesta unidade você aprendeu que Redação oficial é... Além de uma disciplina técnica que, por vezes, traz uma linguagem burocrática - que ensina a redação técnica como um conjunto de documentos e textos que seguem princípios fixos, com conteúdos como: forma de iniciar e encerrar um documento, uso da norma padrão da língua, estrutura padrão dos textos - pode ser uma disciplina que propõe que a comunicação (e os documentos que circulam na esfera administrativa) pode ser usada para transmitir informações simples, objetivas, inclusivas. Uma comunicação simples, acessível e direta. Uma disciplina com o compromisso de causa social, em prol do direito fundamental de acesso à informação, e que dialoga com os plenos direitos do cidadão.

Atividades da unidade

Atividade 1

Transforme o texto da matéria abaixo em um cartaz informativo, utilizando as práticas de linguagem simples (utilize elementos visuais para auxiliar na compreensão das informações). Atenção! Elabore o cartaz tendo os cidadãos em geral como seu público-alvo. Imagine que ele será afixado em instituições de ensino (escolas; universidades, etc.), por exemplo.

Matéria publicada no site Oxfam Brasil, em 11 de maio de 2021:

Desperdício de alimentos: entenda suas consequências

O desperdício de alimentos é um fator potencializador da insegurança alimentar e da fome no mundo. Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), mais de 30% da produção mundial de alimentos é desperdiçada a cada ano entre as fases de pós-colheita e a venda no varejo.

Esse desperdício também acontece em processos produtivos e na rotina de famílias e empresas, mas não deveria. Segundo o Programa Mundial de Alimentos (PMA), cerca de 31 milhões de pessoas enfrentarão a insegurança alimentar nos próximos meses. Uma quantidade de pessoas 30% superior à do ano passado e a maior dos últimos dez anos.

Neste artigo, discutimos a desigualdade na distribuição de alimentos, as consequências do desperdício de alimentos em nossa sociedade e as principais ações que podem minimizar essa perda. Vamos lá?



Desigualdade na distribuição de alimentos

Enquanto o Brasil é um dos maiores exportadores de insumos agrícolas do mundo, os brasileiros sofrem com a desigualdade na distribuição de alimentos e a fome.

O volume de produtos exportados anualmente seria suficiente para alimentar toda a população do país. Entretanto, investe-se na produção agrícola para a venda de commodities, sem exigências por parte do governo para que uma parcela da produção seja distribuída no mercado interno.

Na realidade, grande parte da produção exportada tem um destino diferente do que muitas pessoas supõem: se transformam em ração animal. Posteriormente, esses animais também se transformarão em carne, destinada ao consumo de pessoas integrantes das classes mais altas da sociedade.

Enquanto isso, as pessoas de baixa renda têm o seu consumo limitado pelo desabastecimento, fato que justifica o aumento do preço de produtos básicos nas gôndolas do mercado. Com isso, reforçam os índices de cidadãos em situação de insegurança alimentar.

Causas e consequências do desperdício de alimentos

A fome no país também tem outro inimigo: o desperdício de alimentos. Além de reforçar a situação de insegurança alimentar, o desperdício de alimentos gera consequências graves para a preservação ambiental.

Isso acontece porque a produção agrícola em larga escala exige um enorme volume de água e uso de insumos agrícolas (agrotóxicos e fertilizantes, por exemplo) que prejudicam o meio ambiente. Além disso, gera mais:

- desmatamento;
- aumenta a demanda por transporte;
- consumo de energia e de combustíveis fósseis.



Segundo a FAO, cada fase da logística agrícola incrementa o custo ambiental da produção. Assim, quanto maior o volume de alimentos perdidos na cadeia produtiva, maiores serão as consequências negativas para o planeta.

As causas para tanto desperdício são muitas. Toneladas de alimentos são jogados no lixo em função de sua alta perecibilidade, condições inadequadas de embalagem, manuseio, transporte e armazenamento.

Em alguns países, fatores estéticos são a justificativa para o desperdício de alimentos — muitos mercados consumidores rejeitam pequenos defeitos em frutas e legumes, por exemplo.

No Brasil, cerca de 10% dos alimentos também são desperdiçados na casa dos consumidores, ainda que o país tenha uma alta taxa de rejeição ao desperdício de alimentos.



Formas de minimizar o desperdício de alimentos

Selecionamos as melhores práticas para minimizar o desperdício de alimentos em âmbito doméstico:

- opte por **alimentos produzidos localmente**. A agricultura familiar é mais sustentável, mais saudável e ainda fomenta a economia local. Além disso, é possível minimizar as perdas nas fases de transporte e armazenamento;
- aprenda a preparar **receitas mais sustentáveis**, com partes dos alimentos que geralmente são jogados no lixo, como raízes, cascas e sementes;

- crie grupos para **compra e compartilhamento de alimentos**. Atualmente, existem modelos de assinatura para o consumo sustentável. Você também pode contatar os produtores de alimentos mais próximos e formar grupos para adquirir os produtos a um preço mais acessível, de acordo com a sazonalidade e sem desperdício;
- diminua o volume e aumente a **frequência de compra de alimentos nos mercados**, assim você não precisa armazenar grandes quantidades, o que reduz o desperdício. Além disso, você consome produtos sempre frescos e melhora o planejamento do seu consumo familiar;
- aprenda a **armazenar de forma adequada as sobras** dos alimentos;
- mantenha os armários e a geladeira sempre organizados. Use o sistema de gestão de estoques FIFO (*First In, First Out*). Assim, **produtos comprados antes devem ser consumidos primeiro**;
- aprenda a fazer compostagem de resíduos orgânicos. Você pode usar o húmus para criar a sua própria horta!

Por fim, **ajude pessoas ao seu redor**, busque organizações que auxiliem em doações e criem campanhas para a redução da fome no país. Além de prezar pela diminuição do desperdício de alimentos, você se sente melhor em saber que está ajudando alguém em sua alimentação diária!



Fonte: Oxfam Brasil. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/desperdicio-de-alimentos-entenda-suas-consequencias/>

Acesse a matéria pelo QR code:



Referências

ALVES, Neila Guimarães; SILVA FILHO, Moacelio Veranio; LOPES, Renato Matos. Interdisciplinaridade no ensino técnico: um caminho possível. In: PEREIRA, Isabel Brasil; DANTAS, André Vianna (Orgs.). **Estudos de politecnia e saúde: volume 3**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 179-195. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39591>

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRAGA, Maria Alice da Silva. **Redação empresarial**. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário oficial da União: Brasília, DF, p. 4, 27 jun. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

FINATTO, Maria José Bocorny. Acessibilidade textual e terminológica, o que é isso? In: FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga (Orgs.). **Acessibilidade textual e terminológica**. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf

Referências

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Raquel Márcia Fontes; GUIMARÃES, Daniela Mara Lima Oliveira. A prática da variação linguística e a variação linguística na prática da sala de aula. In: CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Org.). **Língua portuguesa sujeito, leitura e produção**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

SALVADOR, Arlete. **Escrever bem no trabalho: do whatsapp ao relatório**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SOBRAL, Filipe João Bera de Azevedo; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica - ProfEPT**
Colégio Pedro II



APÊNDICE C – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**Ficha de avaliação**

Professor(a), após leitura e análise do material '**Redação Oficial na Educação Profissional e Tecnológica**: apostila para estudo complementar', responda:

Tempo de docência? _____

1) Você considera que esta apostila apresenta uma proposta de ensino distinta da proposta usualmente apresentada para o ensino de Redação Oficial?

-) Concordo totalmente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo, nem discordo
-) Discordo

2) Você considera que a apostila atende ao ensino de Redação Oficial?

-) Concordo totalmente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo, nem discordo
-) Discordo

3) Sendo professor(a) de Redação Oficial, você utilizaria a apostila em suas aulas?

-) Muito frequentemente
-) Frequentemente
-) Eventualmente
-) Raramente
-) Nunca

4) O material avaliado colabora com o ensino de Redação Oficial?

-) Concordo totalmente
-) Concordo parcialmente
-) Não concordo, nem discordo
-) Discordo

5) A apostila apresenta conteúdo pertinente à disciplina de Redação Oficial?

-) Extremamente pertinente
-) Muito pertinente
-) Pertinente
-) Não tão pertinente
-) Nada pertinente

6) Você indicaria essa apostila aos seus colegas docentes?

-) Indicaria integralmente
-) Indicaria parcialmente (indicaria alguns conteúdos dela)
-) Não indicaria

